Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 7

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 17

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 18

Demonstração de Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 44

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião 121

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 123

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não) 124

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 125

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 126

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	54.197
Preferenciais	0
Total	54.197
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Renda Bruta	
Data da apuração	01/04/2026
Receita Bruta Consolidada	0,00
Data da apuração (comparativa)	30/06/2026
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	0,00

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	502.161	618.868
1.01	Ativo Circulante	121.779	137.673
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89	109
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.483	5.833
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.483	5.833
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	118.207	131.731
1.01.08.03	Outros	118.207	131.731
1.01.08.03.01	Créditos Diversos	118.204	131.728
1.01.08.03.02	Bloqueios Judiciais	3	3
1.02	Ativo Não Circulante	380.382	481.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	170.268	157.480
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	170.268	157.480
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	170.268	157.480
1.02.02	Investimentos	210.114	323.715
1.02.02.01	Participações Societárias	210.114	323.715
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	210.114	323.715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	502.161	618.868
2.01	Passivo Circulante	38.615	18.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.834	3.544
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.834	3.544
2.01.02	Fornecedores	35.071	15.022
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.071	15.022
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.659	45
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.659	45
2.01.03.01.04	Impostos Parcelados	1.659	45
2.01.05	Outras Obrigações	51	42
2.01.05.02	Outros	51	42
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	51	42
2.02	Passivo Não Circulante	280.992	157.130
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.054	944
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.054	944
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.054	944
2.02.02	Outras Obrigações	0	150
2.02.02.02	Outros	0	150
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados LP	0	150
2.02.04	Provisões	279.938	156.036
2.02.04.02	Outras Provisões	279.938	156.036
2.02.04.02.04	Provisão para Perdas em Investimentos	279.938	156.036
2.03	Patrimônio Líquido	182.554	443.085
2.03.01	Capital Social Realizado	1.239.302	1.239.302
2.03.02	Reservas de Capital	61.314	72.680
2.03.02.04	Opções Outorgadas	59.786	59.786
2.03.02.07	Reserva de Plano de Opções de Compra de Ações	1.528	12.894
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.118.062	-868.897

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-202.217	-264.349	-64.481	-92.399
3.04.01	Despesas com Vendas	-61	-264	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.272	-7.924	-3.938	-7.101
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23.100	-28.224	-2.014	-2.499
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-174.784	-227.937	-58.529	-82.799
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-202.217	-264.349	-64.481	-92.399
3.06	Resultado Financeiro	5.176	11.256	5.217	674
3.06.01	Receitas Financeiras	6.376	12.906	10.584	10.583
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.200	-1.650	-5.367	-9.909
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-197.041	-253.093	-59.264	-91.725
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	254	506	3.555	3.555
3.08.02	Diferido	254	506	3.555	3.555
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-196.787	-252.587	-55.709	-88.170
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-196.787	-252.587	-55.709	-88.170
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-3,63096	-4,6605	0	0
3.99.01.01	ON	-3,63096	-4,6605	-0,4538	-0,7182
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-3,63096	-4,6605	0	0
3.99.02.01	ON	-3,63096	-4,6605	-0,4538	-0,7182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-196.787	-252.587	-55.709	-88.170
4.03	Resultado Abrangente do Período	-196.787	-252.587	-55.709	-88.170

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20	-36
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-35.706	-7.509
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) do Exercício	-252.587	-88.170
6.01.01.03	Amortização	2.126	890
6.01.01.05	Juros Provisionados Sobre Empréstimos e Financiamentos	110	9.902
6.01.01.10	Provisões	0	1.208
6.01.01.11	Resultado da Equivalência Patrimonial, Líquido de Impostos	227.937	82.799
6.01.01.15	Juros sobre partes relacionadas	-12.786	-10.583
6.01.01.17	Impostos Diferidos	-506	-3.555
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.686	7.473
6.01.02.04	Créditos Diversos e Impostos a Recuperar	15.874	10.355
6.01.02.07	Fornecedores	20.058	-3.126
6.01.02.09	Obrigações Tributárias e Trabalhistas	-246	244
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20	36
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	109	63
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89	27

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.239.302	72.680	0	-868.897	0	443.085
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.239.302	72.680	0	-868.897	0	443.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.366	0	11.366	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-11.366	0	11.366	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-252.587	0	-252.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-252.587	0	-252.587
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-7.944	0	-7.944
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-7.944	0	-7.944
5.07	Saldos Finais	1.239.302	61.314	0	-1.118.062	0	182.554

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.945	48.938	0	-774.872	-166.342	193.669
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.945	48.938	0	-774.872	-166.342	193.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.767	0	0	0	-1.767
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-1.767	0	0	0	-1.767
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-88.170	-46.338	-134.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-88.170	-44.543	-132.713
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.795	-1.795
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.795	-1.795
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.945	47.171	0	-863.042	-212.680	57.394

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.926	-993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.926	-993
7.03	Valor Adicionado Bruto	-30.926	-993
7.04	Retenções	-2.127	-2.761
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.127	-2.761
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-33.053	-3.754
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-215.031	-72.216
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-227.937	-82.799
7.06.02	Receitas Financeiras	12.906	10.583
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-248.084	-75.970
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-248.084	-75.970
7.08.01	Pessoal	2.798	5.331
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.114	3.513
7.08.01.02	Benefícios	684	1.818
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	685	-3.101
7.08.02.01	Federais	685	-3.101
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.020	9.970
7.08.03.01	Juros	945	9.909
7.08.03.02	Aluguéis	75	61
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-252.587	-88.170
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-252.587	-88.170

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.758.134	1.834.292
1.01	Ativo Circulante	524.977	585.442
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.414	30.718
1.01.03	Contas a Receber	69.552	106.887
1.01.03.01	Clientes	69.552	106.887
1.01.04	Estoques	210.552	239.384
1.01.06	Tributos a Recuperar	179.776	185.696
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179.776	185.696
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.683	22.757
1.01.08.03	Outros	41.683	22.757
1.01.08.03.01	Créditos Diversos	41.498	22.365
1.01.08.03.02	Bloqueios Judiciais	185	392
1.02	Ativo Não Circulante	1.233.157	1.248.850
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	345.501	337.980
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	105.343	104.371
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	105.343	104.371
1.02.01.04	Contas a Receber	7.308	7.770
1.02.01.04.02	Créditos Diversos	2.548	3.036
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	4.760	4.734
1.02.01.07	Tributos Diferidos	141.996	140.075
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.996	140.075
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	90.854	85.764
1.02.01.10.03	Bloqueios Judiciais	90.854	85.764
1.02.03	Imobilizado	420.764	430.081
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	146.163	180.654
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	274.601	249.427
1.02.04	Intangível	466.892	480.789
1.02.04.01	Intangíveis	466.892	480.789
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	466.892	480.789

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.758.134	1.834.292
2.01	Passivo Circulante	903.019	662.133
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.373	50.829
2.01.01.01	Obrigações Sociais	46.373	50.829
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.373	50.829
2.01.02	Fornecedores	328.050	223.334
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	328.050	223.334
2.01.02.01.01	Fornecedores	301.664	183.439
2.01.02.01.02	Risco Sacado	26.386	39.895
2.01.03	Obrigações Fiscais	272.275	174.106
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	23.918
2.01.03.01.02	Cofins a Recolher	0	5.872
2.01.03.01.03	Pis a Recolher	0	1.393
2.01.03.01.04	Impostos Parcelados	0	13.730
2.01.03.01.05	IPI a recolher	0	2.923
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	272.275	150.188
2.01.03.02.01	Outros Tributos	272.275	150.188
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.605	25.840
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.605	25.840
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.605	25.840
2.01.05	Outras Obrigações	199.158	187.641
2.01.05.02	Outros	199.158	187.641
2.01.05.02.04	Adiantamento a Clientes	18.906	23.398
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	67.966	70.091
2.01.05.02.06	Passivo de Arrendamento	112.286	94.152
2.01.06	Provisões	558	383
2.01.06.02	Outras Provisões	558	383
2.01.06.02.04	Provisões para Contingências	558	383
2.02	Passivo Não Circulante	952.121	950.008
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	486.654	481.518
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	486.654	481.518
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	486.654	481.518
2.02.02	Outras Obrigações	315.742	300.225
2.02.02.02	Outros	315.742	300.225
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	222.032	212.568
2.02.02.02.04	Dívidas com acionistas não controladores	84.185	78.041
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	9.525	9.616
2.02.03	Tributos Diferidos	100.782	120.788
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100.782	120.788
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos	88.193	89.017
2.02.03.01.02	Impostos Parcelados	12.589	31.771
2.02.04	Provisões	48.943	47.477
2.02.04.02	Outras Provisões	48.943	47.477
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	48.943	47.477
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-97.006	222.151

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.01	Capital Social Realizado	1.239.302	1.239.302
2.03.02	Reservas de Capital	59.786	59.786
2.03.02.04	Opções Outorgadas	59.786	59.786
2.03.04	Reservas de Lucros	1.528	12.894
2.03.04.10	Reserva de plano de opções de compra de ações	1.528	12.894
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.118.062	-868.897
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-279.560	-220.934

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	207.091	516.454	330.221	711.633
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.112	-245.677	-152.769	-325.071
3.03	Resultado Bruto	107.979	270.777	177.452	386.562
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-300.620	-491.752	-205.934	-415.042
3.04.01	Despesas com Vendas	-106.422	-248.667	-159.577	-326.046
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.837	-85.641	-48.414	-90.726
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-154	-56	-283	-465
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	301	785	6.135	7.875
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149.508	-158.173	-3.795	-5.680
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-192.641	-220.975	-28.482	-28.480
3.06	Resultado Financeiro	-40.715	-88.185	-65.938	-109.796
3.06.01	Receitas Financeiras	3.052	5.705	6.875	8.575
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.767	-93.890	-72.813	-118.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-233.356	-309.160	-94.420	-138.276
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	416	828	5.563	5.563
3.08.02	Diferido	416	828	5.563	5.563
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-232.940	-308.332	-88.857	-132.713
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-232.940	-308.332	-88.857	-132.713
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-196.787	-252.587	-55.709	-88.170
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-36.153	-55.745	-33.148	-44.543
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-3,63096	-4,6605	0	0
3.99.01.01	ON	-3,63096	-4,6605	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-3,63096	-4,6605	0	0
3.99.02.01	ON	-3,63096	-4,6605	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-232.940	-308.332	-88.857	-132.713
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-232.940	-308.332	-88.857	-132.713
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-196.787	-252.587	-55.709	-88.170
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-36.153	-55.745	-33.148	-44.543

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.995	27.717
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.156	50.722
6.01.01.01	Prejuízo Do Exercício	-308.332	-132.713
6.01.01.02	Depreciação	26.150	20.702
6.01.01.03	Amortização	17.162	17.903
6.01.01.04	Baixa Do Intangível	12.428	0
6.01.01.05	Depreciação - Direito De Uso	40.908	50.394
6.01.01.06	Juros Provisionados Sobre Empréstimos E Financiamentos	37.960	47.070
6.01.01.07	Juros Passivos De Arrendamento	29.525	22.795
6.01.01.08	Juros Sobre Antecipação De Recebíveis	14.912	26.227
6.01.01.09	Outras Receitas/(Despesas) Financeiras	5.172	9.860
6.01.01.10	Provisões Para Contingências	1.641	-8.010
6.01.01.11	Provisões	116.403	0
6.01.01.13	Resultado Da Alienação De Imobilizado E Intangível	11.612	-5.948
6.01.01.14	Perda Por Redução Ao Valor Recuperável Do Contas A Receber	0	-37
6.01.01.15	Provisão Para Obsolescência	0	1.044
6.01.01.16	Transações De Pagamento Baseado Em Ações, Liquidado Em Ações	0	-1.767
6.01.01.17	Atualização Monetária sobre Empréstimos	-11.353	0
6.01.01.18	Amortização de mais Valia	3.480	0
6.01.01.19	Juros de aplicações financeiras	0	-1.127
6.01.01.20	Impostos diferidos	-824	4.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	102.748	27.139
6.01.02.01	Contas A Receber	-6.957	44.000
6.01.02.02	Estoques	28.832	76.068
6.01.02.03	Depósitos E Bloqueios Judiciais	-4.883	-1.238
6.01.02.04	Créditos Diversos E Impostos A Recuperar	-16.907	-24.233
6.01.02.07	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	32.624	-87.120
6.01.02.09	Obrigações Tributárias E Trabalhistas	74.531	16.550
6.01.02.10	Adiantamentos De Clientes	-4.492	3.112
6.01.03	Outros	-45.597	-50.144
6.01.03.01	Pagamento De Juros Sobre Empréstimos E Financiamentos	-2.502	0
6.01.03.02	Pagamento De Juros Sobre Passivo De Arrendamento	-28.183	-23.917
6.01.03.03	Pagamento De Juros De Antecipação De Recebíveis	-14.912	-26.227
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.523	21.009
6.02.01	Juros De Aplicações Financeiras	0	1.127
6.02.03	Recursos Provenientes Da Alienação De Ativo Imobilizado	-3.881	0
6.02.04	Aquisição Do Ativo Imobilizado	-6.642	-4.032
6.02.05	Aquisição Do Ativo Intangível	0	-10.086
6.02.06	Aplicações/Resgate outros investimentos	0	34.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.776	-48.758
6.03.03	Captação De Empréstimos	48.401	0
6.03.04	Pagamento De Empréstimos E Financiamentos	-47.958	0
6.03.05	Pagamento De Passivo De Arrendamento	-51.219	-48.758

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.304	-32
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.718	23.036
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.414	23.004

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.239.302	72.680	0	-868.897	0	443.085	-220.934	222.151
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.239.302	72.680	0	-868.897	0	443.085	-220.934	222.151
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.366	0	11.366	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-11.366	0	11.366	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-252.587	0	-252.587	-55.745	-308.332
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-252.587	0	-252.587	-55.745	-308.332
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-7.944	0	-7.944	-2.881	-10.825
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-7.944	0	-7.944	-2.881	-10.825
5.07	Saldos Finais	1.239.302	61.314	0	-1.118.062	0	182.554	-279.560	-97.006

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.945	48.938	0	-774.872	0	360.011	-166.342	193.669
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.945	48.938	0	-774.872	0	360.011	-166.342	193.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.767	0	0	0	-1.767	0	-1.767
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.767	0	0	0	-1.767	0	-1.767
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-88.170	0	-88.170	-46.338	-134.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-88.170	0	-88.170	-44.543	-132.713
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-1.795	-1.795
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	0	-1.795	-1.795
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.945	47.171	0	-863.042	0	270.074	-212.680	57.394

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	632.229	875.644
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	630.799	867.732
7.01.02	Outras Receitas	1.486	7.875
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-56	37
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-529.595	-496.912
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-246.867	-325.071
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-255.437	-171.841
7.02.04	Outros	-27.291	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	102.634	378.732
7.04	Retenções	-78.872	-89.098
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.872	-89.098
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.762	289.634
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.118	8.675
7.06.02	Receitas Financeiras	4.118	8.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.880	298.309
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	27.880	298.309
7.08.01	Pessoal	89.599	106.797
7.08.01.01	Remuneração Direta	64.007	79.314
7.08.01.02	Benefícios	16.327	24.074
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.265	3.409
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	132.493	167.825
7.08.02.01	Federais	41.096	51.999
7.08.02.02	Estaduais	91.069	114.825
7.08.02.03	Municipais	328	1.001
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	114.120	156.400
7.08.03.01	Juros	88.582	116.898
7.08.03.02	Aluguéis	24.802	37.015
7.08.03.03	Outras	736	2.487
7.08.03.03.01	Outras Remunerações	736	2.487
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-308.332	-132.713
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-252.587	-88.170
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-55.745	-44.543

Comentário do Desempenho

GRUPO TOKY

Relatório da Administração dos Resultados do

2T26

MBLY B3 LISTED NM

Índice

1	Mensagem da Administração	03
2	Desempenho Financeiro	06
3	Gross Merchandise Value (GMV)	08
4	Lucro Bruto	10
5	Custos Logísticos	11
6	Marketing e Despesas com Vendas	12
7	Despesas Operacionais e Pessoal Administrativo	13
8	EBITDA e IFRS 16	15
9	EBIT	16
10	Resultado Líquido	17
11	*Acompanhamento de Covenants*	18
12	Anexos	19
13	Glossário	24

Mensagem da ***ADMINISTRAÇÃO***

O desempenho do Grupo Toky no segundo trimestre de 2026 foi moldado por um cenário macroeconômico severamente restritivo, caracterizado pela manutenção de taxas de juros elevadas, pelo alto endividamento das famílias e pela escassez de crédito, fatores que pressionaram diretamente o consumo no setor de móveis e decoração.

Diante da necessidade de preservar o valor da Companhia e assegurar sua continuidade operacional, a Administração optou pelo ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial em 12 de maio de 2026, cujo processamento foi deferido em 15 de junho de 2026. A medida é fundamental para reestruturar o endividamento bancário, hoje incompatível com a atual geração de caixa e com o custo de capital vigente. Busca, ainda, preservar a função social e operacional do Grupo junto a seus stakeholders.

No curto prazo, contudo, o ajuizamento atuou como agravante operacional. O impacto temporário sobre a confiança de fornecedores e parceiros comerciais levou à interrupção do abastecimento e a severas rupturas de estoque no período.
A indisponibilidade de produtos alongou os prazos de entrega, reduziu a captação de novas vendas e elevou de forma relevante o volume de cancelamentos de pedidos, afetando expressivamente a receita operacional líquida reconhecida no trimestre.

A Administração atuou de forma tempestiva junto aos parceiros estratégicos para restabelecer condições comerciais e a confiança na operação. Como resultado dessas iniciativas, o Grupo já observa uma consistente retomada no fluxo de compras e a consequente redução dos níveis de ruptura de estoques.

Nesse contexto, o GMV consolidado do Grupo atingiu R$295,2 milhões no 2T26, redução de 31,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida somou R$207,1 milhões, queda de 37,3% na mesma base de comparação. A retração mais acentuada da receita líquida em relação ao GMV decorre do aumento dos cancelamentos, que reduziu a taxa de conversão do GMV em receita reconhecida no período.

Comentário do Desempenho

A Margem Bruta consolidada atingiu 52,1% em 2T26 (redução de 1,6 pp vs 2T25), principalmente pressionado por descontos oferecidos pela Mobly, com o objetivo de mitigar os efeitos na redução nas vendas advindos da dificuldade de abastecimento de estoques enfrentada pelo Grupo.

No 2T26, os custos logísticos representam 13,6% da Receita Líquida, ante 13,8% no 2T25. A manutenção do patamar de diluição, apesar da retração de 37,3% da receita no período, reflete a consolidação dos estoques no Centro de Distribuição de Cajamar, processo que possibilitou a devolução parcial da unidade de Extrema. O efeito foi parcialmente compensado pela menor ocupação da frota operacional, decorrente do menor volume de vendas. A Companhia espera captura adicional de eficiência à medida que a integração logística seja concluída.

As despesas com Vendas e Marketing representaram 18,2% da Receita Líquida no 2T26, ante 14,1% no 2T25. A elevação de 4,1 p.p. decorre, principalmente, do efeito de menor diluição: a retração de 37,3% da receita líquida no período superou a redução das despesas em termos absolutos, uma vez que parcela relevante desses gastos possui natureza fixa ou contratada. Somaram-se a esse efeito o maior custo de aquisição e conversão de clientes, em razão das restrições de disponibilidade de produtos e do alongamento dos prazos de entrega, e o aumento dos cancelamentos, que reduziu a parcela do GMV convertida em receita reconhecida e ampliou proporcionalmente o peso das despesas. Em resposta, na marca Tok&Stok o Grupo redirecionou os investimentos em mídia e performance para campanhas de maior retorno (ROAS), priorizando margem por pedido em detrimento de volume, com captura gradual de eficiência esperada nos próximos períodos.

O EBITDA do grupo foi negativo, atingindo R$156,2 milhões no 2T26 com uma margem de -75,4% (5,9% no 2T25) e o EBITDA Ajustado foi negativo em R$7,6 milhões, com uma margem de -3,7% no 2T26 (7,0% no 2T25). Conforme divulgado no trimestre anterior, efeitos de natureza semelhante sensibilizaram os resultados de 2025, razão pela qual a Companhia apresenta a visão normalizada.

No 2º trimestre de 2026, o EBIT foi negativo em R$192,5 milhões, atingindo uma margem de -93,0%, com uma queda de 84,3 p.p. O resultado reflete os efeitos não recorrentes do trimestre e a menor diluição de despesas fixas decorrente da retração da receita. Na direção oposta, a linha de depreciação e amortização apresentou redução no período, refletindo a menor base de ativos de direito de uso após a devolução parcial da unidade de Extrema e a otimização do parque de lojas.

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro foi negativo em R$40,6 milhões no 2T26, ante R$65,9 milhões negativos no 2T25, variação de 38%. O desempenho do período reflete, principalmente, pela menor incidência de juros sobre o Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE) da Tok &Stok, ocorridos no final de 2025, celebrado no contexto da combinação de negócios.

O Grupo encerrou o trimestre com R$23,4 milhões em caixa e liquidez total de R$92,9 milhões, o consumo de caixa no período refletiu, principalmente, o resultado operacional do trimestre, agravado pelas rupturas de estoque, maior volume de cancelamentos, rescisões da reestruturação do parque de lojas, além de desembolsos de natureza não recorrente relacionados às obras no imóvel da Loja de Pinheiros da Tok&Stok e à desmobilização do CD de Extrema, associada à consolidação logística em Cajamar.
Em um cenário de restrição de liquidez, a gestão de caixa permanece como prioridade central da Administração, que segue atuando na renegociação de condições comerciais com fornecedores, na otimização do capital de giro e na captação de recursos no âmbito do processo de Recuperação Judicial.

Apesar dos resultados adversos do trimestre, a Companhia manteve avanços na integração entre Mobly e Tok&Stok. A estabilidade da diluição dos custos logísticos, mesmo diante da retração de 37,3% da receita líquida, e a manutenção do EBITDA Ajustado próximo ao equilíbrio evidenciam a captura de sinergias operacionais em curso.

A Administração entende que o processo de Recuperação Judicial constitui o instrumento adequado para reestruturar as obrigações financeiras do Grupo e reconstruir uma estrutura de capital compatível com sua geração de caixa, viabilizando a continuidade das operações.

A gestão permanece focada na disciplina financeira e no controle do fluxo de caixa, na eficiência operacional, na regularização do abastecimento e no fortalecimento do relacionamento com clientes, parceiros e colaboradores — diretrizes que orientam a recuperação gradual do desempenho ao longo dos próximos períodos.

Desempenho financeiro

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	2026	2025	Var
GMV *	**295,2**	**433,3**	**(31,9%)**	**713,8**	**929,7**	**(23,2%)**
Receita operacional líquida	**207,1**	**330,2**	**(37,3%)**	**516,5**	**711,6**	**(27,4%)**
(-) Custo dos produtos vendidos	(99,1)	(152,8)	35,1%	(246,0)	(325,1)	24,3%
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**177,5**	**(39,1%)**	**270,6**	**386,6**	**(30,0%)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*53,7%*	*-1,6 p.p*	*52,4%*	*54,3%*	*-1,9 p.p*
(-) Custos logísticos	(28,1)	(45,6)	38,5%	(72,7)	(91,9)	21,0%
% da Receita Líquida	*(13,6%)*	*(13,8%)*	*0,3 p.p*	*(14,1%)*	*(12,9%)*	*-1,2 p.p*
(=) Margem de Contribuição II	**79,9**	**131,8**	**(39,4%)**	**197,9**	**294,6**	**(32,8%)**
% da Receita Líquida	*38,58%*	*39,92%*	*-1,3 p.p*	*38,31%*	*41,40%*	*-3,1 p.p*
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(37,8)	(46,6)	18,9%	(81,4)	(92,4)	11,8%
% da Receita Líquida	*(18,2%)*	*(14,1%)*	*-4,1 p.p*	*(15,8%)*	*(13,0%)*	*-2,8 p.p*
(=) Margem de Contribuição III	**42,1**	**85,3**	**(50,6%)**	**116,4**	**202,2**	**(42,4%)**
% da Receita Líquida	*20,35%*	*25,8%*	*-5,5 p.p*	*22,54%*	*28,42%*	*-5,9 p.p*
(-) Pessoal administrativo	(19,5)	(20,6)	5,4%	(31,6)	(47,2)	33,1%
% da Receita Líquida	*(9,4%)*	*(6,2%)*	*-3,2 p.p*	*(6,1%)*	*(6,6%)*	*0,5 p.p*
(-) Despesas operacionais	(30,3)	(41,6)	27,2%	(73,4)	(77,8)	5,7%
% da Receita Líquida	*(14,6%)*	*(12,6%)*	*-2,0 p.p*	*(14,2%)*	*(10,9%)*	*-3,3 p.p*
(=) EBITDA Ajustado	**(7,6)**	**23,1**	**(133,1%)**	**11,5**	**77,2**	**(85,1%)**
% da Receita Líquida	*(3,7%)*	*7,0%*	*-10,7 p.p*	*2,2%*	*10,9%*	*-8,6 p.p*
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(148,5)	(3,7)	(3.895,7%)	**(153,5)**	**(4,5)**	(3.319,1%)
(=) EBITDA	**(156,2)**	**19,4**	**(906,1%)**	**(142,0)**	**72,7**	**(295,2%)**
% da Receita Líquida	*(75,4%)*	*5,9%*	*-81,3 p.p*	*(27,5%)*	*10,2%*	*-37,7 p.p*
(-) D&A	(36,3)	(47,8)	24,1%	**(78,9)**	**(101,0)**	21,9%
(=) EBIT	**(192,5)**	**(28,4)**	**(577,0%)**	**(220,8)**	**(28,3)**	**(681,7%)**
% da Receita Líquida	*(93,0%)*	*(8,6%)*	*-84,3 p.p*	*(42,8%)*	*(4,0%)*	*-38,8 p.p*
Resultado financeiro, líquido	**(40,6)**	**(65,9)**	**38,4%**	**(88,2)**	**(109,8)**	**19,7%**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	41,60%	5,6	(92,5%)	0,8	5,6	(85,1%)
(=) Lucro/prejuízo do período	**(232,7)**	**(88,9)**	**(161,7%)**	**(308,2)**	**(132,7)**	**(132,3%)**
% da Receita Líquida	*(112,4%)*	*(26,9%)*	*-85,4 p.p*	*(59,7%)*	*(18,6%)*	*-41,0 p.p*

Comentário do Desempenho

em R$ milhões	2T26 Contábil	2T26 Normalizado	Var	2T25 Contábil	2T25 Normalizado	Var	Var. 2025 vs. 2026 Normalizado
GMV *	**295,2**	**295,2**	**-**	**433,3**	**433,3**	**-**	**(138,1)**
Receita operacional líquida	**207,1**	**207,1**	**-**	**330,2**	**330,2**	**-**	**(123,1)**
(-) Custo dos produtos vendidos **(1)**	(99,1)	(99,1)	-	(152,8)	(151,5)	1,3	52,4
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**108,0**	**-**	**177,5**	**178,8**	**1,3**	**(70,8)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*52,1%*	*0,0 p.p*	*53,7%*	*54,1%*	*-0,4 p.p*	*0,6 p.p*
(-) Custos logísticos	(28,1)	(28,1)	-	(45,6)	(45,6)	-	17,5
% da Receita Líquida	*(13,6%)*	*(13,6%)*	-	*(13,8%)*	*(13,8%)*	-	*(14,2%)*
(=) Margem de Contribuição II	**79,9**	**79,9**	**-**	**131,8**	**133,1**	**1,3**	**(53,2)**
% da Receita Líquida	*38,6%*	*38,6%*	*0,0 p.p*	*39,9%*	*40,3%*	*-0,4 p.p*	*0,4 p.p*
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(37,8)	(37,8)	-	(46,6)	(46,6)	-	8,8
% da Receita Líquida	*(18,2%)*	*(18,2%)*	-	*(14,1%)*	*(14,1%)*	-	*(7,1%)*
(=) Margem de Contribuição III	**42,1**	**42,1**	**-**	**85,3**	**86,6**	**1,3**	**(44,4)**
% da Receita Líquida	*20,3%*	*20,3%*	*0,0 p.p*	*25,8%*	*26,2%*	*-0,4 p.p*	*0,4 p.p*
(-) Pessoal administrativo **(2)**	(19,5)	(19,5)	-	(20,6)	(20,6)	-	1,1
% da Receita Líquida	*(9,4%)*	*(9,4%)*	*0,0 p.p*	*(6,2%)*	*(6,2%)*	*0,0 p.p*	*0,0 p.p*
(-) Despesas operacionais **(3)**	(30,3)	(30,3)	-	(41,6)	(48,8)	(7,2)	18,5
% da Receita Líquida	*(14,6%)*	*(14,6%)*	*0,0 p.p*	*(12,6%)*	*(14,8%)*	*2,2 p.p*	*-0,2 p.p*
(=) EBITDA Ajustado	**(7,6)**	**(7,6)**	**-**	**23,1**	**17,2**	**(5,9)**	**(24,8)**
% da Receita Líquida	*(3,7%)*	*(3,7%)*	*0,0 p.p*	*7,0%*	*5,2%*	*1,8 p.p*	*0,2 p.p*
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(148,5)	(148,5)	-	(3,7)	(3,7)	-	(144,8)
(=) EBITDA	**(156,2)**	**(156,2)**	**-**	**19,4**	**13,5**	**(5,9)**	**(169,7)**
% da Receita Líquida	*(75,4%)*	*(75,4%)*	*0,0 p.p*	*5,9%*	*4,1%*	*1,8 p.p*	*1,4 p.p*
(-) D&A	(36,3)	(36,3)	-	(47,8)	(47,8)	-	11,5
(=) EBIT	**(192,5)**	**(192,5)**	**-**	**(28,4)**	**(34,3)**	**(5,9)**	**(158,2)**
% da Receita Líquida	*(93,0%)*	*(93,0%)*	*0,0 p.p*	*(8,6%)*	*(10,4%)*	*1,8 p.p*	*1,3 p.p*
Resultado financeiro, líquido	**(40,6)**	**(40,6)**	**-**	**(65,9)**	**(65,9)**	**-**	**25,3**
IR e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	0,4	-	5,6	5,6	-	(5,1)
(=) Lucro/prejuízo do período	**(232,7)**	**(232,7)**	**-**	**(88,9)**	**(94,7)**	**(5,8)**	**(138,0)**
% da Receita Líquida	*(112,4%)*	*(112,4%)*	*0,0 p.p*	*(26,9%)*	*(28,7%)*	*1,8 p.p*	*-1,8 p.p*

(1) No 2T25, normalizamos os números dos custos dos produtos vendidos com o efeito da mais-valia de estoques, no valor de R$1,3 milhão. Os efeitos da mais-valia causaram uma distorção no custo, piorando o valor bruto e margem sobre a receita.

(2) As despesas de pessoal foram ajustadas para normalizar efeitos de reversão de provisões de bônus de períodos anteriores.

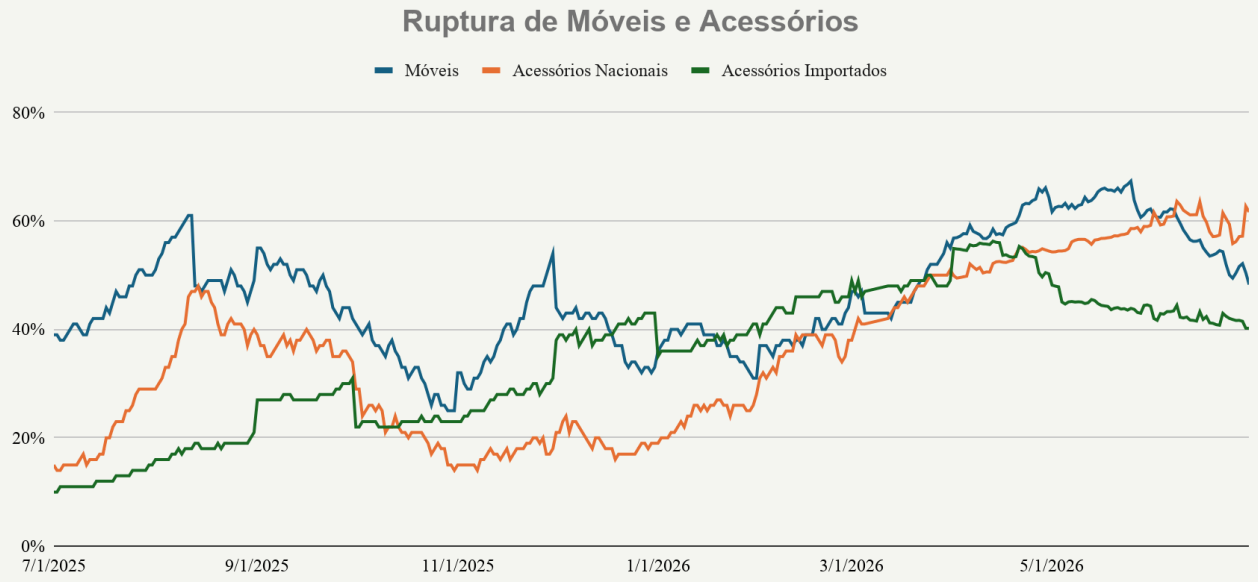
(3) As despesas operacionais foram afetadas por efeitos extemporâneos no total de R$7 milhões no 2o trimestre de 2025, referentes à ganhos fiscais de períodos anteriores.

Gross Merchandise Value ***(GMV)***

	Grupo Toky			Mobly			Tok&Stok		
Gross Merchandise Value (GMV) em R$ milhões	**2T26**	**2T25**	**Var**	**2T26**	**2T25**	**Var**	**2T26**	**2T25**	**Var**
Website	47,1	88,6	(46,8%)	13,6	40,8	(66,8%)	33,6	47,7	(29,7%)
Marketplace	37,2	63,0	(40,9%)	36,7	63,0	(41,8%)	0,5	-	-
Lojas	208,2	271,7	(23,4%)	32,4	55,0	(41,0%)	175,8	216,8	(18,9%)
Sellercenter	0,0	6,1	(99,7%)	0,0	6,1	(99,7%)	-	-	-
Outras Receitas	2,6	3,9	(32,1%)	2,6	3,9	(32,1%)	-	-	100.0%
GMV	**295,2**	**433,3**	**(31,9%)**	**85,4**	**168,8**	**(49,4%)**	**209,8**	**264,5**	**(20,7%)**
Receita operacional líquida	**207,1**	**330,2**	**(37,3%)**	**60,8**	**120,4**	**(49,5%)**	**146,3**	**209,9**	**(30,3%)**

No 2T26, o GMV consolidado do Grupo Toky atingiu R$295,2 milhões, uma redução de 31,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os severos desafios operacionais de desabastecimento — decorrentes de rupturas na cadeia de suprimentos que comprometeram a disponibilidade de produtos conforme a tabela abaixo, e impactaram de maneira relevante a receita do período, somados a um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por juros elevados e maior restrição ao crédito. Essa conjuntura culminou na decisão estratégica de ajuizar, em 12 de maio de 2026, o pedido de Recuperação Judicial da holding e de suas subsidiárias, medida necessária para viabilizar a reestruturação financeira e

resguardar a continuidade do negócio. Diante desse contexto, os principais canais de venda registraram retração no trimestre.



Diante do cenário de retração da receita, a maioria dos canais de vendas do Grupo registrou desempenho negativo no segundo trimestre. O Website apresentou uma queda de 46,8% em relação ao mesmo período de 2025, enquanto o Marketplace recuou 40,9%.

As lojas físicas também apresentaram retração, com queda de 23,4% no consolidado, composta por reduções de 41,0% na Mobly e 18,9% na Tok&Stok. O desempenho do canal presencial reflete o menor fluxo de clientes nas lojas, diretamente impactado pelo alto endividamento das famílias

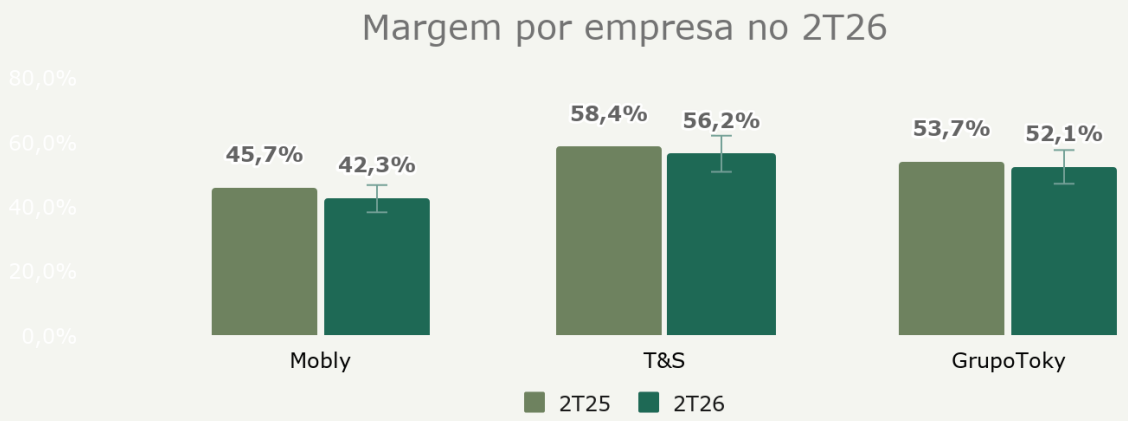
Conforme reportado anteriormente, a Companhia descontinuou o Seller Center (varejistas terceiros no site da Mobly), focando na concentração de esforços e recursos em produtos de marca própria.

O Grupo tem adotado medidas estruturantes para a normalização das operações, com destaque para a renegociação de prazos e condições comerciais junto a fornecedores e parceiros estratégicos, e também a revisão criteriosa de sua base de despesas. Em paralelo, a Companhia promove uma revisão do sortimento de produtos e da estratégia de compras, priorizando itens de maior giro e margem. Tais iniciativas são fundamentais para a recomposição dos estoques de maneira saudável, assegurando a continuidade operacional e a sustentabilidade do negócio após o pedido de recuperação judicial.

Lucro Bruto

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
Receita Op. Líquida	207,1	330,2	(37,3%)	516,5	711,6	(27,4%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(99,1)	(152,8)	35,1%	(246,0)	(325,1)	24,3%
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**177,5**	**(39,1%)**	**270,6**	**386,6**	**(30,0%)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*53,7%*	*-1,6 p.p*	*52,4%*	*54,3%*	*-1,9 p.p*

No 2T26, a margem bruta consolidada atingiu 52,1%, refletindo uma queda frente ao mesmo período do ano anterior. O custo dos produtos vendidos acompanhou a retração da receita, apresentando uma queda de 35,1% em termos nominais. A redução observada na margem absoluta reflete os desafios operacionais e o cenário macroeconômico detalhados anteriormente. A seguir, detalhamos o desempenho da margem por empresa:



Na Tok&Stok houve uma queda em sua margem, passando de 58,4% no 2T25 para 56,2% no 2T26. A Mobly, por sua vez, registrou uma queda, saindo de 45,7% no 2º período de 2025 para 42,3% no 2º período de 2026.

Adicionalmente, a margem de 2025 reflete o efeito da amortização da mais-valia dos estoques adquiridos no âmbito da combinação de negócios. Sem esse efeito, a margem bruta do 2T25 seria de 54,1%, e no acumulado do ano (6M25) 54,6%, conforme tabelas a seguir:

em R$ milhões	2T26	2T25	2T25 Normalizado	Var

Receita Op. Líquida	207,1	330,2	330,2	-
(-) Custo dos produtos vendidos	(99,1)	(152,8)	(151,5)	(0,9%)
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**177,5**	**178,8**	**(0,7%)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*53,7%*	*54,1%*	*-0,4 p.p*

em R$ milhões	6M26	6M25	6M25 Normalizado	Var
Receita Op. Líquida	516,5	711,6	711,6	-
(-) Custo dos produtos vendidos	(246,0)	(325,1)	(322,8)	(0,7%)
(=) Lucro Bruto	**270,6**	**386,6**	**388,9**	**(0,6%)**
% da Receita Líquida	*52,4%*	*54,3%*	*54,6%*	*-0,3 p.p*

Custos Logísticos

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(-) Transportes	(15,5)	(31,0)	49,9%	(42,4)	(60,5)	29,9%
(-) Meios de Pagamento	(4,5)	(6,4)	29,7%	(10,9)	(13,8)	21,4%
(-) Pessoas - Logística	(7,9)	(8,0)	0,6%	(19,4)	(17,2)	(12,7%)
(-) Perda de Crédito Esperada	(0,2)	(0,3)	45,6%	(0,1)	(0,5)	88,0%
(-) Custos Logísticos	**(28,1)**	**(45,6)**	**38,5%**	**(72,7)**	**(91,9)**	**21,0%**
% da Receita Líquida	*(13,6%)*	*(13,8%)*	*0,2 p.p*	*(14,1%)*	*(12,9%)*	*-1,2 p.p*

No 2T26, os custos logísticos representam 13,6% da Receita Líquida, ante 13,8% no 2T25. A manutenção do patamar de diluição, apesar da retração de 37,3% da receita no período, reflete a consolidação dos estoques no Centro de Distribuição de Cajamar, processo que possibilitou a devolução parcial da unidade de Extrema.

A linha de Pessoas - Logística apresentou uma variação nominal inferior à queda da receita no período, sendo impactada por uma alteração estrutural na base de comparação. Esse movimento decorre de uma reclassificação de despesas que, no exercício anterior, estavam alocadas como custos fixos e que, em 2026, passaram a ser reconhecidas como custos variáveis, impossibilitando uma equiparação direta entre os períodos sem o ajuste desta

distorção. No entanto, mesmo desconsiderando os valores reclassificados, a redução ainda é consideravelmente menor do que a Receita. Essa perda de eficiência foi fortemente pressionada pelo menor volume de mercadorias operacionalizadas nos Centros de Distribuição do Grupo.

Marketing & Despesas com Vendas

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(-) Propaganda e Publicidade	(11,9)	(17,2)	30,6%	(26,4)	(35,1)	24,7%
(-) Pessoas - Vendas	(25,6)	(29,3)	12,8%	(54,3)	(57,3)	5,2%
(-) Outras despesas com vendas	(0,2)	-	100.0%	(0,7)	-	100.0%
(-) Mkt & despesas c/ vendas	**(37,8)**	**(46,6)**	**18,9%**	**(81,4)**	**(92,4)**	**11,8%**
% da Receita Líquida	*(18,2%)*	*(14,1%)*	*-4,1 p.p*	*(15,8%)*	*(13,0%)*	*-2,8 p.p*

No 2T26, a linha de Propaganda e Publicidade totalizou R$11,9 milhões, apresentando uma redução de 30,6% em relação ao 2T25, movimento que acompanhou a queda da receita no período.

As despesas com pessoal de vendas apresentaram redução de 12,8% no 2T26, ante retração de 37,3% da receita líquida no mesmo período. A menor flexibilidade dessa linha decorre, principalmente, da remuneração mínima garantida às equipes comerciais, componente fixo que não acompanha a variação do volume de vendas e amplia o peso relativo dessas despesas em cenários de contração da receita

Devido a uma realocação pontual visando uma melhor adequação contábil, as contas de Outras despesas com vendas foram reclassificadas a partir da linha de despesas operacionais; no entanto, esse ajuste não gerou um impacto expressivo no total do grupo.

Despesas Operacionais e Pessoal Administrativo

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(19,5)	(20,6)	5,4%	(31,6)	(47,2)	33,1%
% da Receita Líquida	*(9,4%)*	*(6,2%)*	*-3,2 pp*	*(6,1%)*	*(6,6%)*	*0,5 pp*
(-) Despesas Comerciais	(14,0)	(33,2)	57,9%	(38,3)	(71,7)	46,6%
% da Receita Líquida	*(6,8%)*	*(16,1%)*	*9,3 pp*	*(7,4%)*	*(10,1%)*	*2,7 pp*
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(13,7)	(13,4)	(1,8%)	(29,9)	(21,1)	(41,6%)
% da Receita Líquida	*(6,6%)*	*(6,5%)*	*-0,1 pp*	*(5,8%)*	*(3,0%)*	*-2,8 pp*
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(2,6)	5,1	(150,6%)	(3,9)	15,3	(125,5%)
% da Receita Líquida	*(1,3%)*	*2,5%*	*-3,7 pp*	*(0,8%)*	*2,2%*	*-2,9 pp*
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	**(49,8)**	**(62,2)**	**19,9%**	**(103,7)**	**(124,7)**	**16,9%**
% da Receita Líquida	*(24,0%)*	*(18,8%)*	*-5,2 p.p*	*(20,1%)*	*(17,5%)*	*-2,5 p.p*

Em 2T26, a linha Pessoal Administrativo representou um aumento de frente a receita líquida de 3,2 p.p referente ao mesmo período do ano passado, passando de 6,2% para 9,4%. Embora a linha apresente um aumento em relação à Receita Líquida no trimestre, este movimento decorre da expressiva contração da receita no período, e não de um aumento de despesas fixas. Em termos absolutos, o Grupo manteve a trajetória de redução de seus custos fixos com pessoal, reforçando a disciplina na gestão de despesas e revisão de todo o backoffice.

As Despesas Comerciais registraram redução expressiva de 57,9% vs. 2T25, impulsionadas pela reestruturação da rede de lojas e pela desmobilização parcial do Centro de Distribuição (CD) de Extrema, além da redução de custos de manutenção e ocupação.
A economia anual com a otimização da unidade logística é estimada em R$ 23 milhões ao longo de 2026. Além disso, parte das despesas comerciais foram reclassificadas para Gerais e Administrativas de 2025 para 2026, contribuindo para a economia apresentada.

Em 2T26, as Despesas Gerais e Administrativas registraram R$13,7 milhões, um pequeno aumento pontual da linha no trimestre de 1,8%, também sensibilizado pela reclassificação de despesas mencionada no parágrafo anterior.

Comentário do Desempenho

Para uma análise mais clara da performance recorrente, a tabela abaixo apresenta os números normalizados para os efeitos extemporâneos relacionados aos custos fixos, que demonstra redução expressiva de R$19,6M no trimestre, evidenciando a captura de sinergias dos custos administrativos do Grupo.

em R$ milhões	2T26	2T26 Normalizado	Var	2T25	2T25 Normalizado	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(19,5)	(19,5)	-	(20,6)	(20,6)	5,4%
% da Receita Líquida	(9,4%)	(9,4%)		(6,2%)	*(6,2%)*	*-3,2 p.p*
(-) Despesas Comerciais	(14,0)	(14,0)	-	(33,2)	(33,2)	57,9%
% da Receita Líquida	(6,8%)	(6,8%)		(16,1%)	*(10,1%)*	*3,3 p.p*
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(13,7)	(13,7)	-	(13,4)	(20,6)	33,7%
% da Receita Líquida	(6,6%)	(6,6%)		(6,5%)	(6,3%)	*-0,4 p.p*
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(2,6)	(2,6)	-	5,1	5,1	(150,6%)
% da Receita Líquida	(1,3%)	(1,3%)		2,5%	*1,6%*	*-2,8 p.p*
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	**(49,8)**	**(49,8)**	**0,0%**	**(62,2)**	**(69,4)**	**28,2%**
% da Receita Líquida	*(24,0%)*	*(24,0%)*	*0,0 p.p*	*(18,8%)*	*(21,0%)*	*-3,0 p.p*

Como demonstrado acima, o grupo obteve uma evolução na eficiência das Despesas Gerais e Administrativas ao desconsiderar os impactos extemporâneos, o que resultou em uma baixa de 33,7% no 2T26 em relação ao 2T25.

Adicionalmente aos efeitos no G&A, o resultado acumulado dos seis primeiros meses de 2026 (6M26) incorpora um ajuste de R$8,0 milhões relativo à reversão de provisões de bônus na linha de Pessoal Administrativo. Com esses ajustes, a despesa dessa linha recuou de R$47,2 milhões no 6M25 para R$39,6 milhões no 6M26, gerando uma diminuição real de R$7,6 milhões e evidenciando a redução dos custos fixos.

Devido às realocações contábeis realizadas entre determinadas rubricas, a avaliação isolada das Despesas Comerciais e das Despesas Gerais e Administrativas (G&A) encontra-se sensibilizada. Para uma melhor compreensão da disciplina de custos e da captura de sinergias, apresentamos a visão agregada de ambas as linhas sob a ótica normalizada. O montante consolidado dessas despesas apresentou uma redução expressiva de 40,4%, recuando de

R$114,3 milhões no 6M25 para R$68,2 milhões no 6M26, totalizando uma economia nominal de R$46,1 milhões no período.

em R$ milhões	6M26	2026 Normalizado	Var	6M25	2025 Normalizado	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(31,6)	(39,6)	20,2%	(47,2)	(47,2)	-
% da Receita Líquida	(6,1%)	(19,1%)		*(6,6%)*	*(14,3%)*	
(-) Despesas Comerciais	(38,3)	(38,3)	-	(71,7)	(71,7)	-
% da Receita Líquida	(7,4%)	(18,5%)		*(10,1%)*	*(21,7%)*	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(29,9)	(29,9)	-	(21,1)	(42,6)	50,5%
% da Receita Líquida	(5,8%)	(14,4%)		(3,0%)	(12,9%)	
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(3,9)	(3,9)	-	15,3	15,3	-
% da Receita Líquida	(0,8%)	(1,9%)		*2,2%*	*4,6%*	
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	**(103,7)**	**(111,7)**	**7,2%**	**(124,7)**	**(146,2)**	**14,7%**
% da Receita Líquida	*(20,1%)*	*(53,9%)*	*33,9 p.p*	*(17,5%)*	*(44,3%)*	*0,6 p.p*

EBITDA e IFRS 16

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(=) Margem de Contribuição III	42,1	85,3	(50,6%)	116,4	202,2	(42,4%)
(-) Pessoal - Administrativo	(19,5)	(20,6)	5,4%	(31,6)	(47,2)	33,1%
(-) Despesas Operacionais	(30,3)	(41,6)	27,2%	(73,4)	(77,8)	5,7%
(=) EBITDA Ajustado	**(7,6)**	**23,1**	**-133,1%**	**11,5**	**77,2**	**-85,1%**
% da Receita Líquida	*(3,7%)*	*7,0%*	*-10,7 p.p*	*2,2%*	*10,9%*	*-8,6 p.p*
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(148,5)	(3,7)	(3.895,7%)	(153,5)	(4,5)	(3.319,1%)
(=) EBITDA	**(156,2)**	**19,4**	**-906,1%**	**(142,0)**	**72,7**	**-295,2%**
% da Receita Líquida	*(75,4%)*	*5,9%*	*-81,3 p.p*	*(27,5%)*	*10,2%*	*-37,7 p.p*

No 2T26, o EBITDA Ajustado do Grupo Toky atingiu -R$7,6 milhões, com margem de -3,7%, apresentando uma retração de 10,7 p.p. na comparação com o 2T25 (R$ 23,1 milhões e margem de 7,0%), principalmente influenciada pela redução na Margem de Contribuição III.

Os resultados do 2T26 foram significativamente impactados pelo reconhecimento de R$148,5 milhões em efeitos não recorrentes, alocados principalmente em frentes de reestruturação organizacional, adequação do parque de lojas, conciliações operacionais e provisões extraordinárias detalhadas abaixo.

A reestruturação e adequação operacional respondeu pela maior parcela desses impactos, totalizando R$ 64,2 milhões (43,2% do total), englobando R$ 29,7 milhões com reestruturações societárias e honorários de assessorias jurídicas especializadas diretamente vinculadas ao processo de Recuperação Judicial e à combinação de negócios, além do efeito de rescisão de fechamento de lojas.
Em adicional, tivemos R$ 25,0 milhões em multas por distratos contratuais decorrentes do encerramento antecipado de 10 lojas deficitárias, R$ 9,4 milhões relativos à baixa de benfeitorias dessas unidades.
Adicionalmente, o Grupo registrou R$ 47,4 milhões (31,9%) em ajustes no Contas a Receber do canal de Marketplace e Sellers — abrangendo perdas de crédito sem base de reconciliação analítica, cancelamentos de anos anteriores não abatidos de parceiros inativos e provisões de acordos comerciais antigos —, R$ 19,1 milhões (12,8%) em Custos Logísticos para recomposição de saldos de fretes com terceiros e ressarcimentos, e R$ 7,8 milhões em provisões de perdas de Outras Contas a Pagar/Receber de períodos anteriores.

EBIT

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	2026	2025	Var
(=) EBITDA	(156,2)	19,4	-906,1%	(142,0)	72,7	(295,2%)
(-) Depreciação e Amortização	(36,3)	(47,8)	24,1%	(78,9)	(101,0)	21,9%
(=) EBIT	**(192,5)**	**(28,4)**	**(577,0%)**	**(220,8)**	**(28,2)**	**(684,5%)**
% da Receita Líquida	*(93,0%)*	*(8,6%)*	*-84,3 p.p*	*(42,8%)*	*(4,0%)*	*-38,8 p.p*

O EBIT do grupo foi negativo em R$192,5 milhões no 2T26, frente à resultado negativo de R$28,4 milhões no 2T25, refletindo uma piora de R$164,1 milhões no período, sendo impactado principalmente pelas contrações mencionadas nas seções anteriores.

Por outro lado, observou-se uma redução de 24,1% nas despesas com Depreciação e Amortização (D&A) no trimestre (R$36,3 milhões no 2T26 vs. R$47,8 milhões no 2T25). Essa diminuição decorre da menor base de ativos arrendados (Direito de Uso) — fruto do fechamento de lojas e da devolução parcial de Centros de Distribuição —, além do efeito de baixas de ativos realizadas no período.

Resultado Líquido

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	2026	2025	Var
(=) EBIT	(192,5)	(28,4)	(577,0%)	(220,8)	(28,0)	(688,7%)
(-) Despesas financeiras	(43,7)	(72,8)	40,0%	(93,9)	(118,4)	20,7%
(+) Receitas financeiras	3,1	6,9	(55,6%)	5,7	8,6	(33,5%)
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-	100.0%	-	-	100.0%
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	5,6	(92,5%)	0,8	5,6	(85,1%)
(=) Lucro Líquido	**(232,7)**	**(88,8)**	**(162,0%)**	**(308,2)**	**(132,2)**	**(133,1%)**
% da Receita Líquida	*(112,4%)*	*(26,9%)*	*-85,5 p.p*	*(59,7%)*	*(18,6%)*	*-41,1 p.p*

No 2T26, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$40,6 milhões, apresentando uma melhora de 38,4% em relação ao prejuízo financeiro de R$65,9 milhões registrado no 2T25. Esse movimento decorre, principalmente, da redução de 40,0% nas despesas financeiras (R$43,7 milhões no 2T26 vs. R$ 72,8 milhões no 2T25), impulsionada pela menor incidência de juros sobre o Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE) da Tok&Stok, pela redução dos juros de arrendamentos com o fechamento das lojas e devolução parcial do CD anteriormente mencionado, e também pela redução nos custos com antecipação de recebíveis. Por outro lado, as receitas financeiras recuaram 55,6% no período (somando R$3,1 milhões), em função do menor saldo médio mantido em aplicações financeiras.

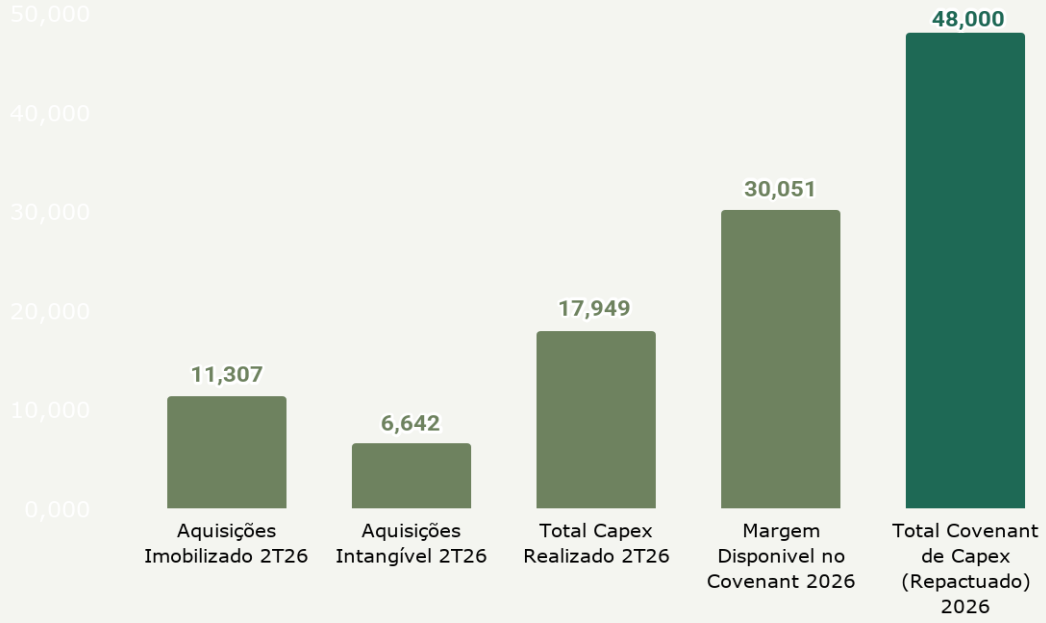
Comentário do Desempenho

Em decorrência do desempenho operacional e dos efeitos não recorrentes apontados no trimestre, o Prejuízo Líquido do Grupo atingiu R$ 232,7 milhões no 2T26 (ante prejuízo de R$ 88,8 milhões no 2T25).

Acompanhamento de covenants

O monitoramento dos covenants financeiros é fundamental para assegurar a adequada gestão da estrutura de capital e do nível de endividamento do Grupo, garantindo a observância dos limites e indicadores financeiros pactuados com os credores, bem como contribuindo para a manutenção da solidez financeira e da capacidade de cumprimento de suas obrigações contratuais.

A verificação do covenant financeiro de desembolso de CAPEX é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas. No acumulado até o 2T26, os investimentos realizados somaram R$17,9 milhões, o que corresponde a 37,3% do limite anual de R$48,0 milhões estabelecido para 2026. Com isso, o Grupo encerrou o período com R$30,1 milhões de capacidade remanescente dentro do limite pactuado.



Anexo I

em R$ milhões	6M26	6M25	Var
Receita operacional líquida	516,5	711,6	(27,4%)
Custo dos produtos vendidos	(245,7)	(325,1)	24,4%
Lucro bruto	**270,8**	**386,6**	**(30,0%)**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	(248,7)	(326,0)	23,7%
Despesas gerais e administrativas	(85,6)	(90,7)	5,6%
Perda de crédito esperada	(0,1)	(0,5)	88,0%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(157,4)	2,2	(7.270,3%)
Prejuízo antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**(221,0)**	**(28,5)**	**(675,9%)**
Despesas financeiras	(93,9)	(118,4)	20,7%
Receitas financeiras	5,7	8,6	(33,5%)
Resultado financeiro, líquido	**(88,2)**	**(109,8)**	**19,7%**
Imposto de renda e contribuição social	-		100.0%
IR/CS Diferidos	0,8	5,6	(85,1%)
Prejuízo do exercício	**(308,3)**	**(132,2)**	**(133,2%)**
Prejuizo atribuível a sócios controladores	**(252,6)**	**(88,2)**	**(186,5%)**
Prejuizo atribuível a sócios não controladores	**(55,7)**	**(44,5)**	**(25,1%)**
Básico	**(4,6605)**	**(0,4538)**	**(927,0%)**
Diluído	**(4,6605)**	**(0,4538)**	**(927,0%)**

Anexo II

Comentário do Desempenho

em R$ milhões	2026	2025	Var
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	23,4	30,7	(23,8%)
Contas a receber	69,6	106,9	(34,9%)
Estoques	210,6	239,4	(12,0%)
Créditos diversos	41,5	22,4	85,5%
Depósitos e bloqueios judiciais	0,2	0,4	(52,8%)
Impostos a recuperar	179,8	185,7	(3,2%)
Partes relacionadas	-	-	100.0%
Total do ativo circulante	**525,0**	**585,4**	**(10,3%)**
Não circulante			
Investimentos	-	-	100.0%
Outros ativos financeiros a valor justo	105,3	104,4	0,9%
Investimentos temporários	-	-	100.0%
Impostos a recuperar	142,0	140,1	1,4%
Outras Contas a Receber	4,8	4,7	0,5%
Depósitos e bloqueios judiciais	90,9	85,8	5,9%
Créditos Diversos	2,5	3,0	(16,1%)
Partes relacionadas	-	-	100.0%
Imobilizado	146,2	180,7	(19,1%)
Direito de uso	274,6	249,4	10,1%
Intangível	466,9	480,8	(2,9%)
Total do ativo não circulante	**1.233,2**	**1.248,9**	**(1,3%)**
Total do ativo	**1.758,1**	**1.834,0**	**(4,1%)**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	301,7	183,4	64,4%
Risco Sacado	26,4	39,9	(33,9%)
Salários e encargos sociais	46,4	50,8	(8,8%)
Impostos a recolher	272,3	174,1	56,4%

Empréstimos e financiamentos	56,6	25,8	119,1%
Adiantamentos de clientes	18,9	23,4	(19,2%)
Passivo de arrendamento	112,3	94,2	19,3%
Provisão para contingências	0,6	0,4	45,7%
Provisões	0,5	-	100.0%
Outras contas a pagar	67,4	70,1	(3,8%)
Contas a Pagar - Intercompany	-	-	100.0%
Partes relacionadas - Passivo	-		100.0%
Total do passivo circulante	**903,0**	**662,0**	**36,4%**
Não circulante			
Provisão para perdas em investimentos	-		100.0%
Fornecedores	84,2	78,0	7,9%
Dívidas com acionistas não controladores	48,9	47,5	3,1%
Provisão para contingências	12,6	31,8	(60,4%)
Impostos a recolher	-	9,6	(100,0%)
Outras contas a pagar	9,5	-	100.0%
Provisões	222,0	212,6	4,5%
Passivo de arrendamento	88,2	89,0	(0,9%)
Tributos diferidos	-	-	100.0%
Partes relacionadas - Passivo	486,7	481,5	1,1%
Empréstimos e financiamentos	-	-	100.0%
Total do passivo não circulante	**952,1**	**950,0**	**0,2%**
Patrimônio líquido			
Capital social	1.239,3	1.239,3	-
Reservas de Capital	59,8	59,8	-
Reserva de plano de opções de compra de ações	1,5	12,9	(88,1%)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	100.0%
Prejuízos acumulados	(1.118,1)	(868,9)	(28,7%)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	182,6	443,1	(58,8%)
Participação de não controladores	(279,6)	(220,9)	(26,5%)
Total do patrimônio líquido	**(97,0)**	**222,1**	**(143,7%)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.758,1**	**1.834,0**	**(4,1%)**

Anexo III

em R$ milhões		2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**Prejuízo do exercício**	**(308,3)**	**(132,7)**
	Depreciação	26,2	20,7
	Amortização	17,2	17,9
	Depreciação - direito de uso	40,9	50,4
	Amortização de mais Valia	3,5	-
	Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	38,0	47,1
	Juros sobre partes relacionadas	-	-
	Juros passivos de arrendamento	29,5	22,8
	Juros sobre antecipação de recebíveis	14,9	26,2
	Atualização monetária sobre contingencias	-	-
	Outras receitas/despesas financeiras	5,2	11,7
	Provisões para contingências	1,6	(8,0)
	Provisões	116,4	-
	Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	-
	Resultado da alienação de imobilizado e intangível	11,6	(5,9)
	Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	-	(0,0)
	Provisão para realização dos estoques	-	1,0
	Provisão para programa de incentivo a longo prazo	-	(1,8)
	Juros de aplicações financeiras	-	(1,1)
	Impostos diferidos	(0,8)	4,3
	Baixa líquida de arrendamento	12,4	-
	Outros	(11,4)	(1,8)
Variação nos ativos	Contas a receber e outras contas a receber	(7,0)	44,0
	Estoques	28,8	76,1

operacionais	Depósitos e bloqueios judiciais	(4,9)	(1,2)
	Créditos diversos e impostos a recuperar	(16,9)	(24,2)
	Partes relacionadas	-	-
Variação nos passivos operacionais	Fornecedores e outras contas a pagar	32,6	(87,1)
	Salários e encargos sociais e impostos a recolher	74,5	16,6
	Adiantamentos de clientes	(4,5)	3,1
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**Caixa utilizado nas atividades operacionais**	**99,6**	**77,9**
	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(2,5)	-
	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(28,2)	(23,9)
	Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	(14,9)	(26,2)
	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**54,0**	**27,7**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	Juros de aplicações financeiras	-	1,1
	Investimento FIDC	-	34,0
	Efeito do caixa na aquisição de controlada	-	-
	Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	(3,9)	
	Aquisição do ativo imobilizado	(6,6)	(4,0)
	Aquisição do ativo intangível	-	(10,1)
	Aquisição do direito de uso	-	-
	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(10,5)**	**21,0**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	Captação de empréstimos	48,4	-
	Dívida com acionistas não controladores	-	-
	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(48,0)	-
	Pagamento de passivo de arrendamento	(51,2)	(48,8)
	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(50,8)**	**(48,8)**
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**30,7**	**23,0**
	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**23,4**	**23,0**
	Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(7,3)**	**(0,0)**

Glossário

CAPITAL DE GIRO
Calculado como a soma de dias de contas a receber de clientes (usando GMV como base) e dias de estoque, menos os dias de fornecedores, considerando GMV e CMV nos últimos 12 meses.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)
Ajustadas SG&A excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA
Calculada como a soma de endividamento de curto prazo e longo prazo, menos disponibilidades e contas a receber de cartão de crédito líquido de antecipação.

EBITDA AJUSTADO (LAJIDA)
Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização e excluindo outras receitas/despesas operacionais e equivalência patrimonial.

GERAÇÃO (CONSUMO) DE CAIXA
Como forma de capturar todos os efeitos, a geração ou consumo de caixa é medida pela variação da dívida líquida em relação ao trimestre anterior, sempre desconsiderando eventuais recursos de operações de aumento de capital.

GMV (GROSS MERCHANDISE VOLUME)
Vendas de mercadorias próprias, vendas realizadas no Marketplace e outras receitas, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

GMV E-COMMERCE (GROSS MERCHANDISE VALUE)
Montante transacionado em R$ em nosso site, incluindo os valores de 1P e 3P, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos

GMV TOTAL BRUTO
Montante transacionado em R$ em nosso site e lojas, antes de cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

GMV TOTAL LÍQUIDO
Montante transacionado em R$ em nosso site e lojas, líquido de cancelamentos e bruto de impostos.

LEAD TIME
Tempo decorrido entre o princípio e o fim de um processo, ou, aquele permitido para que o processo se complete.

LUCRO BRUTO AJUSTADO
Lucro bruto excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO I
Lucro bruto. Permite ver a contribuição de uma venda após a dedução do custo dos produtos vendidos.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II
Lucro bruto após a dedução das despesas ligadas à logística (fretes e pessoas de armazém) e aos meios de pagamento.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO III
Margem de contribuição II após deduzidas as despesas de marketing, despesas com pessoal de lojas e pessoal de pós-vendas.

MARKETPLACE OU 3P
Produtos de parceiros (“sellers”) comercializados nas plataformas on-line.

NA
Não aplicável.

PARTICIPAÇÃO MARKETPLACE
Vendas do Marketplace sobre o GMV consolidado total.

REVERSA
Produtos devolvidos por motivos diversos, como avarias ou apenas por decisão do cliente de devolver.

SELLERCENTER
Serviço disponível para que os sellers utilizem nosso marketplace para realizarem suas vendas.

Grupo Toky S.A. – em recuperação judicial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268ES-037-PB

Notas Explicativas

Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	27
Informações financeiras trimestrais	30
Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, referente ao período findo em 30 de junho de 2026	37

Notas Explicativas

GRUPO TOKY

Relatório da Administração dos Resultados do

2T26

MBLY B3 LISTED NM

*Mensagem da **ADMINISTRAÇÃO***

O desempenho do Grupo Toky no segundo trimestre de 2026 foi moldado por um cenário macroeconômico severamente restritivo, caracterizado pela manutenção de taxas de juros elevadas, pelo alto endividamento das famílias e pela escassez de crédito, fatores que pressionaram diretamente o consumo no setor de móveis e decoração.

Diante da necessidade de preservar o valor da Companhia e assegurar sua continuidade operacional, a Administração optou pelo ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial em 12 de maio de 2026, cujo processamento foi deferido em 15 de junho de 2026. A medida é fundamental para reestruturar o endividamento bancário, hoje incompatível com a atual geração de caixa e com o custo de capital vigente. Busca, ainda, preservar a função social e operacional do Grupo junto a seus stakeholders.

No curto prazo, contudo, o ajuizamento atuou como agravante operacional. O impacto temporário sobre a confiança de fornecedores e parceiros comerciais levou à interrupção do abastecimento e a severas rupturas de estoque no período.
A indisponibilidade de produtos alongou os prazos de entrega, reduziu a captação de novas vendas e elevou de forma relevante o volume de cancelamentos de pedidos, afetando expressivamente a receita operacional líquida reconhecida no trimestre.

A Administração atuou de forma tempestiva junto aos parceiros estratégicos para restabelecer condições comerciais e a confiança na operação. Como resultado dessas iniciativas, o Grupo já observa uma consistente retomada no fluxo de compras e a consequente redução dos níveis de ruptura de estoques.

Nesse contexto, o GMV consolidado do Grupo atingiu R$295,2 milhões no 2T26, redução de 31,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida somou R$207,1 milhões, queda de 37,3% na mesma base de comparação. A retração mais acentuada da receita líquida em relação ao GMV decorre do aumento dos cancelamentos, que reduziu a taxa de conversão do GMV em receita reconhecida no período.

Notas Explicativas

A Margem Bruta consolidada atingiu 52,1% em 2T26 (redução de 1,6 pp vs 2T25), principalmente pressionado por descontos oferecidos pela Mobly, com o objetivo de mitigar os efeitos na redução nas vendas advindos da dificuldade de abastecimento de estoques enfrentada pelo Grupo.

No 2T26, os custos logísticos representam 13,6% da Receita Líquida, ante 13,8% no 2T25. A manutenção do patamar de diluição, apesar da retração de 37,3% da receita no período, reflete a consolidação dos estoques no Centro de Distribuição de Cajamar, processo que possibilitou a devolução parcial da unidade de Extrema. O efeito foi parcialmente compensado pela menor ocupação da frota operacional, decorrente do menor volume de vendas. A Companhia espera captura adicional de eficiência à medida que a integração logística seja concluída.

As despesas com Vendas e Marketing representaram 18,2% da Receita Líquida no 2T26, ante 14,1% no 2T25. A elevação de 4,1 p.p. decorre, principalmente, do efeito de menor diluição: a retração de 37,3% da receita líquida no período superou a redução das despesas em termos absolutos, uma vez que parcela relevante desses gastos possui natureza fixa ou contratada. Somaram-se a esse efeito o maior custo de aquisição e conversão de clientes, em razão das restrições de disponibilidade de produtos e do alongamento dos prazos de entrega, e o aumento dos cancelamentos, que reduziu a parcela do GMV convertida em receita reconhecida e ampliou proporcionalmente o peso das despesas. Em resposta, na marca Tok&Stok o Grupo redirecionou os investimentos em mídia e performance para campanhas de maior retorno (ROAS), priorizando margem por pedido em detrimento de volume, com captura gradual de eficiência esperada nos próximos períodos.

O EBITDA do grupo foi negativo, atingindo R$156,2 milhões no 2T26 com uma margem de -75,4% (5,9% no 2T25) e o EBITDA Ajustado foi negativo em R$7,6 milhões, com uma margem de -3,7% no 2T26 (7,0% no 2T25). Conforme divulgado no trimestre anterior, efeitos de natureza semelhante sensibilizaram os resultados de 2025, razão pela qual a Companhia apresenta a visão normalizada.

No 2º trimestre de 2026, o EBIT foi negativo em R$192,5 milhões, atingindo uma margem de -93,0%, com uma queda de 84,3 p.p. O resultado reflete os efeitos não recorrentes do trimestre e a menor diluição de despesas fixas decorrente da retração da receita. Na direção oposta, a linha de depreciação e amortização apresentou redução no período, refletindo a menor base de ativos de direito de uso após a devolução parcial da unidade de Extrema e a otimização do parque de lojas.

Notas Explicativas

O resultado financeiro foi negativo em R$40,6 milhões no 2T26, ante R$65,9 milhões negativos no 2T25, variação de 38%. O desempenho do período reflete, principalmente, pela menor incidência de juros sobre o Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE) da Tok &Stok, ocorridos no final de 2025, celebrado no contexto da combinação de negócios.

O Grupo encerrou o trimestre com R$23,4 milhões em caixa e liquidez total de R$92,9 milhões, o consumo de caixa no período refletiu, principalmente, o resultado operacional do trimestre, agravado pelas rupturas de estoque, maior volume de cancelamentos, rescisões da reestruturação do parque de lojas, além de desembolsos de natureza não recorrente relacionados às obras no imóvel da Loja de Pinheiros da Tok&Stok e à desmobilização do CD de Extrema, associada à consolidação logística em Cajamar.
Em um cenário de restrição de liquidez, a gestão de caixa permanece como prioridade central da Administração, que segue atuando na renegociação de condições comerciais com fornecedores, na otimização do capital de giro e na captação de recursos no âmbito do processo de Recuperação Judicial.

Apesar dos resultados adversos do trimestre, a Companhia manteve avanços na integração entre Mobly e Tok&Stok. A estabilidade da diluição dos custos logísticos, mesmo diante da retração de 37,3% da receita líquida, e a manutenção do EBITDA Ajustado próximo ao equilíbrio evidenciam a captura de sinergias operacionais em curso.

A Administração entende que o processo de Recuperação Judicial constitui o instrumento adequado para reestruturar as obrigações financeiras do Grupo e reconstruir uma estrutura de capital compatível com sua geração de caixa, viabilizando a continuidade das operações.

A gestão permanece focada na disciplina financeira e no controle do fluxo de caixa, na eficiência operacional, na regularização do abastecimento e no fortalecimento do relacionamento com clientes, parceiros e colaboradores — diretrizes que orientam a recuperação gradual do desempenho ao longo dos próximos períodos.

Desempenho financeiro

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	2026	2025	Var
GMV *	**295,2**	**433,3**	**(31,9%)**	**713,8**	**929,7**	**(23,2%)**
Receita operacional líquida	**207,1**	**330,2**	**(37,3%)**	**516,5**	**711,6**	**(27,4%)**
(-) Custo dos produtos vendidos	(99,1)	(152,8)	35,1%	(246,0)	(325,1)	24,3%
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**177,5**	**(39,1%)**	**270,6**	**386,6**	**(30,0%)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*53,7%*	*-1,6 p.p*	*52,4%*	*54,3%*	*-1,9 p.p*
(-) Custos logísticos	(28,1)	(45,6)	38,5%	(72,7)	(91,9)	21,0%
% da Receita Líquida	*(13,6%)*	*(13,8%)*	*0,3 p.p*	*(14,1%)*	*(12,9%)*	*-1,2 p.p*
(=) Margem de Contribuição II	**79,9**	**131,8**	**(39,4%)**	**197,9**	**294,6**	**(32,8%)**
% da Receita Líquida	*38,58%*	*39,92%*	*-1,3 p.p*	*38,31%*	*41,40%*	*-3,1 p.p*
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(37,8)	(46,6)	18,9%	(81,4)	(92,4)	11,8%
% da Receita Líquida	*(18,2%)*	*(14,1%)*	*-4,1 p.p*	*(15,8%)*	*(13,0%)*	*-2,8 p.p*
(=) Margem de Contribuição III	**42,1**	**85,3**	**(50,6%)**	**116,4**	**202,2**	**(42,4%)**
% da Receita Líquida	*20,35%*	*25,8%*	*-5,5 p.p*	*22,54%*	*28,42%*	*-5,9 p.p*
(-) Pessoal administrativo	(19,5)	(20,6)	5,4%	(31,6)	(47,2)	33,1%
% da Receita Líquida	*(9,4%)*	*(6,2%)*	*-3,2 p.p*	*(6,1%)*	*(6,6%)*	*0,5 p.p*
(-) Despesas operacionais	(30,3)	(41,6)	27,2%	(73,4)	(77,8)	5,7%
% da Receita Líquida	*(14,6%)*	*(12,6%)*	*-2,0 p.p*	*(14,2%)*	*(10,9%)*	*-3,3 p.p*
(=) EBITDA Ajustado	**(7,6)**	**23,1**	**(133,1%)**	**11,5**	**77,2**	**(85,1%)**
% da Receita Líquida	*(3,7%)*	*7,0%*	*-10,7 p.p*	*2,2%*	*10,9%*	*-8,6 p.p*
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(148,5)	(3,7)	(3.895,7%)	**(153,5)**	**(4,5)**	(3.319,1%)
(=) EBITDA	**(156,2)**	**19,4**	**(906,1%)**	**(142,0)**	**72,7**	**(295,2%)**
% da Receita Líquida	*(75,4%)*	*5,9%*	*-81,3 p.p*	*(27,5%)*	*10,2%*	*-37,7 p.p*
(-) D&A	(36,3)	(47,8)	24,1%	**(78,9)**	**(101,0)**	21,9%
(=) EBIT	**(192,5)**	**(28,4)**	**(577,0%)**	**(220,8)**	**(28,3)**	**(681,7%)**
% da Receita Líquida	*(93,0%)*	*(8,6%)*	*-84,3 p.p*	*(42,8%)*	*(4,0%)*	*-38,8 p.p*
Resultado financeiro, líquido	**(40,6)**	**(65,9)**	**38,4%**	**(88,2)**	**(109,8)**	**19,7%**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	41,60%	5,6	(92,5%)	0,8	5,6	(85,1%)
(=) Lucro/prejuízo do período	**(232,7)**	**(88,9)**	**(161,7%)**	**(308,2)**	**(132,7)**	**(132,3%)**
% da Receita Líquida	*(112,4%)*	*(26,9%)*	*-85,4 p.p*	*(59,7%)*	*(18,6%)*	*-41,0 p.p*

Notas Explicativas

em R$ milhões	2T26 Contábil	2T26 Normalizado	Var	2T25 Contábil	2T25 Normalizado	Var	Var. 2025 vs. 2026 Normalizado
GMV *	**295,2**	**295,2**	**-**	**433,3**	**433,3**	**-**	**(138,1)**
Receita operacional líquida	**207,1**	**207,1**	**-**	**330,2**	**330,2**	**-**	**(123,1)**
(-) Custo dos produtos vendidos **(1)**	(99,1)	(99,1)	-	(152,8)	(151,5)	1,3	52,4
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**108,0**	**-**	**177,5**	**178,8**	**1,3**	**(70,8)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*52,1%*	*0,0 p.p*	*53,7%*	*54,1%*	*-0,4 p.p*	*0,6 p.p*
(-) Custos logísticos	(28,1)	(28,1)	-	(45,6)	(45,6)	-	17,5
% da Receita Líquida	*(13,6%)*	*(13,6%)*	-	*(13,8%)*	*(13,8%)*	-	*(14,2%)*
(=) Margem de Contribuição II	**79,9**	**79,9**	**-**	**131,8**	**133,1**	**1,3**	**(53,2)**
% da Receita Líquida	*38,6%*	*38,6%*	*0,0 p.p*	*39,9%*	*40,3%*	*-0,4 p.p*	*0,4 p.p*
(-) Mkt & despesas c/ vendas	(37,8)	(37,8)	-	(46,6)	(46,6)	-	8,8
% da Receita Líquida	*(18,2%)*	*(18,2%)*	-	*(14,1%)*	*(14,1%)*	-	*(7,1%)*
(=) Margem de Contribuição III	**42,1**	**42,1**	**-**	**85,3**	**86,6**	**1,3**	**(44,4)**
% da Receita Líquida	*20,3%*	*20,3%*	*0,0 p.p*	*25,8%*	*26,2%*	*-0,4 p.p*	*0,4 p.p*
(-) Pessoal administrativo **(2)**	(19,5)	(19,5)	-	(20,6)	(20,6)	-	1,1
% da Receita Líquida	*(9,4%)*	*(9,4%)*	*0,0 p.p*	*(6,2%)*	*(6,2%)*	*0,0 p.p*	*0,0 p.p*
(-) Despesas operacionais **(3)**	(30,3)	(30,3)	-	(41,6)	(48,8)	(7,2)	18,5
% da Receita Líquida	*(14,6%)*	*(14,6%)*	*0,0 p.p*	*(12,6%)*	*(14,8%)*	*2,2 p.p*	*-0,2 p.p*
(=) EBITDA Ajustado	**(7,6)**	**(7,6)**	**-**	**23,1**	**17,2**	**(5,9)**	**(24,8)**
% da Receita Líquida	*(3,7%)*	*(3,7%)*	*0,0 p.p*	*7,0%*	*5,2%*	*1,8 p.p*	*0,2 p.p*
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(148,5)	(148,5)	-	(3,7)	(3,7)	-	(144,8)
(=) EBITDA	**(156,2)**	**(156,2)**	**-**	**19,4**	**13,5**	**(5,9)**	**(169,7)**
% da Receita Líquida	*(75,4%)*	*(75,4%)*	*0,0 p.p*	*5,9%*	*4,1%*	*1,8 p.p*	*1,4 p.p*
(-) D&A	(36,3)	(36,3)	-	(47,8)	(47,8)	-	11,5
(=) EBIT	**(192,5)**	**(192,5)**	**-**	**(28,4)**	**(34,3)**	**(5,9)**	**(158,2)**
% da Receita Líquida	*(93,0%)*	*(93,0%)*	*0,0 p.p*	*(8,6%)*	*(10,4%)*	*1,8 p.p*	*1,3 p.p*
Resultado financeiro, líquido	**(40,6)**	**(40,6)**	**-**	**(65,9)**	**(65,9)**	**-**	**25,3**
IR e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	0,4	-	5,6	5,6	-	(5,1)
(=) Lucro/prejuízo do período	**(232,7)**	**(232,7)**	**-**	**(88,9)**	**(94,7)**	**(5,8)**	**(138,0)**
% da Receita Líquida	*(112,4%)*	*(112,4%)*	*0,0 p.p*	*(26,9%)*	*(28,7%)*	*1,8 p.p*	*-1,8 p.p*

Notas Explicativas

(1) No 2T25, normalizamos os números dos custos dos produtos vendidos com o efeito da mais-valia de estoques, no valor de R$1,3 milhão. Os efeitos da mais-valia causaram uma distorção no custo, piorando o valor bruto e margem sobre a receita.

(2) As despesas de pessoal foram ajustadas para normalizar efeitos de reversão de provisões de bônus de períodos anteriores.

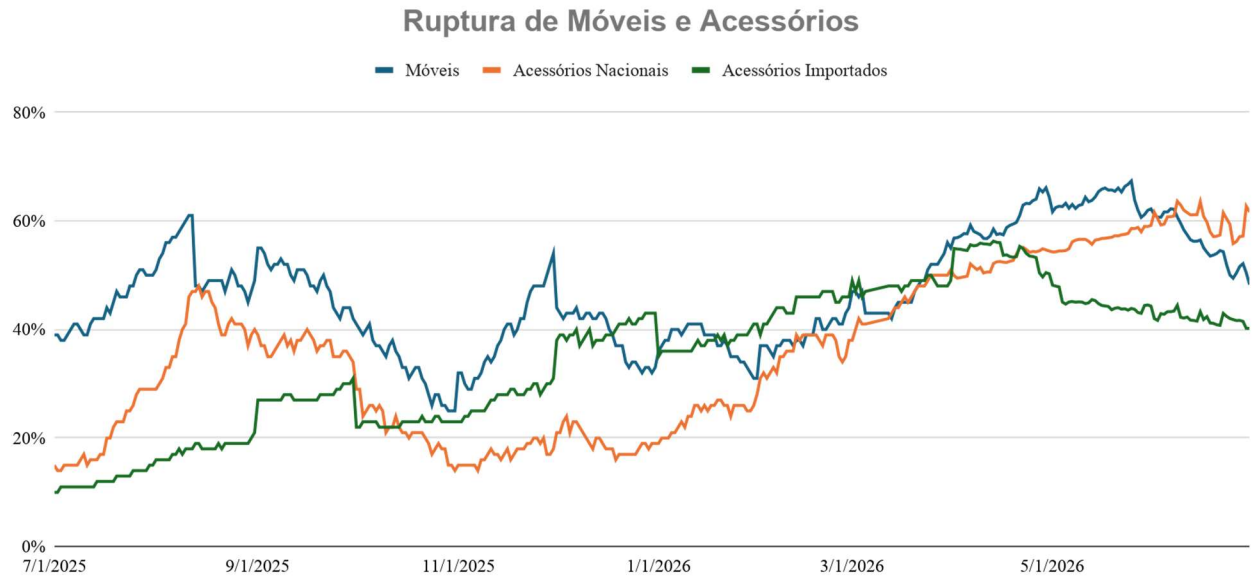
(3) As despesas operacionais foram afetadas por efeitos extemporâneos no total de R$7 milhões no 2o trimestre de 2025, referentes à ganhos fiscais de períodos anteriores.

Gross Merchandise Value ***(GMV)***

	Grupo Toky			Mobly			Tok&Stok		
Gross Merchandise Value (GMV) em R$ milhões	**2T26**	**2T25**	**Var**	**2T26**	**2T25**	**Var**	**2T26**	**2T25**	**Var**
Website	47,1	88,6	(46,8%)	13,6	40,8	(66,8%)	33,6	47,7	(29,7%)
Marketplace	37,2	63,0	(40,9%)	36,7	63,0	(41,8%)	0,5	-	-
Lojas	208,2	271,7	(23,4%)	32,4	55,0	(41,0%)	175,8	216,8	(18,9%)
Sellercenter	0,0	6,1	(99,7%)	0,0	6,1	(99,7%)	-	-	-
Outras Receitas	2,6	3,9	(32,1%)	2,6	3,9	(32,1%)	-	-	100.0%
GMV	**295,2**	**433,3**	**(31,9%)**	**85,4**	**168,8**	**(49,4%)**	**209,8**	**264,5**	**(20,7%)**
Receita operacional líquida	**207,1**	**330,2**	**(37,3%)**	**60,8**	**120,4**	**(49,5%)**	**146,3**	**209,9**	**(30,3%)**

No 2T26, o GMV consolidado do Grupo Toky atingiu R$295,2 milhões, uma redução de 31,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os severos desafios operacionais de desabastecimento — decorrentes de rupturas na cadeia de suprimentos que comprometeram a disponibilidade de produtos conforme a tabela abaixo, e impactaram de maneira relevante a receita do período, somados a um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por juros elevados e maior restrição ao crédito. Essa conjuntura culminou na decisão estratégica de ajuizar, em 12 de maio de 2026, o pedido de Recuperação Judicial da holding e de suas subsidiárias, medida necessária para viabilizar a reestruturação financeira e resguardar a continuidade do negócio. Diante desse contexto, os principais canais de venda registraram retração no trimestre.

Notas Explicativas



Diante do cenário de retração da receita, a maioria dos canais de vendas do Grupo registrou desempenho negativo no segundo trimestre. O Website apresentou uma queda de 46,8% em relação ao mesmo período de 2025, enquanto o Marketplace recuou 40,9%.

As lojas físicas também apresentaram retração, com queda de 23,4% no consolidado, composta por reduções de 41,0% na Mobly e 18,9% na Tok&Stok. O desempenho do canal presencial reflete o menor fluxo de clientes nas lojas, diretamente impactado pelo alto endividamento das famílias

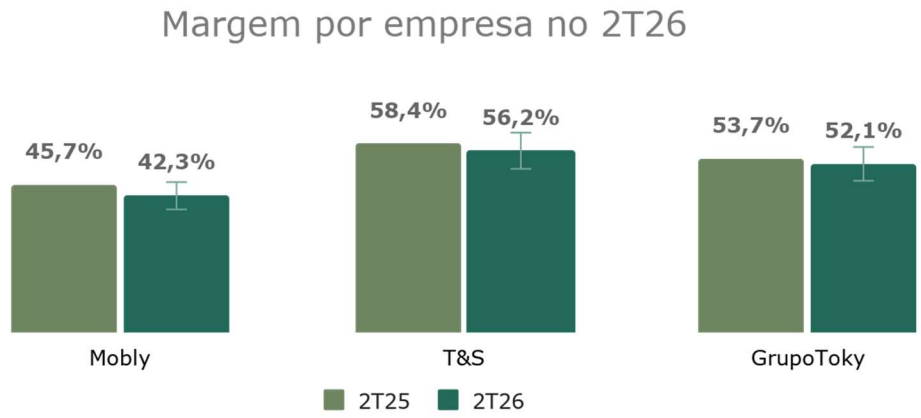
Conforme reportado anteriormente, a Companhia descontinuou o Seller Center (varejistas terceiros no site da Mobly), focando na concentração de esforços e recursos em produtos de marca própria.

O Grupo tem adotado medidas estruturantes para a normalização das operações, com destaque para a renegociação de prazos e condições comerciais junto a fornecedores e parceiros estratégicos, e também a revisão criteriosa de sua base de despesas. Em paralelo, a Companhia promove uma revisão do sortimento de produtos e da estratégia de compras, priorizando itens de maior giro e margem. Tais iniciativas são fundamentais para a recomposição dos estoques de maneira saudável, assegurando a continuidade operacional e a sustentabilidade do negócio após o pedido de recuperação judicial.

Lucro Bruto

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
Receita Op. Líquida	207,1	330,2	(37,3%)	516,5	711,6	(27,4%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(99,1)	(152,8)	35,1%	(246,0)	(325,1)	24,3%
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**177,5**	**(39,1%)**	**270,6**	**386,6**	**(30,0%)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*53,7%*	*-1,6 p.p*	*52,4%*	*54,3%*	*-1,9 p.p*

No 2T26, a margem bruta consolidada atingiu 52,1%, refletindo uma queda frente ao mesmo período do ano anterior. O custo dos produtos vendidos acompanhou a retração da receita, apresentando uma queda de 35,1% em termos nominais. A redução observada na margem absoluta reflete os desafios operacionais e o cenário macroeconômico detalhados anteriormente. A seguir, detalhamos o desempenho da margem por empresa:



Na Tok&Stok houve uma queda em sua margem, passando de 58,4% no 2T25 para 56,2% no 2T26. A Mobly, por sua vez, registrou uma queda, saindo de 45,7% no 2º período de 2025 para 42,3% no 2º período de 2026.

Adicionalmente, a margem de 2025 reflete o efeito da amortização da mais-valia dos estoques adquiridos no âmbito da combinação de negócios. Sem esse efeito, a margem bruta do 2T25 seria de 54,1%, e no acumulado do ano (6M25) 54,6%, conforme tabelas a seguir:

Notas Explicativas

em R$ milhões	2T26	2T25	2T25 Normalizado	Var
Receita Op. Líquida	207,1	330,2	330,2	-
(-) Custo dos produtos vendidos	(99,1)	(152,8)	(151,5)	(0,9%)
(=) Lucro Bruto	**108,0**	**177,5**	**178,8**	**(0,7%)**
% da Receita Líquida	*52,1%*	*53,7%*	*54,1%*	*-0,4 p.p*

em R$ milhões	6M26	6M25	6M25 Normalizado	Var
Receita Op. Líquida	516,5	711,6	711,6	-
(-) Custo dos produtos vendidos	(246,0)	(325,1)	(322,8)	(0,7%)
(=) Lucro Bruto	**270,6**	**386,6**	**388,9**	**(0,6%)**
% da Receita Líquida	*52,4%*	*54,3%*	*54,6%*	*-0,3 p.p*

Custos Logísticos

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(-) Transportes	(15,5)	(31,0)	49,9%	(42,4)	(60,5)	29,9%
(-) Meios de Pagamento	(4,5)	(6,4)	29,7%	(10,9)	(13,8)	21,4%
(-) Pessoas - Logística	(7,9)	(8,0)	0,6%	(19,4)	(17,2)	(12,7%)
(-) Perda de Crédito Esperada	(0,2)	(0,3)	45,6%	(0,1)	(0,5)	88,0%
(-) Custos Logísticos	**(28,1)**	**(45,6)**	**38,5%**	**(72,7)**	**(91,9)**	**21,0%**
% da Receita Líquida	*(13,6%)*	*(13,8%)*	*0,2 p.p*	*(14,1%)*	*(12,9%)*	*-1,2 p.p*

No 2T26, os custos logísticos representam 13,6% da Receita Líquida, ante 13,8% no 2T25. A manutenção do patamar de diluição, apesar da retração de 37,3% da receita no período, reflete a consolidação dos estoques no Centro de Distribuição de Cajamar, processo que possibilitou a devolução parcial da unidade de Extrema. Embora os custos nominais tenham

A linha de Pessoas - Logística apresentou uma variação nominal inferior à queda da receita no período, sendo impactada por uma alteração estrutural na base de comparação. Esse movimento decorre de uma reclassificação de despesas que, no exercício anterior, estavam alocadas como custos fixos e que, em 2026, passaram a ser reconhecidas como custos

variáveis, impossibilitando uma equiparação direta entre os períodos sem o ajuste desta distorção. No entanto, mesmo desconsiderando os valores reclassificados, a redução ainda é consideravelmente menor do que a Receita. Essa perda de eficiência foi fortemente pressionada pelo menor volume de mercadorias operacionalizadas nos Centros de Distribuição do Grupo.

Marketing & Despesas com Vendas

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(-) Propaganda e Publicidade	(11,9)	(17,2)	30,6%	(26,4)	(35,1)	24,7%
(-) Pessoas - Vendas	(25,6)	(29,3)	12,8%	(54,3)	(57,3)	5,2%
(-) Outras despesas com vendas	(0,2)	-	100.0%	(0,7)	-	100.0%
(-) Mkt & despesas c/ vendas	**(37,8)**	**(46,6)**	**18,9%**	**(81,4)**	**(92,4)**	**11,8%**
% da Receita Líquida	*(18,2%)*	*(14,1%)*	*-4,1 p.p*	*(15,8%)*	*(13,0%)*	*-2,8 p.p*

No 2T26, a linha de Propaganda e Publicidade totalizou R$11,9 milhões, apresentando uma redução de 30,6% em relação ao 2T25, movimento que acompanhou a queda da receita no período.

As despesas com pessoal de vendas apresentaram redução de 12,8% no 2T26, ante retração de 37,3% da receita líquida no mesmo período. A menor flexibilidade dessa linha decorre, principalmente, da remuneração mínima garantida às equipes comerciais, componente fixo que não acompanha a variação do volume de vendas e amplia o peso relativo dessas despesas em cenários de contração da receita

Devido a uma realocação pontual visando uma melhor adequação contábil, as contas de Outras despesas com vendas foram reclassificadas a partir da linha de despesas operacionais; no entanto, esse ajuste não gerou um impacto expressivo no total do grupo.

Despesas Operacionais e Pessoal Administrativo

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(19,5)	(20,6)	5,4%	(31,6)	(47,2)	33,1%
% da Receita Líquida	*(9,4%)*	*(6,2%)*	*-3,2 pp*	*(6,1%)*	*(6,6%)*	*0,5 pp*
(-) Despesas Comerciais	(14,0)	(33,2)	57,9%	(38,3)	(71,7)	46,6%
% da Receita Líquida	*(6,8%)*	*(16,1%)*	*9,3 pp*	*(7,4%)*	*(10,1%)*	*2,7 pp*
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(13,7)	(13,4)	(1,8%)	(29,9)	(21,1)	(41,6%)
% da Receita Líquida	*(6,6%)*	*(6,5%)*	*-0,1 pp*	*(5,8%)*	*(3,0%)*	*-2,8 pp*
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(2,6)	5,1	(150,6%)	(3,9)	15,3	(125,5%)
% da Receita Líquida	*(1,3%)*	*2,5%*	*-3,7 pp*	*(0,8%)*	*2,2%*	*-2,9 pp*
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	**(49,8)**	**(62,2)**	**19,9%**	**(103,7)**	**(124,7)**	**16,9%**
% da Receita Líquida	*(24,0%)*	*(18,8%)*	*-5,2 p.p*	*(20,1%)*	*(17,5%)*	*-2,5 p.p*

Em 2T26, a linha Pessoal Administrativo representou um aumento de frente a receita líquida de 3,2 p.p referente ao mesmo período do ano passado, passando de 6,2% para 9,4%. Embora a linha apresente um aumento em relação à Receita Líquida no trimestre, este movimento decorre da expressiva contração da receita no período, e não de um aumento de despesas fixas. Em termos absolutos, o Grupo manteve a trajetória de redução de seus custos fixos com pessoal, reforçando a disciplina na gestão de despesas e revisão de todo o backoffice.

As Despesas Comerciais registraram redução expressiva de 57,9% vs. 2T25, impulsionadas pela reestruturação da rede de lojas e pela desmobilização parcial do Centro de Distribuição (CD) de Extrema, além da redução de custos de manutenção e ocupação.
A economia anual com a otimização da unidade logística é estimada em R$ 23 milhões ao longo de 2026. Além disso, parte das despesas comerciais foram reclassificadas para Gerais e Administrativas de 2025 para 2026, contribuindo para a economia apresentada.

Em 2T26, as Despesas Gerais e Administrativas registraram R$13,7 milhões, um pequeno aumento pontual da linha no trimestre de 1,8%, também sensibilizado pela reclassificação de despesas mencionada no parágrafo anterior.

Para uma análise mais clara da performance recorrente, a tabela abaixo apresenta os números normalizados para os efeitos extemporâneos relacionados aos custos fixos, que demonstra redução expressiva de R$19,6M no trimestre, evidenciando a captura de sinergias dos custos administrativos do Grupo.

em R$ milhões	2T26	2T26 Normalizado	Var	2T25	2T25 Normalizado	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(19,5)	(19,5)	-	(20,6)	(20,6)	5,4%
% da Receita Líquida	(9,4%)	(9,4%)		(6,2%)	*(6,2%)*	*-3,2 p.p*
(-) Despesas Comerciais	(14,0)	(14,0)	-	(33,2)	(33,2)	57,9%
% da Receita Líquida	(6,8%)	(6,8%)		(16,1%)	*(10,1%)*	*3,3 p.p*
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(13,7)	(13,7)	-	(13,4)	(20,6)	33,7%
% da Receita Líquida	(6,6%)	(6,6%)		(6,5%)	(6,3%)	*-0,4 p.p*
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(2,6)	(2,6)	-	5,1	5,1	(150,6%)
% da Receita Líquida	(1,3%)	(1,3%)		2,5%	*1,6%*	*-2,8 p.p*
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	**(49,8)**	**(49,8)**	**0,0%**	**(62,2)**	**(69,4)**	**28,2%**
% da Receita Líquida	*(24,0%)*	*(24,0%)*	*0,0 p.p*	*(18,8%)*	*(21,0%)*	*-3,0 p.p*

Como demonstrado acima, o grupo obteve uma evolução na eficiência das Despesas Gerais e Administrativas ao desconsiderar os impactos extemporâneos, o que resultou em uma baixa de 33,7% no 2T26 em relação ao 2T25.

Adicionalmente aos efeitos no G&A, o resultado acumulado dos seis primeiros meses de 2026 (6M26) incorpora um ajuste de R$8,0 milhões relativo à reversão de provisões de bônus na linha de Pessoal Administrativo. Com esses ajustes, a despesa dessa linha recuou de R$47,2 milhões no 6M25 para R$39,6 milhões no 6M26, gerando uma diminuição real de R$7,6 milhões e evidenciando a redução dos custos fixos.

Devido às realocações contábeis realizadas entre determinadas rubricas, a avaliação isolada das Despesas Comerciais e das Despesas Gerais e Administrativas (G&A) encontra-se sensibilizada. Para uma melhor compreensão da disciplina de custos e da captura de sinergias, apresentamos a visão agregada de ambas as linhas sob a ótica normalizada. O montante

consolidado dessas despesas apresentou uma redução expressiva de 40,4%, recuando de R$114,3 milhões no 6M25 para R$68,2 milhões no 6M26, totalizando uma economia nominal de R$46,1 milhões no período.

em R$ milhões	6M26	2026 Normalizado	Var	6M25	2025 Normalizado	Var
(-) Pessoal - Administrativo	(31,6)	(39,6)	20,2%	(47,2)	(47,2)	-
% da Receita Líquida	(6,1%)	(19,1%)		*(6,6%)*	*(14,3%)*	
(-) Despesas Comerciais	(38,3)	(38,3)	-	(71,7)	(71,7)	-
% da Receita Líquida	(7,4%)	(18,5%)		*(10,1%)*	*(21,7%)*	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(29,9)	(29,9)	-	(21,1)	(42,6)	50,5%
% da Receita Líquida	(5,8%)	(14,4%)		(3,0%)	(12,9%)	
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(3,9)	(3,9)	-	15,3	15,3	-
% da Receita Líquida	(0,8%)	(1,9%)		*2,2%*	*4,6%*	
(-) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo	**(103,7)**	**(111,7)**	**7,2%**	**(124,7)**	**(146,2)**	**14,7%**
% da Receita Líquida	*(20,1%)*	*(53,9%)*	*33,9 p.p*	*(17,5%)*	*(44,3%)*	*0,6 p.p*

EBITDA e IFRS 16

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	6M26	6M25	Var
(=) Margem de Contribuição III	42,1	85,3	(50,6%)	116,4	202,2	(42,4%)
(-) Pessoal - Administrativo	(19,5)	(20,6)	5,4%	(31,6)	(47,2)	33,1%
(-) Despesas Operacionais	(30,3)	(41,6)	27,2%	(73,4)	(77,8)	5,7%
(=) EBITDA Ajustado	**(7,6)**	**23,1**	**-133,1%**	**11,5**	**77,2**	**-85,1%**
% da Receita Líquida	*(3,7%)*	*7,0%*	*-10,7 p.p*	*2,2%*	*10,9%*	*-8,6 p.p*
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(148,5)	(3,7)	(3.895,7%)	(153,5)	(4,5)	(3.319,1%)
(=) EBITDA	**(156,2)**	**19,4**	**-906,1%**	**(142,0)**	**72,7**	**-295,2%**
% da Receita Líquida	*(75,4%)*	*5,9%*	*-81,3 p.p*	*(27,5%)*	*10,2%*	*-37,7 p.p*

No 2T26, o EBITDA Ajustado do Grupo Toky atingiu -R$7,6 milhões, com margem de -3,7%, apresentando uma retração de 10,7 p.p. na comparação com o 2T25 (R$ 23,1 milhões e margem de 7,0%), principalmente influenciada pela redução na Margem de Contribuição III.

Os resultados do 2T26 foram significativamente impactados pelo reconhecimento de R$148,5 milhões em efeitos não recorrentes, alocados principalmente em frentes de reestruturação organizacional, adequação do parque de lojas, conciliações operacionais e provisões extraordinárias detalhadas abaixo.

A reestruturação e adequação operacional respondeu pela maior parcela desses impactos, totalizando R$ 64,2 milhões (43,2% do total), englobando R$ 29,7 milhões com reestruturações societárias e honorários de assessorias jurídicas especializadas diretamente vinculadas ao processo de Recuperação Judicial e à combinação de negócios, além do efeito de rescisão de fechamento de lojas.
Em adicional, tivemos R$ 25,0 milhões em multas por distratos contratuais decorrentes do encerramento antecipado de 10 lojas deficitárias, R$ 9,4 milhões relativos à baixa de benfeitorias dessas unidades.
Adicionalmente, o Grupo registrou R$ 47,4 milhões (31,9%) em ajustes no Contas a Receber do canal de Marketplace e Sellers — abrangendo perdas de crédito sem base de reconciliação analítica, cancelamentos de anos anteriores não abatidos de parceiros inativos e provisões de acordos comerciais antigos —, R$ 19,1 milhões (12,8%) em Custos Logísticos para recomposição de saldos de fretes com terceiros e ressarcimentos, e R$ 7,8 milhões em provisões de perdas de Outras Contas a Pagar/Receber de períodos anteriores.

EBIT

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	2026	2025	Var
(=) EBITDA	(156,2)	19,4	-906,1%	(142,0)	72,7	(295,2%)
(-) Depreciação e Amortização	(36,3)	(47,8)	24,1%	(78,9)	(101,0)	21,9%
(=) EBIT	**(192,5)**	**(28,4)**	**(577,0%)**	**(220,8)**	**(28,2)**	**(684,5%)**
% da Receita Líquida	*(93,0%)*	*(8,6%)*	*-84,3 p.p*	*(42,8%)*	*(4,0%)*	*-38,8 p.p*

Notas Explicativas

O EBIT do grupo foi negativo em R$192,5 milhões no 2T26, frente à resultado negativo de R$28,4 milhões no 2T25, refletindo uma piora de R$164,1 milhões no período, sendo impactado principalmente pelas contrações mencionadas nas seções anteriores.

Por outro lado, observou-se uma redução de 24,1% nas despesas com Depreciação e Amortização (D&A) no trimestre (R$36,3 milhões no 2T26 vs. R$47,8 milhões no 2T25). Essa diminuição decorre da menor base de ativos arrendados (Direito de Uso) — fruto do fechamento de lojas e da devolução parcial de Centros de Distribuição —, além do efeito de baixas de ativos realizadas no período.

Resultado Líquido

em R$ milhões	2T26	2T25	Var	2026	2025	Var
(=) EBIT	(192,5)	(28,4)	(577,0%)	(220,8)	(28,0)	(688,7%)
(-) Despesas financeiras	(43,7)	(72,8)	40,0%	(93,9)	(118,4)	20,7%
(+) Receitas financeiras	3,1	6,9	(55,6%)	5,7	8,6	(33,5%)
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-	100.0%	-	-	100.0%
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	5,6	(92,5%)	0,8	5,6	(85,1%)
(=) Lucro Líquido	**(232,7)**	**(88,8)**	**(162,0%)**	**(308,2)**	**(132,2)**	**(133,1%)**
% da Receita Líquida	*(112,4%)*	*(26,9%)*	*-85,5 p.p*	*(59,7%)*	*(18,6%)*	*-41,1 p.p*

No 2T26, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$40,6 milhões, apresentando uma melhora de 38,4% em relação ao prejuízo financeiro de R$65,9 milhões registrado no 2T25. Esse movimento decorre, principalmente, da redução de 40,0% nas despesas financeiras (R$43,7 milhões no 2T26 vs. R$ 72,8 milhões no 2T25), impulsionada pela menor incidência de juros sobre o Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE) da Tok&Stok, pela redução dos juros de arrendamentos com o fechamento das lojas e devolução parcial do CD anteriormente mencionado, e também pela redução nos custos com antecipação de recebíveis. Por outro lado, as receitas financeiras recuaram 55,6% no período (somando R$3,1 milhões), em função do menor saldo médio mantido em aplicações financeiras.

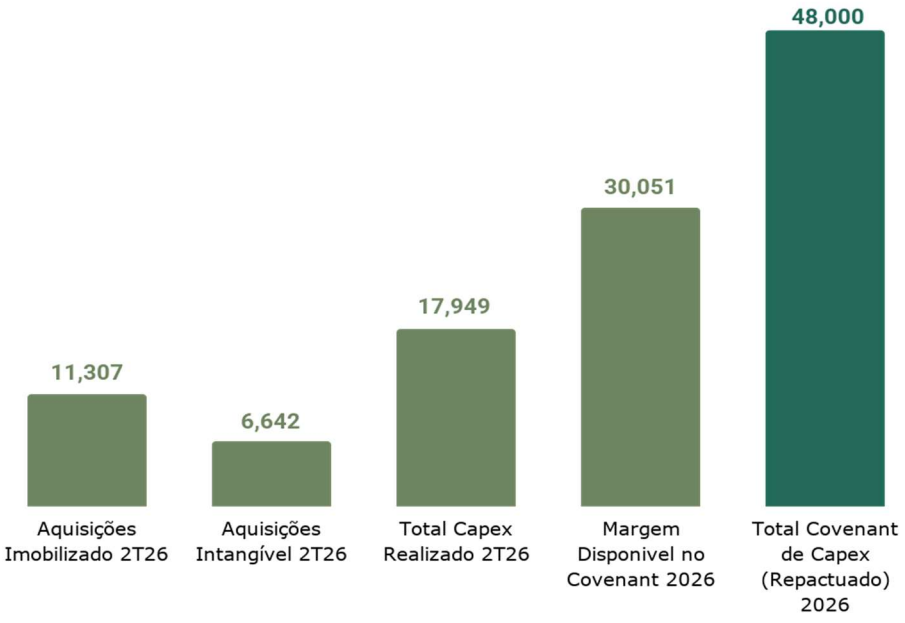
Notas Explicativas

Em decorrência do desempenho operacional e dos efeitos não recorrentes apontados no trimestre, o Prejuízo Líquido do Grupo atingiu R$ 232,7 milhões no 2T26 (ante prejuízo de R$ 88,8 milhões no 2T25).

Acompanhamento de covenants

O monitoramento dos covenants financeiros é fundamental para assegurar a adequada gestão da estrutura de capital e do nível de endividamento do Grupo, garantindo a observância dos limites e indicadores financeiros pactuados com os credores, bem como contribuindo para a manutenção da solidez financeira e da capacidade de cumprimento de suas obrigações contratuais.

A verificação do covenant financeiro de desembolso de CAPEX é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas. No acumulado até o 2T26, os investimentos realizados somaram R$17,9 milhões, o que corresponde a 37,3% do limite anual de R$48,0 milhões estabelecido para 2026. Com isso, o Grupo encerrou o período com R$30,1 milhões de capacidade remanescente dentro do limite pactuado.



Anexo I

em R$ milhões	6M26	6M25	Var
Receita operacional líquida	516,5	711,6	(27,4%)
Custo dos produtos vendidos	(245,7)	(325,1)	24,4%
Lucro bruto	**270,8**	**386,6**	**(30,0%)**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	(248,7)	(326,0)	23,7%
Despesas gerais e administrativas	(85,6)	(90,7)	5,6%
Perda de crédito esperada	(0,1)	(0,5)	88,0%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(157,4)	2,2	(7.270,3%)
Prejuízo antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**(221,0)**	**(28,5)**	**(675,9%)**
Despesas financeiras	(93,9)	(118,4)	20,7%
Receitas financeiras	5,7	8,6	(33,5%)
Resultado financeiro, líquido	**(88,2)**	**(109,8)**	**19,7%**
Imposto de renda e contribuição social	-		100.0%
IR/CS Diferidos	0,8	5,6	(85,1%)
Prejuízo do exercício	**(308,3)**	**(132,2)**	**(133,2%)**
Prejuizo atribuível a sócios controladores	**(252,6)**	**(88,2)**	**(186,5%)**
Prejuizo atribuível a sócios não controladores	**(55,7)**	**(44,5)**	**(25,1%)**
Básico	**(4,6605)**	**(0,4538)**	**(927,0%)**
Diluído	**(4,6605)**	**(0,4538)**	**(927,0%)**

Anexo II

em R$ milhões	2026	2025	Var
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	23,4	30,7	(23,8%)
Contas a receber	69,6	106,9	(34,9%)
Estoques	210,6	239,4	(12,0%)
Créditos diversos	41,5	22,4	85,5%
Depósitos e bloqueios judiciais	0,2	0,4	(52,8%)
Impostos a recuperar	179,8	185,7	(3,2%)
Partes relacionadas	-	-	100.0%
Total do ativo circulante	**525,0**	**585,4**	**(10,3%)**
Não circulante			
Investimentos	-	-	100.0%
Outros ativos financeiros a valor justo	105,3	104,4	0,9%
Investimentos temporários	-	-	100.0%
Impostos a recuperar	142,0	140,1	1,4%
Outras Contas a Receber	4,8	4,7	0,5%
Depósitos e bloqueios judiciais	90,9	85,8	5,9%
Créditos Diversos	2,5	3,0	(16,1%)
Partes relacionadas	-	-	100.0%
Imobilizado	146,2	180,7	(19,1%)
Direito de uso	274,6	249,4	10,1%
Intangível	466,9	480,8	(2,9%)
Total do ativo não circulante	**1.233,2**	**1.248,9**	**(1,3%)**
Total do ativo	**1.758,1**	**1.834,0**	**(4,1%)**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	301,7	183,4	64,4%
Risco Sacado	26,4	39,9	(33,9%)
Salários e encargos sociais	46,4	50,8	(8,8%)
Impostos a recolher	272,3	174,1	56,4%

Empréstimos e financiamentos	56,6	25,8	119,1%
Adiantamentos de clientes	18,9	23,4	(19,2%)
Passivo de arrendamento	112,3	94,2	19,3%
Provisão para contingências	0,6	0,4	45,7%
Provisões	0,5	-	100.0%
Outras contas a pagar	67,4	70,1	(3,8%)
Contas a Pagar - Intercompany	-	-	100.0%
Partes relacionadas - Passivo	-		100.0%
Total do passivo circulante	**903,0**	**662,0**	**36,4%**
Não circulante			
Provisão para perdas em investimentos	-		100.0%
Fornecedores	84,2	78,0	7,9%
Dívidas com acionistas não controladores	48,9	47,5	3,1%
Provisão para contingências	12,6	31,8	(60,4%)
Impostos a recolher	-	9,6	(100,0%)
Outras contas a pagar	9,5	-	100.0%
Provisões	222,0	212,6	4,5%
Passivo de arrendamento	88,2	89,0	(0,9%)
Tributos diferidos	-	-	100.0%
Partes relacionadas - Passivo	486,7	481,5	1,1%
Empréstimos e financiamentos	-	-	100.0%
Total do passivo não circulante	**952,1**	**950,0**	**0,2%**
Patrimônio líquido			
Capital social	1.239,3	1.239,3	-
Reservas de Capital	59,8	59,8	-
Reserva de plano de opções de compra de ações	1,5	12,9	(88,1%)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	100.0%
Prejuízos acumulados	(1.118,1)	(868,9)	(28,7%)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	182,6	443,1	(58,8%)
Participação de não controladores	(279,6)	(220,9)	(26,5%)
Total do patrimônio líquido	**(97,0)**	**222,1**	**(143,7%)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.758,1**	**1.834,0**	**(4,1%)**

Anexo III

em R$ milhões		2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**Prejuízo do exercício**	**(308,3)**	**(132,7)**
	Depreciação	26,2	20,7
	Amortização	17,2	17,9
	Depreciação - direito de uso	40,9	50,4
	Amortização de mais Valia	3,5	-
	Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	38,0	47,1
	Juros sobre partes relacionadas	-	-
	Juros passivos de arrendamento	29,5	22,8
	Juros sobre antecipação de recebíveis	14,9	26,2
	Atualização monetária sobre contingencias	-	-
	Outras receitas/despesas financeiras	5,2	11,7
	Provisões para contingências	1,6	(8,0)
	Provisões	116,4	-
	Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	-
	Resultado da alienação de imobilizado e intangível	11,6	(5,9)
	Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	-	(0,0)
	Provisão para realização dos estoques	-	1,0
	Provisão para programa de incentivo a longo prazo	-	(1,8)
	Juros de aplicações financeiras	-	(1,1)
	Impostos diferidos	(0,8)	4,3

	Baixa líquida de arrendamento	12,4	-
	Outros	(11,4)	(1,8)
Variação nos ativos operacionais	Contas a receber e outras contas a receber	(7,0)	44,0
	Estoques	28,8	76,1
	Depósitos e bloqueios judiciais	(4,9)	(1,2)
	Créditos diversos e impostos a recuperar	(16,9)	(24,2)
	Partes relacionadas	-	-
Variação nos passivos operacionais	Fornecedores e outras contas a pagar	32,6	(87,1)
	Salários e encargos sociais e impostos a recolher	74,5	16,6
	Adiantamentos de clientes	(4,5)	3,1
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**Caixa utilizado nas atividades operacionais**	**99,6**	**77,9**
	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(2,5)	-
	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(28,2)	(23,9)
	Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	(14,9)	(26,2)
	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**54,0**	**27,7**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	Juros de aplicações financeiras	-	1,1
	Investimento FIDC	-	34,0
	Efeito do caixa na aquisição de controlada	-	-
	Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	(3,9)	
	Aquisição do ativo imobilizado	(6,6)	(4,0)
	Aquisição do ativo intangível	-	(10,1)
	Aquisição do direito de uso	-	-
	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(10,5)**	**21,0**
	Captação de empréstimos	48,4	-

Notas Explicativas

Fluxo de caixa das atividades de financiamento	Dívida com acionistas não controladores	-	-
	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(48,0)	-
	Pagamento de passivo de arrendamento	(51,2)	(48,8)
	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(50,8)**	**(48,8)**
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**30,7**	**23,0**
	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**23,4**	**23,0**
	Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(7,3)**	**(0,0)**

Glossário

CAPITAL DE GIRO
Calculado como a soma de dias de contas a receber de clientes (usando GMV como base) e dias de estoque, menos os dias de fornecedores, considerando GMV e CMV nos últimos 12 meses.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)
Ajustadas SG&A excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA
Calculada como a soma de endividamento de curto prazo e longo prazo, menos disponibilidades e contas a receber de cartão de crédito líquido de antecipação.

EBITDA AJUSTADO (LAJIDA)
Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização e excluindo outras receitas/despesas operacionais e equivalência patrimonial.

GERAÇÃO (CONSUMO) DE CAIXA
Como forma de capturar todos os efeitos, a geração ou consumo de caixa é medida pela variação da dívida líquida em relação ao trimestre anterior, sempre desconsiderando eventuais recursos de operações de aumento de capital.

GMV (GROSS MERCHANDISE VOLUME)
Vendas de mercadorias próprias, vendas realizadas no Marketplace e outras receitas, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

GMV E-COMMERCE (GROSS MERCHANDISE VALUE)
Montante transacionado em R$ em nosso site, incluindo os valores de 1P e 3P, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos

GMV TOTAL BRUTO
Montante transacionado em R$ em nosso site e lojas, antes de cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

GMV TOTAL LÍQUIDO
Montante transacionado em R$ em nosso site e lojas, líquido de cancelamentos e bruto de impostos.

LEAD TIME
Tempo decorrido entre o princípio e o fim de um processo, ou, aquele permitido para que o processo se complete.

LUCRO BRUTO AJUSTADO
Lucro bruto excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO I
Lucro bruto. Permite ver a contribuição de uma venda após

a dedução do custo dos produtos vendidos.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II
Lucro bruto após a dedução das despesas ligadas à logística (fretes e pessoas de armazém) e aos meios de pagamento.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO III
Margem de contribuição II após deduzidas as despesas de marketing, despesas com pessoal de lojas e pessoal de pós-vendas.

MARKETPLACE OU 3P
Produtos de parceiros (“sellers”) comercializados nas plataformas on-line.

NA
Não aplicável.

PARTICIPAÇÃO MARKETPLACE
Vendas do Marketplace sobre o GMV consolidado total.

REVERSA
Produtos devolvidos por motivos diversos, como avarias ou apenas por decisão do cliente de devolver.

SELLERCENTER
Serviço disponível para que os sellers utilizem nosso marketplace para realizarem suas vendas.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Toky S.A. – em recuperação judicial
São Paulo – SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo Toky S.A. – em recuperação judicial (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as referidas normas de revisão de informações intermediárias, com o objetivo de fundamentar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Grupo Toky | GTB63320

Base para abstenção de conclusão

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional e limitações na obtenção de evidência de revisão sobre os efeitos do pedido de recuperação judicial

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.2, em 12 de maio de 2026 foi protocolado pedido de recuperação judicial envolvendo a Companhia e suas controladas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia incorreu em prejuízo individual e consolidado nos montantes de R$ 252.587 mil e R$ 308.332 mil, respectivamente e apresentou, em base consolidada, passivo circulante excedente ao ativo circulante no montante de R$ 378.042 mil (além de patrimônio líquido negativo no montante de R$ 97.006 mil). Esses eventos, quando considerados em conjunto, evidenciam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, considerando que o pedido de recuperação judicial ainda se encontra em fase de apreciação e depende da aprovação dos credores e da homologação judicial do plano correspondente, não foi possível obter evidência apropriada e suficiente que nos permitisse concluir nossos procedimentos de revisão e avaliar os efeitos do pedido de recuperação judicial sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Como consequência, não foi possível concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026 era apropriada, tampouco determinar os eventuais ajustes ou divulgações que poderiam ser necessários e que poderiam afetar de forma relevante e generalizada as informações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, especialmente em relação aos potenciais efeitos desses eventos na realização dos ativos e à liquidação de seus passivos, além das respectivas divulgações.

Contas a receber de marketplace

Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 5(ii), em 30 de junho de 2026 a administração estava em processo de reconciliação dos saldos a receber junto a determinados parceiros de marketplace, tendo identificado divergências entre os valores confirmados por esses parceiros e os registros contábeis da Companhia. Embora a Companhia tenha constituído provisão no montante de R$ 45.466 mil para as diferenças não conciliadas, até a data da conclusão de nossa revisão não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente que permitisse concluir quanto a adequação dos saldos de contas a receber de marketplace e dos correspondentes efeitos da provisão registrada, uma vez que o processo de reconciliação das diferenças históricas permanecia em andamento. Consequentemente, não nos foi possível concluir nossos procedimentos de revisão que nos permitissem determinar se seriam necessários ajustes nos valores registrados de contas a receber, provisão para perdas de crédito esperadas, resultado do período, patrimônio líquido e demais divulgações correlatas das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2026.

Classificação das debêntures públicas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.2, em 12 de maio de 2026 a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial. De acordo com a Nota Explicativa n° 16, nos termos da escritura de emissão das debêntures públicas, tal evento caracteriza hipótese de vencimento antecipado automático das respectivas obrigações financeiras. Não obstante, em 30 de junho de 2026, o montante de R$ 486.654 mil, correspondente às debêntures sujeitas à cláusula de vencimento antecipado, permanece classificado no passivo não circulante. Em nossa avaliação, referido montante deveria ter sido classificado no passivo circulante naquela data (em virtude da hipótese de vencimento antecipado automático das respectivas obrigações financeiras). Dessa forma, em 30 de junho de 2026 o passivo circulante consolidado está registrado a menor no montante de R$ 486.654 mil e o passivo não circulante consolidado registrado a maior pelo mesmo montante.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Grupo Toky | GTB63320

Debêntures privadas conversíveis

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, nos termos da escritura de emissão das debêntures privadas, o pedido de recuperação judicial da Companhia representa evento de vencimento antecipado automático das respectivas obrigações financeiras, situação em que as referidas debêntures deveriam ser convertidas em ações da Companhia pelo preço de conversão previsto contratualmente. Entretanto, em 30 de junho de 2026, permanecem em aberto debêntures privadas na controladora, as quais continuam sujeitas aos termos e condições contratuais, incluindo, quando aplicável, mecanismos de ajuste econômico previstos contratualmente e sua conversibilidade em ações. Em decorrência dos efeitos do *stay period* relacionados ao pedido de recuperação judicial, bem como ausência de fornecimento, por parte da administração da Companhia, de documentação-suporte adicional com relação aos possíveis reflexos contábeis desta situação, não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência apropriada e suficiente que nos permitisse concluir quanto aos eventuais impactos contábeis da conversão prevista contratualmente incluindo, quando aplicável, mecanismos de ajuste econômico previstos contratualmente e respectivas divulgações nas informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2026.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado.

São Paulo, 14 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Grupo Toky | GTB63320

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	89	109	23.414	30.718
Contas a receber	5	-	-	69.552	106.887
Estoques	6	-	-	210.552	239.384
Créditos diversos	7	118.204	131.728	41.498	22.365
Depósitos e bloqueios judiciais	18	3	3	185	392
Impostos a recuperar	8	3.483	5.833	179.776	185.696
Total do ativo circulante		**121.779**	**137.673**	**524.977**	**585.442**
Ativo não circulante					
Investimentos	10	210.114	323.715	-	-
Outros Ativos Financeiros a valor justo	11	-	-	105.343	104.371
Impostos a recuperar	8	-	-	141.996	140.075
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	90.854	85.764
Créditos diversos	7	-	-	2.548	3.036
Outras Contas a Receber		-	-	4.760	4.734
Partes Relacionadas	9	170.268	157.480	-	-
Total do realizável a longo prazo		**380.382**	**481.195**	**345.501**	**337.980**
Imobilizado	12	-	-	146.163	180.654
Direito de uso	21	-	-	274.601	249.427
Intangível	13	-	-	466.892	480.789
Total		**-**	**-**	**887.656**	**910.870**
Total do ativo não circulante		**380.382**	**481.195**	**1.233.157**	**1.248.850**
Total do ativo		**502.161**	**618.868**	**1.758.134**	**1.834.292**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante					
Fornecedores	14	35.071	15.022	301.664	183.439
Risco sacado	14.1	-	-	26.386	39.895
Salários e encargos sociais	15	1.834	3.544	46.373	50.829
Impostos a recolher	22	1.659	45	272.275	174.106
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	56.605	25.840
Adiantamentos de clientes	17	-	-	18.906	23.398
Passivo de arrendamento	21	-	-	112.286	94.152
Provisão para contingências a pagar	19	-	-	558	383
Outras contas a pagar	20	51	42	67.966	70.091
Total do passivo circulante		**38.615**	**18.653**	**903.019**	**662.133**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	1.054	944	486.654	481.518
Provisão para perdas em investimentos	10	279.938	156.036	-	-
Provisão para contingências	19	-	-	48.943	47.477
Impostos a recolher	22	-	150	12.589	31.771
Dívidas com acionistas não controladores	23	-	-	84.185	78.041
Passivo de arrendamento	21	-	-	222.032	212.568
Outras contas a pagar	20	-	-	9.525	9.616
Tributos diferidos	22.1	-	-	88.193	89.017
Total do passivo não circulante		**280.992**	**157.130**	**952.121**	**950.008**
Patrimônio líquido					
Capital social	24	1.239.302	1.239.302	1.239.302	1.239.302
Reserva de capital		59.786	59.786	59.786	59.786
Reserva de plano de opções de compra de ações		1.528	12.894	1.528	12.894
Prejuízos acumulados		(1.118.062)	(868.897)	(1.118.062)	(868.897)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**182.554**	**443.085**	**182.554**	**443.085**
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores			-	(279.560)	(220.934)
Total do patrimônio líquido		**182.554**	**443.085**	**(97.006)**	**222.151**
Total do passivo e patrimônio líquido		**502.161**	**618.868**	**1.758.134**	**1.834.292**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

- - - -

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Notas	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	25 (a)	-	-	207.091	516.454	-	-	330.221	711.633
Custo dos produtos vendidos	25 (b)	-	-	(99.112)	(245.677)	-	-	(152.769)	(325.071)
Lucro bruto		**-**	**-**	**107.979**	**270.777**	**-**	**-**	**177.452**	**386.562**
Despesas comerciais	26 (a)	(61)	(264)	(106.422)	(248.667)	-	-	(159.577)	(326.046)
Despesas gerais e administrativas	26 (b)	(4.272)	(7.924)	(44.837)	(85.641)	(3.938)	(7.101)	(48.414)	(90.726)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(174.784)	(227.937)	-	-	(58.529)	(82.799)	-	-
Perda de crédito esperada	5	-	-	(154)	(56)	-	-	(283)	(465)
Outras receitas operacionais	27 (b)	-	-	301	785	-	-	6.135	7.875
Outras despesas operacionais	27 (a)	(23.100)	(28.224)	(149.508)	(158.173)	(2.014)	(2.499)	(3.795)	(5.680)
(Despesas) receitas operacionais		**(202.217)**	**(264.349)**	**(300.620)**	**(491.752)**	**(64.481)**	**(92.399)**	**(205.934)**	**(415.042)**
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro		**(202.217)**	**(264.349)**	**(192.641)**	**(220.975)**	**(64.481)**	**(92.399)**	**(28.482)**	**(28.480)**
Despesas financeiras	28	(1.200)	(1.650)	(43.767)	(93.890)	(5.367)	(9.909)	(72.813)	(118.371)
Receitas financeiras	28	6.376	12.906	3.052	5.705	10.584	10.583	6.875	8.575
Resultado financeiro, líquido		**5.176**	**11.256**	**(40.715)**	**(88.185)**	**5.217**	**674**	**(65.938)**	**(109.796)**
Prejuízo antes dos impostos		**(197.041)**	**(253.093)**	**(233.356)**	**(309.160)**	**(59.264)**	**(91.725)**	**(94.420)**	**(138.276)**
IR/CS Diferidos	-	254	506	416	828	3.555	3.555	5.563	5.563
Prejuízo do período		**(196.787)**	**(252.587)**	**(232.940)**	**(308.332)**	**(55.709)**	**(88.170)**	**(88.857)**	**(132.713)**
Prejuízo atribuível a sócios controladores	-	(196.787)	(252.587)	(196.787)	(252.587)	(55.709)	(88.170)	(55.709)	(88.170)
Prejuízo atribuível a sócios não controladores	-	-	-	(36.153)	(55.745)	-	-	(33.148)	(44.543)
Prejuízo por ação - em R$									
Básico	-	(3,6310)	(4,6605)	(3,6310)	(4,6605)	(1,1815)	(2,8729)	(1,1815)	(2,8729)
Diluído	-	(3,6310)	(4,6605)	(3,6310)	(4,6605)	(1,1815)	(2,8729)	(1,1815)	(2,8729)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Prejuízo do período	**(196.787)**	**(252.587)**	**(232.940)**	**(308.332)**	**(55.709)**	**(88.170)**	**(88.857)**	**(132.713)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	**(196.787)**	**(252.587)**	**(232.940)**	**(308.332)**	**(55.709)**	**(88.170)**	**(88.857)**	**(132.713)**
Resultado abrangente atribuível a sócios controladores	(196.787)	(252.587)	(196.787)	(252.587)	(55.709)	(88.170)	(55.709)	(88.170)
Resultado abrangente atribuível a sócios não controladores	-	-	(36.153)	(55.745)	-	-	(33.148)	(44.543)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**1.085.945**	**34.517**	**14.421**	**(774.872)**	**360.011**	**(166.342)**	**193.669**
Outros	-	-	-	-	-	**-**	1.767	1.767
Transações de pagamento baseado em ações	-	-	-	(1.767)	-	**(1.767)**	-	(1.767)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(88.170)	**(88.170)**	(44.543)	(132.713)
Saldos em 30 de junho de 2025		**1.085.945**	**34.517**	**12.654**	**(863.042)**	**270.074**	**(209.118)**	**60.956**
Saldos em 01 de janeiro de 2026		**1.239.302**	**59.786**	**12.894**	**(868.897)**	**443.085**	**(220.934)**	**222.151**
Transações de pagamento baseado em ações	-	**-**	**-**	(11.366)	11.366	**-**	**-**	-
Incorporação de controladas	1	**-**	**-**	**-**	(7.944)	**(7.944)**	(2.881)	(10.825)
Prejuízo do período	-	**-**	**-**	**-**	(252.587)	**(252.587)**	(55.745)	(308.332)
Saldos em 30 de junho de 2026		**1.239.302**	**59.786**	**1.528**	**(1.118.062)**	**182.554**	**(279.560)**	**(97.006)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do período		**(252.587)**	**(88.170)**	**(308.332)**	**(132.713)**
Ajustes para:					
Depreciação	11	-	-	26.150	20.702
Amortização	12	-	-	17.162	17.903
Depreciação - direito de uso	21	-	-	40.908	50.394
Amortização de mais valia	-	2126	890	3.480	-
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	28	110	9.902	37.960	47.070
Juros sobre partes relacionadas	-	(12.786)	(10.583)	-	
Juros passivos de arrendamento	28	-	-	29.525	22.795
Juros sobre antecipação de recebíveis	28	-	-	14.912	26.227
Outras (receitas)/despesas financeiras	28	-	-	5.172	11.653
Provisões para contingências	19	-	-	1.641	(8.010)
Provisões	27	-	-	116.403	-
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	10	227.937	82.799		-
Resultado da alienação de imobilizado, intangível	-	-	-	11.612	(5.948)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	5	-	-	-	(37)
Provisão para realização dos estoques	6	-	-	-	1.044
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	9,1	-	1.208	-	(1.767)
Juros de aplicações financeiras	-	-	-	-	(1.127)
Impostos Diferidos	-	(506)	(3.555)	(824)	4.329
Baixa Líquida de Arrendamento	-	-	-	12.428	-
Outros	-		-	(11.353)	(1.793)
Variação nos ativos operacionais					
Contas a receber	5	-	-	(6.957)	44.000
Estoques	6	-	-	28.832	76.068
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	(4.883)	(1.238)
Créditos diversos, outras contas a receber e impostos a recuperar	-	15.874	10.355	(16.907)	(24.233)
Partes relacionadas	9	-	-	-	-
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores e outras contas a pagar	-	20.058	(3.126)	32.624	(87.120)
Salários e encargos sociais e impostos a recolher	-	(246)	244	74.531	16.550
Adiantamentos de clientes	17	-	-	(4.492)	3.112
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	-	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(20)**	**(36)**	**99.592**	**77.861**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-		-	(2.502)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	21		-	(28.183)	(23.917)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	28		-	(14.912)	(26.227)
Outros juros pagos	28		-		-
Pagamento de contingências	19		-		-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(20)**	**(36)**	**53.995**	**27.717**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de aplicação financeira	28		-	-	1.127
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	12		-	(3.881)	34.000
Aquisição do ativo imobilizado	12		-	(6.642)	(4.032)
Aquisição do ativo intangível	13		-		- 10.086
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**-**	**-**	**(10.523)**	**21.009**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	-		-	48.401	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-		-	(47.958)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	21		-	(51.219)	(48.758)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**-**	**-**	**(50.776)**	**(48.758)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(20)**	**(36)**	**(7.304)**	**(32)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	109	63	30.718	23.036
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	89	27	23.414	23.004
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(20)**	**(36)**	**(7.304)**	**(32)**
Transações que não afetaram caixa					
Baixa plano de recuperação extrajudicial	15		-		(357.833)
Baixa dívida com acionistas não controladores	15		-		(251.830)
Emissão de debêntures públicas	15		-		514.327
Emissão de debêntures privadas	15		132.165		132.165
Investimentos em cotas subordinadas de FIDC			-		149.840

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas		**-**	**-**	**632.229**	**875.644**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		-	-	630.799	867.732
Outras receitas		-	-	1.486	7.875
Perdas de crédito esperadas		-	-	(56)	37
Insumos adquiridos de terceiros		**(30.926)**	**(993)**	**(529.595)**	**(496.912)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(246.867)	(325.071)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.926)	(993)	(255.437)	(171.841)
Fretes		**-**	**-**	(27.291)	-
Valor adicionado bruto		**(30.926)**	**(993)**	**102.634**	**378.732**
Depreciação e amortização		(2.127)	(2.761)	(78.872)	(89.098)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**(33.053)**	**(3.754)**	**23.762**	**289.634**
Valor adicionado recebido em transferência		**(215.031)**	**(72.216)**	**4.118**	**8.675**
Resultado de equivalência patrimonial		(227.937)	(82.799)	-	-
Receitas financeiras		12.906	10.583	4.118	8.675
Valor adicionado total a distribuir		**(248.084)**	**(75.970)**	**27.880**	**298.309**
Distribuição do valor adicionado		**(248.084)**	**(75.970)**	**27.880**	**298.309**
Pessoal		**2.798**	**5.331**	**89.599**	**106.797**
Remuneração direta		2.114	3.513	64.007	79.314
Benefícios		684	1.818	16.327	24.074
F.G.T.S.		-	-	9.265	3.409
Impostos, taxas e contribuições		**685**	**(3.101)**	**132.493**	**167.825**
Federais		685	(3.101)	41.096	51.999
Estaduais		-	-	91.069	114.825
Municipais		-	-	328	1.001
Remuneração de capitais de terceiros		**1.020**	**9.970**	**114.120**	**156.400**
Juros		945	9.909	88.582	116.898
Aluguéis		75	61	24.802	37.015
Outras		-	-	736	2.487
Remuneração de capitais próprios		**(252.587)**	**(88.170)**	**(308.332)**	**(132.713)**
Prejuízos no período		(252.587)	(88.170)	(252.587)	(88.170)
Participação de não controladores			-	(55.745)	(44.543)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

O Grupo Toky S.A - em recuperação judicial ("Toky" ou "Grupo") é uma sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório do Grupo localiza-se na Avenida das Nações Unidas, 16737 - Várzea de Baixo, São Paulo/SP e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, bem como a atuação no varejo de móveis e artigos de decoração por meio de plataformas digitais e lojas físicas, diretamente ou por intermédio de suas controladas.

As informações financeiras individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

Criada em 2011, o Grupo Toky S.A - em recuperação judicial, é uma empresa de tecnologia que atua no comércio eletrônico, sendo referência em varejo do setor de móveis e decoração. Como parte de sua estratégia em busca de rentabilidade, o Grupo adquiriu o controle da Tok&Stok - em recuperação judicial. A aquisição da Tok&Stok - em recuperação judicial, formalizada em novembro de 2024, integra a estratégia do Grupo de ampliação de escala operacional, diversificação de canais e fortalecimento da presença física, com foco na captura de sinergias operacionais, comerciais e logísticas.

Através de suas marcas, Mobly e Tok&Stok o Grupo estabelece forte presença no mercado por meio da diversificação e complementaridade do portfólio de produtos e serviços, combinando a reputação de ambas as marcas e atingindo públicos diversos em todos os segmentos de mercado, através de uma experiência multicanal.

Em 30 de junho de 2026, o Grupo contava com 52 lojas próprias e 5 centros de distribuição, em comparação com 64 lojas e 5 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2025. A redução de 12 lojas no período decorre do encerramento de unidades de menor rentabilidade, em linha com o plano de otimização da rede e de reestruturação operacional do Grupo, conforme detalhado na Nota 12 (i).

Reorganização societária

Durante o trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, o Grupo concluiu determinadas reorganizações societárias internas, incluindo **(i)** a incorporação da Estok Atacadista pela Estok Distribuidora e **(ii)** a incorporação da Mobly Atacadista pela Mobly Tech - em recuperação judicial, cuja razão social foi posteriormente alterada para Mobly Serviços de Intermediação - em recuperação judicial. Essas operações tiveram como objetivo simplificar a estrutura societária e operacional do Grupo, sem alteração do controle final.

Considerando que as sociedades envolvidas já eram integralmente consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo, tais reorganizações não produziram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas nem comprometeram a comparabilidade das informações apresentadas entre os períodos.

2. Base de preparação das informações financeiras trimestrais

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 12 de agosto de 2026. Em reunião realizada em 14 de agosto de 2026, o Conselho de Administração analisou e recomendou a divulgação destas informações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

- No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, o Grupo apresentou prejuízo líquido consolidado de R$ 308.332 (prejuízo de R$ 132.713 em junho de 2025), capital circulante líquido negativo de R$ 378.042 (negativo em R$ 76.691 em 31 de dezembro de 2025) e caixa e equivalentes de caixa de R$ 23.414 (R$ 30.718 em 31 de dezembro de 2025). O desempenho do período foi impactado, entre outros fatores, pela redução da receita decorrente de restrições no abastecimento e menor disponibilidade de produtos, pelos encargos financeiros associados ao endividamento do Grupo e pelo reconhecimento de perdas, provisões e ajustes contábeis identificados no contexto da revisão de saldos e da reestruturação operacional.

Adicionalmente, o Grupo permanece exposto a uma necessidade relevante de capital de giro, em um cenário de concentração de obrigações de curto prazo, restrição de crédito, necessidade de recomposição de estoques e renegociação das condições comerciais com fornecedores. Esses fatores afetaram a liquidez e a capacidade do Grupo de cumprir determinadas obrigações nos prazos originalmente contratados.

Recuperação judicial

Em 12 de maio de 2026, o Grupo protocolou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei no 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a reestruturação de seu passivo, preservar a continuidade das atividades empresariais e estabelecer condições sustentáveis para o pagamento de seus credores.

Em 12 de junho de 2026, o Juízo da 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP deferiu o processamento da recuperação judicial, nomeou como Administradora Judicial a AJ RUIZ CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., bem como determinou as demais providências previstas na legislação aplicável.

Até a data de autorização para emissão destas informações financeiras, o processo encontra-se aguardando o envio pelo Grupo da lista de credores.

A recuperação judicial representa o instrumento jurídico por meio do qual o Grupo pretende negociar e reestruturar os passivos sujeitos ao processo. Entretanto, sua implementação não elimina, por si só, os riscos relacionados à liquidez e à continuidade operacional. A efetiva recuperação econômico-financeira do Grupo depende, entre outros fatores, da aprovação e execução do plano de recuperação judicial, da manutenção do relacionamento com fornecedores e parceiros comerciais, da obtenção de recursos para financiamento das operações e da recuperação gradual de seu desempenho operacional.

Medidas implementadas e em andamento

Desde o início do processo de reestruturação, a Administração vem adotando medidas voltadas à preservação da liquidez e à adequação da estrutura operacional e financeira do Grupo, dentre as quais se destacam:

- fortalecimento da governança e dos controles sobre o fluxo de caixa, com acompanhamento frequente das disponibilidades, obrigações e prioridades de pagamento;
- revisão da estrutura de custos e despesas, com racionalização de atividades e redução de gastos;
- otimização da rede de lojas e encerramento de unidades com desempenho insatisfatório;
- renegociação de prazos e condições comerciais com fornecedores e demais parceiros;
- revisão do sortimento de produtos e da estratégia de compras, com priorização de itens de maior giro e margem;
- implementação das iniciativas de integração e captura de sinergias entre as operações das marcas do Grupo;
- avaliação e negociação de alternativas de financiamento, reforço de capital de giro e monetização de ativos;
- reestruturação das obrigações financeiras e demais passivos no âmbito da recuperação judicial; e
- avaliação e negociação de alternativas de financiamento e reforço de capital de giro, inclusive por meio da utilização de ativos potencialmente elegíveis à constituição de garantias, tais como determinados imóveis, recebíveis, créditos tributários e outros direitos creditórios.

A Administração vem realizando o levantamento e a avaliação dos ativos do Grupo potencialmente elegíveis para suportar novas operações de financiamento. A eventual utilização desses ativos está sujeita, entre outros fatores, à confirmação da inexistência de ônus ou restrições, à sua capacidade de realização, à obtenção de avaliações independentes, aos critérios de elegibilidade e aceitação das instituições financeiras e, quando aplicável, às autorizações previstas em instrumentos contratuais e no processo de recuperação judicial.

As iniciativas mencionadas encontram-se em diferentes estágios de implementação e seus resultados dependem de fatores que, em parte, não estão sob controle exclusivo da Administração.

Avaliação da Administração

A Administração elaborou projeções de fluxo de caixa para o período mínimo de 6 meses da data de 30 de junho de 2026, considerando, entre outras premissas, evolução das vendas, recomposição dos estoques, margens, redução de despesas, prazos de fornecedores, efeitos da recuperação judicial e captações previstas.

Essas projeções são sensíveis, principalmente, à capacidade do Grupo de:

- executar as medidas operacionais e de redução de custos previstas;
- obter e manter condições adequadas de fornecimento e capital de giro;
- concluir as alternativas de financiamento atualmente em avaliação;
- aprovar e implementar o plano de recuperação judicial; e
- alcançar os níveis de receita, margem e geração de caixa considerados nas projeções.

Eventuais desvios relevantes nessas premissas poderão afetar a capacidade do Grupo de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal das operações.

Diante das condições descritas, a Administração concluiu que existe incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo.

Não obstante, considerando o arcabouço proporcionado pelo processo de recuperação judicial, as medidas de reestruturação já implementadas e em andamento e as projeções preparadas pela Administração, estas informações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Consequentemente, estas informações financeiras não incluem eventuais ajustes relativos à realização e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos que poderiam ser necessários caso o Grupo não fosse capaz de continuar suas operações.

2.3. Base de mensuração

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados ativos e passivos que são mensurados por outros critérios, como valor justo, custo amortizado ou valor presente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser avaliados pelo custo amortizado ou ao valor justo, conforme detalhado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15.

2.4. Moeda de apresentação

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos monetários, são reconhecidas no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras.

2.6. Base de apresentação

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as informações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicadas em 29 de maio de 2026. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas informações financeiras anuais.

2.7. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reconhecidos dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Não houve mudança de qualquer natureza nas estimativas e julgamentos da Administração em relação aos utilizados e divulgados nas informações financeiras anuais individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

3. Novas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2026

A Administração adotou, a partir de 1º de janeiro de 2026, os pronunciamentos novos ou revisados emitidos pelo IASB e pelos órgãos reguladores locais aplicáveis à Companhia. A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos nas informações financeiras individuais e consolidadas do Grupo no período findo em 30 de junho de 2026.

Dentre os pronunciamentos adotados no período, destaca-se:

- **Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48:** Instrumentos Financeiros – Evidenciação e Instrumentos Financeiros – introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e ao desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como requerimentos adicionais de divulgação relacionados a operações financeiras e determinados riscos associados. Essas alterações não tiveram impacto material nas informações financeiras do Grupo.

- **Alterações na IFRS S1 e IFRS S2 / Normas de Sustentabilidade:** O Grupo acompanha a evolução das normas de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), IFRS S1 e IFRS S2, recepcionadas no Brasil pela Resolução CVM no 193/23, conforme alterada pela Resolução CVM no 244/2026, e normatizadas como CBPS 01 e CBPS 02. A Resolução CVM no 244/2026 alterou o regime anteriormente previsto, afastando a obrigatoriedade geral de elaboração e arquivamento do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para companhias abertas a partir dos exercícios sociais iniciados em 1o de janeiro de 2026, mantendo a possibilidade de adoção voluntária, observados os requisitos aplicáveis. A partir de 1o de janeiro de 2027, a companhia aberta que optar por não arquivar o relatório deverá justificar sua decisão por meio de comunicado ao mercado, nos termos da regulamentação aplicável. O Grupo está avaliando os potenciais impactos e requerimentos aplicáveis às divulgações futuras. Não foram identificados impactos materiais nas informações financeiras do período.

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e interpretações novos ou revisados abaixo foram emitidos, mas ainda não estavam vigentes em 30 de junho de 2026. A Administração avaliou os possíveis impactos dessas normas e, com base no entendimento atual, não espera efeitos significativos na mensuração e reconhecimento dos saldos, podendo haver impactos relacionados à apresentação e à divulgação das informações financeiras quando de sua adoção:

- **Implementação da IFRS 18 / CPC 51:** Apresentação e Divulgação em Informações financeiras – Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) e estabelece novos requerimentos relacionados à apresentação da demonstração do resultado, incluindo subtotais padronizados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração encontra-se avaliando os impactos desta norma, os quais deverão se concentrar, principalmente, em aspectos de apresentação e divulgação.

Reforma tributária no Brasil: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional no 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto aprovado teve como base a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 45/2019.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a ampliação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar no 214/2025 (originada do PLP no 68/2024), que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade e prevê a isenção para a cesta básica nacional. O período de transição para o novo modelo é gradual, com início em 2026 mediante a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental e alíquotas reduzidas, coexistindo com o sistema atual até sua extinção em 2033. O Grupo avalia continuamente os impactos da transição, com foco na fruição dos créditos presumidos de ICMS em MG/ES (nota 25 (i)), na manutenção dos créditos de PIS/Cofins (nota 19) e na recuperação dos saldos de impostos a recuperar (nota 8).3.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Bancos	89	105	4.983	5.586
Aplicações financeiras	-	4	18.431	25.132
Total	**89**	**109**	**23.414**	**30.718**

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e em operações compromissadas em bancos de primeira linha, à taxa média ponderada equivalente a 100,66% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) (95,32% em 31 de dezembro de 2025), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada.

A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na nota explicativa 30.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2026	**31/12/2025**
Títulos a receber – *marketplace*	65.753	67.020
Títulos a receber - adquirentes **(i)**	42.406	28.337
Títulos a receber – boletos	1.898	1.532
Títulos a receber – outros	-	7.211
Títulos a receber - Cartão Mobly	4.962	3.802
Total contas a receber	**115.019**	**107.902**
Perda de crédito esperada **(ii)**	(45.467)	(1.015)
Total	**69.552**	**106.887**

(i) O Grupo antecipou os recebíveis de cartão de crédito por meio dos credenciadores Adyen, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados e somam R$56.533 no primeiro semestre de 2026 (e de R$ 96.254 no primeiro semestre de 2025). A taxa média ponderada de antecipação foi de 105,57% do CDI no primeiro semestre de 2026 (116,15% do CDI no primeiro semestre de 2025), gerando um impacto no resultado do período de R$ 14.912 (R$ 19.820 no primeiro semestre de 2025), reconhecido na linha "juros sobre antecipação de recebíveis" na nota explicativa no 28.

(ii) O aumento da provisão para perdas de crédito esperadas no período decorre, substancialmente, da revisão dos saldos a receber junto aos parceiros de marketplace. No âmbito do procedimento interno realizado pela Administração em 30 de junho, foram identificadas diferenças históricas entre determinados saldos informados pelos parceiros e os respectivos registros contábeis do Grupo. As informações disponibilizadas pelos parceiros consistem, substancialmente, em confirmações de saldos de forma consolidada, sem o correspondente detalhamento analítico que permita a conciliação integral das diferenças identificadas.

Durante o período, a Administração aprofundou a avaliação desses saldos considerando o conjunto de informações disponíveis, incluindo os registros contábeis do Grupo, as confirmações recebidas dos parceiros, o histórico das transações e os procedimentos de conciliação realizados. Em relação às diferenças que permaneceram não conciliadas, a ausência de elementos analíticos suficientes para suportar a composição e a recuperabilidade integral dos valores registrados aumentou a incerteza quanto à sua realização. Diante dessas circunstâncias, e considerando o julgamento da Administração sobre o risco de crédito associado a esses recebíveis, foi reconhecida provisão para perdas de crédito esperadas, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A provisão reconhecida não decorre exclusivamente da existência de diferenças entre as confirmações dos parceiros e os registros contábeis do Grupo, mas da avaliação conjunta das evidências disponíveis e da impossibilidade de suportar, com evidência suficiente, a recuperabilidade integral de determinados saldos na data-base. Os valores referem-se a recebíveis com administradoras de cartões de crédito e vendas realizadas por meio de parceiros de marketplace e são apresentados líquidos das taxas de administração e dos recursos antecipados pelos cartões.

A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2026	**31/12/2025**
Títulos a vencer	**65.672**	**106.088**
Vencidos	**-**	**-**
até 30 dias	3.201	1.280
acima de 30 e menor que 60 dias	751	496
acima de 60 dias	45.395	38
Perda de crédito esperada	(45.467)	(1.015)
Total	**69.552**	**106.887**

A administração julga suficiente a provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

Provisões para perda de crédito esperada

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	**(1.015)**	**(3.309)**
Adições, líquida de reversões **(i)**	(44.452)	(53)
Baixas **(ii)**	-	2.347
Total	**(45.467)**	**(1.015)**

(i) A adição efetuada na apuração refere-se principalmente à provisão para perda de Marketplace e, em menor proporção, à provisão relacionada à adquirente de cartão próprio. O aumento observado no período decorre principalmente de divergências identificadas entre os saldos confirmados pelos Marketplaces e os valores registrados pelo Grupo. Em conformidade com a legislação fiscal aplicável, essa provisão não é dedutível para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, sendo adicionada na determinação do resultado fiscal.

(ii) As baixas dizem respeito a títulos vencidos há mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

6. Estoques

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Mercadoria para revenda	156.653	182.952
Matérias-primas	17.412	19.329
Estoques faturados e não entregues	4.149	11.960
Estoques em trânsito	10.907	15.384
Mercadorias em poder de terceiros	17.592	6.186
Material de uso e consumo	1.749	2.478
Outros	2.090	1.095
Total	**210.522**	**239.384**

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R$22.542 em 30 de junho de 2026 (R$18.973 em 31 de dezembro de 2025). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos.

As provisões para realização de estoques se encontram a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	**(18.973)**	**(42.462)**
Adições	(3.973)	(4.745)
Baixas **(i)**	404	28.234
Total	**(22.542)**	**(18.973)**

(i) Após análise e revisão dos estoques obsoletos foi identificado que parte dos itens do estoque estava impróprio para venda e/ou revenda a terceiros, o que resultou na baixa do montante como redução da provisão anteriormente constituída.

7. Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 9)	116.598	130.190	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.532	1.421	10.218	5.576
Adiantamentos de importação	-	-	1.262	1.624
Depósito caução	-	-	731	1.077
Ressarcimento transportes	-	-	2.818	4.331
Bens recebidos de terceiros em comodato	-	-	3.702	3.702
Adiantamentos folha e benefícios	-	117	2.088	2.479
Seguros pagos antecipadamente		-	3.497	4.807
Outros créditos **(i)**	74	-	19.730	1.804
Total	**118.204**	**131.728**	**44.046**	**25.401**
Circulante	1.605	131.728	41.498	22.365
Não circulante	**116.599**	**-**	**2.548**	**3.036**

(i) O aumento na rubrica de outros créditos decorre do reconhecimento de despesas de aluguéis registradas no sistema financeiro, porém contabilmente classificadas como despesas antecipadas, uma vez que se referem a competências futuras e serão apropriadas ao resultado ao longo do exercício. Ressalta-se que os respectivos valores ainda não foram liquidados financeiramente, de modo que a saída de caixa ocorrerá conforme os vencimentos previstos contratualmente.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
ICMS a recuperar	1	-	154.356	144.200
PIS a recuperar	-	-	19.922	25.926
Cofins a recuperar	-	-	91.556	104.715
IPI a recuperar	-	-	2.032	1.401
IRRF sobre aplicações	1.665	4.768	3.992	8.576
Outros créditos **(ii)**	1.817	1.065	1.793	3.793
INSS a Recuperar	-	-	41.523	37.160
Total	**3.483**	**5.833**	**321.772**	**325.771**
Circulante	3.483	5.833	179.776	185.696
Não circulante (i)	**-**	**-**	**141.996**	**140.075**

(i) Os saldos relevantes do não circulante são compostos por ICMS no valor de R$82.618 e INSS no valor de R$41.523.

(ii) O aumento em outros créditos se dá principalmente pelo reconhecimento do IPTU do exercício no montante de R$9.339, que estão sendo apropriados mensalmente

A expectativa de realização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins é conforme segue:

Ano	ICMS	PIS e Cofins
2026	26.280	90.025
2027	57.923	21.453
2028 em diante	70.153	-
Total	**154.356**	**111.478**

9. Partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos do período e exercício findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Companhia	Ativo (i)	Ativo (i)
Conta corrente (i)		
Mobly Comércio Varejista Ltda. – em recuperação judicial	89.130	102.697
Mobly Hub Transportadora Ltda. – em recuperação judicial	26.092	26.117
Mobly Tech Ltda. – em recuperação judicial	1.376	1.376
Total	**116.598**	**130.190**
Mútuo		
Estok Comércio e Representações S.A. - em recuperação judicial. **(ii)**	170.268	157.480
Total	**286.866**	**287.670**

(i) Os montantes em 30 de junho de 2026 referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda, Mobly Hub Transportadora Ltda e Mobly Serviços de Intermediação Ltda- Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial- por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 03 de outubro de 2026. Não há incidência de juros (nota explicativa nº 7);

(ii) Em janeiro de 2025, a Companhia assumiu obrigação financeira anteriormente contraída por sua controlada Estok Comércio e Representações S.A. - em recuperação judicial -, perante seu antigo controlador SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda, no âmbito da operação de aquisição do controle da referida controlada ocorrida em novembro de 2024.

Em decorrência da assunção da obrigação, a Companhia passou a ser devedora perante o antigo controlador e, simultaneamente, constituiu direito de crédito contra sua controlada, correspondente ao valor da obrigação assumida. Sobre o referido crédito incide a atualização pela variação do CDI acrescida de 2% ao ano.

Como parte da operação, a obrigação assumida pela Companhia foi formalizada por meio de debêntures conversíveis de sua emissão. Em dezembro de 2025, aproximadamente 99% das debêntures foram convertidas em ações de emissão da própria Companhia, extinguindo-se, nessa proporção, a correspondente obrigação financeira. Conforme nota explicativa nº 16, na sessão de debêntures privadas.

9.1. Remuneração dos administradores

Até 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados a seguir:

Remuneração por grupo de conta:

	Controladora			
	30/06/2026		30/06/2025	
Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração	849	2.836	697	3.505
Encargos sociais	172	373	102	352
Total	**1.021**	**3.210**	**799**	**3.857**

	Consolidado			
	30/06/2026		30/06/2025	
Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração	939	7.000	697	8.133
Encargos sociais	172	397	102	505
F.G.T.S.		108	-	42
Total	**1.111**	**7.505**	**799**	**8.680**

Programa de opção de compra de ações

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em ações)

a) Descrição dos acordos de programa de opção de compra de ações

Em 03 de dezembro de 2020 e em 30 de abril de 2025 o Grupo estabeleceu programas de opção de compra de ações, que dão direito ao pessoal-chave da administração e à alta administração a compra de ações na Companhia.

Em 1º de Abril de 2021, em 14 de junho de 2022, em 12 de maio de 2023 e em 14 de agosto de 2024 e em 27 de maio de 2025 foram realizadas outorgas destas opções ao pessoal-chave da administração e à alta administração. De acordo com o programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações após seu *vesting* e o período de espera de 3 anos.

Data da outorga/ beneficiários	Número de ações (em unidades)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
Outorga de opções para pessoal - chave da Administração			
Em 1º de abril de 2021	83.098	*Vesting* de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de junho de 2022	284.000	*Vesting* de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	241.000	*Vesting* de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de agosto de 2024	192.500	*Vesting* de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 27 de maio de 2025	445.000	*Vesting* de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Total de opções de ações	**1.245.598**		

b) Mensuração de valor justo

O modelo de Black-Scholes foi utilizado para a valoração do valor justo da opção e seu registro no resultado. Foram consideradas as premissas de volatilidade, taxa de juros livre de risco, prêmio estimado entre outros. Foi utilizada a volatilidade com base no índice do Ibovespa e de ações de empresas com modelos de negócios similares, e com maiores históricos de negociação. As premissas, assim como as despesas reconhecidas no resultado estão apresentadas conforme quadro a seguir. Não houve outorgas realizadas em 2026.

	Programa de opção de compra de ações	
	Pessoal-chave da Administração	Alta administração
	2025	2025
Valor justo na data de outorga	0,44	0,44
Preço de exercício	1,03	1,03
Volatilidade esperada (média ponderada)	52,54%	52,54%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses
Dividendos esperados	**-**	**-**

c) Conciliação das opções de ações em circulação

As opções de ações em circulação estão resumidas a/ seguir:

Opções de ações em circulação (em unidades):	Número de opções de ações em circulação	Média ponderada do preço de exercício
Existentes em 1º de janeiro de 2025	**4.673.327**	**6,84**
Perdidas durante o período	(471.030)	4,33
Outorgadas durante o período	5.593.629	1,03
Existentes em 31 de dezembro de 2025	**9.795.926**	**3,64**
Existentes em 1º de janeiro de 2026	**9.795.926**	**3,64**
Perdidas durante o período **(i)**	(8.550.328)	3,69
Existentes em 30 de junho de 2026	**1.245.598**	**3,34**

(i) A reversão decorre principalmente da extinção de opções de ações referentes à reestruturação da Diretoria.

Não houve opções exercidas durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e exercício de 2025.

As opções de compra de ações podem ser exercidas em caso de desligamento do profissional da Companhia e após cumprido o período de *vesting*.

d) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas provenientes de transações do programa baseado em ações foram reconhecidas no resultado como despesas gerais e administrativas (Nota Explicativa nº 26.b) conforme montantes demonstrados no quadro a seguir. A reversão das reservas de capital das opções registradas na despesa em períodos anteriores foi estornada diretamente contra o prejuízo acumulado, e não houve efeito na despesa do ano de 2026.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesa proveniente de transações de pagamento com base em ações	41	1.125	41	1.125

10. Investimentos e provisão para perdas em investimentos - controladora

Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas informações financeiras individuais, é como segue:

Em 30 de junho de 2026

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Incorporação de Controladas	Equivalência patrimonial	Amortização/ Realização das mais valias	IR/CS Diferidos S/ Mais-Valias	Saldo Final
Mobly Comércio Varejista Ltda.	**337.111**	-	-	(115.230)	-	-	221.881
Mobly Hub Transportadora Ltda.	**(74.342)**	-	-	(19.444)	-	-	(93.786)
Mobly Serviços de Intermediação Ltda.	**(20.024)**	-	(6.456)	(7.279)	-	-	(33.759)
Mobly Atacadista	**(3.036)**	-	3.036	-	-	-	-
Grupo Toky S.A. - em recuperação judicia	**(72.030)**	-	(4.526)	(85.984)	(2.126)	506	(164.160)
Total	**167.679**	**-**	**(7.946)**	**(227.937)**	**(2.126)**	**506**	**(69.824)**
Total em Investimentos	**323.715**			**-**			**210.114**
Total de Perdas em investimentos	**(156.036)**						**(279.938)**

Em 31 de dezembro de 2025

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Adição de investimento	Equivalência patrimonial (i)	Amortização/ Realização das mais valias(Líquidas de IR/CS Diferidos	Outros	Saldo Final
Mobly Comércio Varejista Ltda.	**300.617**	94	25.369	11.031	-	-	337.111
Mobly Hub Transportadora Ltda.	**(65.394)**	(290)	-	(8.658)	-	-	(74.342)
Mobly Tech Ltda.	**(15.851)**	33	-	(4.206)	-	-	(20.024)
Mobly Atacadista	**214**	-	-	(3.250)	-	-	(3.036)
Grupo Toky S.A. - em recuperação judicia	**(242)**	25	-	(62.121)	(6.804)	(2.888)	(72.030)
Total	**219.344**	**(138)**	**25.369**	**(67.204)**	**(6.804)**	**(2.888)**	**167.679**
Total em Investimentos	**300.589**						**323.715**
Total de Perdas em Investimentos	**(81.245)**						**(156.036)**

Informações de controladas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado de controladas é como segue:

Em 30 de junho de 2026

			Ativo		Passivo				
Controladas	Participação Quotas / Ações	%	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	182.070	545.036	452.652	52.734	**(221.909)**	**161.589**	(115.230)
Mobly Hub Transportadora Ltda.	01	100%	35.089	130	128.189	864	**(93.835)**	**4.494**	(19.444
Mobly Serviços de Intermediação Ltda.	01	100%	38.002	452	72.198	-	**(33.743)**	**8.387**	(7.279)
Mobly Atacadista	01	100%	-	-	-	-	**-**	**-**	-
Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial	164.682	61,11%	474.530	532.029	672.651	1.156.399	**(822.491)**	**354.938**	(140.700)

Em 31 de dezembro de 2025

			Ativo		Passivo				
Controladas	**Participação Quotas / Ações**	**%**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	226.864	486.254	303.723	72.259	**337.138**	**489.401**	11.031
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100%	32.343	183	106.262	654	**(74.390)**	**24.117**	(8.658)
Mobly Tech Ltda.	1	100%	37	450	20.495	-	**(20.008)**	**4.247**	(4.206)
Mobly Atacadista	1	100%	38.154	02	41.192	-	**(3.036)**	**90.143**	(3.250)
Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial	164.682	61,11%	376.403	514.702	482.095	1.083.391	**(674.383)**	**964.064**	(101.654)

11. Outros ativos financeiros a valor justo

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Investimentos em cotas subordinadas de FIDC	115.840	115.840
Ajuste a valor justo do FIDC	(10.497)	(11.469)
Total	**105.343**	**104.371**
Circulante	-	-
Não circulante	**105.343**	**104.371**

Em 02 de junho de 2025, a Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial- realizou operação estruturada por meio da integralização de cotas subordinadas do FIDC ST 1019.A – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), mediante cessão de direitos creditórios decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ("Claim Estok"), no valor de R$ 149.840. Simultaneamente, um investidor institucional subscreveu cotas seniores no valor de R$35.000 (sendo R$ 34.000 recebidos em caixa pela Estok Comercio e Representações - Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, e R$ 1.000 mantido no fundo), integralizadas em moeda corrente nacional. O objetivo econômico da operação é monetizar créditos judiciais, garantindo ao investidor sênior prioridade no recebimento por meio de cláusula de remuneração contratual e opção de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em eventos específicos.

O investimento em cotas subordinadas está classificado como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em razão da natureza residual dos fluxos e da ausência de características que atendam ao teste SPPI (somente principal e juros).
A Companhia não consolida o FIDC, nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, pois não detém poder sobre as atividades relevantes nem capacidade de direcionar retornos variáveis.

A mensuração do investimento é realizada pelo valor justo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão do uso de premissas relevantes não observáveis, especialmente relacionadas ao horizonte de liquidação do precatório e às taxas de desconto aplicáveis. O valor justo representa o preço de saída que seria praticado em transação ordenada entre participantes de mercado na data-base.

A mensuração utiliza técnica de fluxo de caixa descontado, considerando a atualização do ativo subjacente pela taxa Selic, a dedução do valor devido às cotas seniores (remuneradas a CDI acrescido de 12,5% ao ano) e o desconto do valor residual pela taxa de mercado. Em 30 de junho de 2026, o valor contábil do investimento, após amortização parcial de R$ 34.000, era de R$ 115.840, enquanto o valor justo estimado, com base no cenário considerado mais provável pela administração, era de R$ 105.343, resultando em ajuste negativo acumulado de R$ 10.497 (comparado a R$ 104.371 e ajuste negativo de R$ 11.469 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia reconheceu a variação no valor justo no resultado do período, conforme o CPC 48.

A administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração, incluindo horizonte de liquidação do precatório e taxas de desconto, considerando fatores como execução orçamentária federal e alterações nas condições de mercado. A operação envolve riscos, entre os quais se destacam: **(i)** risco de prazo, pois eventual alongamento do horizonte de liquidação reduz o valor justo da cota subordinada; **(ii)** risco de taxa, dado que elevação da Selic ou do CDI aumenta o custo da cota sênior e o desconto aplicado ao fluxo residual; e **(iii)** risco contratual, decorrente da existência de cláusula de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em determinadas condições. A estrutura contratual também prevê cláusula de remuneração adicional que assegura ao cotista sênior retorno mínimo equivalente a duas vezes o capital investido (R$ 70.000, correspondente a duas vezes o montante de R$ 35.000 das cotas seniores), caso a liquidação do ativo ocorra em prazo inferior a 2,8 anos. A administração considera a ocorrência desse evento como remota, tendo em vista os prazos orçamentários aplicáveis à execução de precatórios federais.

Adicionalmente, a estrutura prevê obrigação contratual de realização de aportes adicionais caso ocorra redução do valor do crédito cedido ou decisão judicial que inviabilize a restituição via precatório, de forma a recompor a estrutura e assegurar a remuneração mínima das cotas seniores. Essa obrigação é avaliada pela Administração nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Até 30 de junho de 2026, não foram observadas movimentações relevantes no processo que indicassem a ocorrência das condições contratuais para realização de aportes adicionais e, dessa forma, não foi reconhecida provisão relacionada a essa obrigação.

A variação do valor justo apurada no período foi reconhecida integralmente no resultado, não havendo registro de seus efeitos diretamente no patrimônio líquido, em conformidade com a classificação contábil atribuída ao instrumento financeiro.

Para fins de transparência, a administração apresenta a seguir a sensibilidade do valor justo do investimento em função de diferentes horizontes de liquidação:

Cenário	Valor Justo (R$)	Ajuste frente ao valor contábil (R$)
3 anos	105.343	(10.497)
4 anos	97.760	(17.080)
5 anos	92.645	(22.195)

A Companhia continuará monitorando as condições contratuais e de mercado, bem como a evolução do processo judicial subjacente, para assegurar que a mensuração do investimento continue refletindo adequadamente seu valor justo, em conformidade com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo e com os requisitos de classificação, mensuração e divulgação previstos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

12. Imobilizado

Composição do ativo imobilizado

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	30/06/2026	31/12/2025
Benfeitorias **(i)**	178.231	(146.778)	31.453	50.909
Equipamentos de Informática	47.965	(45.820)	2.145	4.646
Estruturas/Instalações	107.327	(81.523)	25.804	34.074
Móveis e Utensílios	51.572	(35.444)	16.128	18.416
Máquinas, equipamentos e ferramentas	30.515	(19.876)	10.638	12.233
Pallets	2.577	(2.567)	10	17
Veículos	1.181	(1.181)	-	-
Equipamentos de telefonia	5.416	(3.276)	2.140	2.282
Terrenos	57.126	(608)	56.518	56.711
Imóveis	3.176	(1.849)	1.327	1.366
Total	**485.085**	**(338.922)**	**146.163**	**180.654**

A movimentação do custo ao longo dos seis meses de 2026 foi:

	Consolidado			
	01/01/2026	Adições	Baixas	30/06/2026
Benfeitorias	213.882	3.336	(38.986)	178.232
Equipamentos de informática	49.113	63	(1.212)	47.964
Estruturas/Instalações	114.846	223	(7.742)	107.327
Móveis e utensílios	51.855	98	(382)	51.571
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.120	9	(614)	30.515
Pallets	2.838	-	(262)	2.577
Veículos	1.181	-	-	1.181
Equipamentos de telefonia	5.265	152	(1)	5.416
Terrenos	57.126	-	-	57.126
Imóveis	3.176	-	-	3.176
Total	**530.403**	**3.881**	**(49.199)**	**485.085**

A movimentação da depreciação ao longo dos seis meses de 2026 foi:

	Consolidado			
	01/01/2026	Adições	Baixas	30/06/2026
Benfeitorias **(i)**	(162.973)	(17.168)	33.363	(146.778)
Equipamentos de informática	(44.467)	(1.396)	43	(45.820)
Estruturas	(80.772)	(4.256)	3.505	(81.523)
Móveis e utensílios	(33.439)	(2.180)	175	(35.444)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(18.888)	(1.226)	237	(19.876)
Pallets	(2.821)	(8)	262	(2.567)
Veículos	(1.181)	-	–	(1.181)
Equipamento de telefonia	(2.983)	(294)	1	(3.276)
Terrenos	(415)	(193)	-	(608)
Imóveis	(1.810)	(39)	-	(1.849)
Total	**(349.749)**	**(26.760)**	**37.586**	**(338.922)**

(i) As baixas registradas no período decorrem, substancialmente, do encerramento de 12 lojas, no contexto do processo de racionalização da rede de varejo do Grupo. Em decorrência desse processo, os ativos diretamente vinculados às unidades descontinuadas foram baixados contabilmente, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 27.

A Administração avaliou, na data-base de 30 de junho de 2026, a existência de indicadores internos e externos de perda no valor recuperável dos ativos, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Essa avaliação considerou, entre outros fatores, os impactos decorrentes do processo de reestruturação operacional do Grupo, incluindo o encerramento de lojas, a revisão do portfólio de operações e o ambiente econômico-financeiro em que a Companhia está inserida. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que os eventos ocorridos no período não alteraram as premissas que suportam o teste anual de recuperabilidade realizado em 31 de dezembro de 2025 e, consequentemente, não identificou necessidade de reconhecimento de perdas adicionais por redução ao valor recuperável (impairment) em 30 de junho de 2026.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos ativos, a Administração considera o conjunto do ativo imobilizado e do ativo intangível como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), uma vez que os canais de venda físicos e digitais operam de forma integrada, compartilhando estrutura logística, comercial, administrativa e decisões centralizadas de gestão. Dessa forma, os fluxos de caixa são gerados de maneira conjunta, não sendo possível identificar fluxos de caixa independentes atribuíveis a ativos individuais ou a grupos específicos de ativos.

O valor recuperável estimado da UGC permaneceu superior ao seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2026 e, consequentemente, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida no período.

13. Intangível

Composição do ativo intangível

	Consolidado			
	Custo	Amortização	30/06/2026	31/12/2025
Ágio (goodwill)	275.126	-	275.126	275.126
Softwares - gerados internamente	39.018	(17.807)	21.211	25.834
Softwares - gerados int. em desenv.	25.023	-	25.023	19.074
Decorado - modelos para o site **(i)**	13.994	(13.826)	168	313
Marcas e patentes	121.752	(9.571)	112.181	115.055
Softwares - adquiridos de terceiros	151.122	(118.704)	32.418	44.113
Direito de Imagens	5.411	(5.411)	-	10
Ponto Comercial	764	-	764	1.264
Total	**632.210**	**(165.319)**	**466.892**	**480.789**

A movimentação do custo intangível ao longo dos seis meses de 2026 foi:

	Consolidado			
	01/01/2026	Adições	Baixa	30/06/2026
Ágio (goodwill)	275.126	-	-	275.126
Softwares - gerados internamente	39.018	-	-	39.018
Softwares - gerados int. em desenv.	19.073	5.950	-	25.023
Decorado - modelos para o site	13.994	-	-	13.994
Marcas e patentes	121.752	-	-	121.752
Softwares - adquiridos de terceiros	150.467	688	(33)	151.122
Direito de Imagens	5.411	-	-	5.411
Ponto Comercial **(i)**	1.264	4	(504)	764
Total	**626.105**	**6.642**	**(537)**	**632.210**

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos seis meses de 2026 foi:

	Consolidado			
	01/01/2026	Adições	Baixa	30/06/2026
Softwares - gerados internamente	(13.183)	(4.624)	-	(17.807)
Decorado - modelos para o site	(13.680)	(146)	-	(13.826)
Softwares - adquiridos de terceiros	(106.354)	(12.377)	27	(118.704)
Direito de Imagens	(5.401)	(10)	-	(5.411)
Marcas e Patentes	(6.696)	(2.875)	-	(9.571)
Total	**(145.314)**	**(20.032)**	**27**	**(165.319)**

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	-	-	177.758	130.820
Serviços de Marketing	-	-	12.501	8.882
Fretes	-	-	13.496	4.978
Fornecedores de Serviços	35.071	15.022	77.774	33.644
Importação em trânsito **(i)**	-	-	20.135	5.115
Total (ii)	**35.071**	**15.022**	**301.664**	**183.439**
Circulante	35.071	15.022	301.664	183.439
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

(i) Refere-se às obrigações estimadas relacionadas à aquisição de mercadorias importadas cuja documentação fiscal ou cobrança do fornecedor ainda não havia sido integralmente processada na data-base.

(ii) O aumento do saldo de fornecedores em 30 de junho de 2026 decorre, principalmente, das medidas adotadas pela Administração no contexto da reestruturação financeira do Grupo e do processo de recuperação judicial, com foco na preservação da liquidez e do capital de giro. Como consequência, houve incremento das obrigações comerciais relacionadas à aquisição de mercadorias, serviços, fretes e provisões para importações, refletindo a continuidade do abastecimento e da operação dos canais de venda durante o período.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Valor contábil dos passivos financeiros	177.758	130.820
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias	90-120 dias

14.1. Risco sacado

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Risco sacado	26.386	39.895
Total	**26.386**	**39.895**

O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante os seis meses de 2026 e no exercício de 2025 com instituições financeiras (bancos e fundos), com início da operação no Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial em 2025. Esses contratos foram disponibilizados aos fornecedores como uma alternativa para antecipação de recebíveis, especialmente em função dos prazos de pagamento praticados pelo Grupo, contribuindo para atender às necessidades de capital de giro desses parceiros.

A adesão ao programa ocorre por opção exclusiva dos fornecedores, sem alteração das condições comerciais originalmente negociadas, incluindo preços e prazos de pagamento.

No contexto dessas operações, apesar da participação das instituições financeiras no pagamento antecipado aos fornecedores, o risco de crédito das obrigações permanece substancialmente com o Grupo, uma vez que não há transferência do risco nem liberação da obrigação original junto ao fornecedor. No âmbito das operações de risco sacado, não há concessão de garantias adicionais pelo Grupo às instituições financeiras, além da sua própria capacidade de crédito. Nessas operações, a análise de risco é realizada com base exclusivamente no risco de crédito do Grupo, na qualidade de devedor (sacado).

Dessa forma, os fornecedores não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento das obrigações em caso de eventual inadimplência, tampouco há coobrigação ou garantias prestadas por estes.

O programa de risco sacado é relevante para a manutenção da cadeia de fornecimento do Grupo, considerando que parte dos fornecedores não possui capacidade de financiar o capital de giro necessário para operar dentro dos prazos praticados. Nesse contexto, o programa se mostra mais eficiente do ponto de vista financeiro do que a antecipação direta dos pagamentos pelo Grupo com recursos próprios.

Os limites disponibilizados no âmbito do programa são periodicamente reavaliados pelas instituições financeiras, de acordo com suas políticas de crédito, podendo resultar em aumento ou redução da capacidade de financiamento. Contudo, tais reavaliações não implicam vencimento antecipado das obrigações do Grupo.

Os pagamentos realizados às instituições financeiras continuam sendo classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que estão diretamente relacionados ao ciclo operacional do Grupo, representando pagamentos pela aquisição de mercadorias para revenda.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado
	30/06/2026
Valor contábil dos passivos financeiros	26.386
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

	Consolidado
	31/12/2025
Valor contábil dos passivos financeiros	39.895
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

O Grupo não é responsável pelos juros decorrentes da antecipação do título junto ao banco. Esses encargos são de responsabilidade do próprio fornecedor que solicitou a antecipação via operação de risco sacado

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Salários e encargos sociais a pagar	562	16	21.617	16.806
Provisão de férias e décimo terceiro	-	-	15.673	14.396
Provisão para bônus **(i)**	1.272	3.528	7.323	18.517
Outros	-	-	1.760	1.110
Total	**1.834**	**3.544**	**46.373**	**50.829**

(i) A variação é referente ao estorno de provisão de bônus devido ao não atingimento de algumas metas do Grupo.

16. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures públicas	-	-	518.424	480.574
Debêntures privadas	1.054	944	1.054	944
Antecipação de recebíveis **(i)**	-	-	23.781	25.840
Total	**1.054**	**944**	**543.259**	**507.358**
Circulante **(i)**	-	-	56.605	25.840
Não circulante	**1.054**	**944**	**486.654**	**481.518**

(i) O saldo apresentado no passivo circulante refere-se à antecipação de recebíveis oriundos de operações de marketplace que, em função das características contratuais, o Grupo entende se enquadrar como operação de financiamento, não sendo, portanto, tratado como redução do saldo de contas a receber, e os juros incorridos em 2026 sobre as debêntures públicas que são exigíveis no mês subsequente ao que foi incorrido.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.2, em 08 de agosto de 2024, o Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial. (anteriormente denominado Mobly S.A.) e suas controladas, celebrou com seus credores qualificados um Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), nos termos da Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperações e Falências), com o objetivo de reestruturar substancial parcela de seu endividamento financeiro não operacional.

Em 06 de novembro de 2024, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo proferiu sentença nos autos do processo nº 1127468-81.2024.8.26.0100, homologando o Plano de Recuperação Extrajudicial da Estok Comércio e Representações Ltda. (Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial), consolidando os efeitos da reestruturação previamente acordada com os credores.

O plano homologado resultou na emissão de debêntures simples, não conversíveis, de distribuição pública pelo Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, com vencimento em julho de 2031 (“debêntures públicas”), e na emissão de debêntures conversíveis em ações, de distribuição privada, pela Mobly, com vencimento em dezembro de 2035 (“debêntures privadas”).

Essa operação resultou na extinção do passivo financeiro originalmente reconhecido e no reconhecimento de novos instrumentos financeiros, conforme os critérios estabelecidos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo refletida contabilmente na data de fechamento das subscrições das debêntures, ocorrida no primeiro trimestre de 2025, quando foi realizada a baixa do passivo original e o reconhecimento do novo passivo, conforme os termos estabelecidos nos instrumentos das debêntures. O montante de R$ 37.960 foi reconhecido durante o primeiro semestre de 2026, correspondente à atualização financeira do passivo no período. Nas debêntures públicas, os juros apropriados até 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados e o saldo atualizado seguirá a amortização do principal.

Descrevemos a seguir as principais características dos instrumentos emitidos:

Debêntures públicas

Em julho de 2024 foi realizada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, registrada conforme a Resolução CVM 160. A operação foi formalizada pela Escritura de Emissão de Debêntures da Primeira Emissão da Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, datada de 27 de julho de 2024, e posteriormente alterada por três aditamentos firmados em 22 de agosto 2024, 2 de outubro de 2024 e 24 de janeiro de 2025, que ajustaram os termos e condições da operação, incluindo aspectos de cronograma, garantias, e reorganização do fluxo de amortização.

A emissão teve como principal finalidade a substituição de passivos existentes perante credores financeiros que aderiram ao plano de recuperação extrajudicial homologado judicialmente. O valor total da emissão foi de R$ 454.369, representado por 454.369 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1,00.

No exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a aquisição, com desconto, de parte das debêntures emitidas pelo Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial e anteriormente detidas pela Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”), no contexto de sua estratégia de reestruturação financeira e otimização da estrutura de capital do Grupo.

A operação foi formalizada mediante cessão dos créditos detidos pela Domus, seguida da capitalização desses valores no capital social da Companhia, com a correspondente emissão de ações. Adicionalmente, realizados aditamentos à escritura de emissão das debêntures, no âmbito da reestruturação financeira da Companhia, os quais possibilitaram a liquidação parcial da obrigação mediante capitalização dos créditos e emissão de instrumentos patrimoniais, sem alteração das características originais das debêntures remanescentes, que permanecem não conversíveis em ações.

No contexto da operação de recompra das debêntures anteriormente detidas pela Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda., a Companhia emitiu, às ações ordinárias, bônus de subscrição, conferindo ao seu titular o direito de subscrever ações adicionais da Companhia, conforme condições contratuais específicas.

Os bônus de subscrição foram estruturados com a finalidade exclusiva de proteção e equalização econômica, visando resguardar o terceiro contra eventual concessão futura de condições mais vantajosas a outros credores em operações relacionadas à renegociação, aquisição ou capitalização de dívidas remanescentes, funcionando, assim, como um mecanismo de proteção, e não como instrumento de remuneração adicional ou geração autônoma de retorno econômico.

O exercício dos bônus está condicionado à ocorrência de evento futuro específico, definido contratualmente como a realização de determinada operação societária relacionada a nova capitalização de dívida, em condições econômicas mais favoráveis do que aquelas pactuadas na transação original. Até a data base das informações financeiras, não ocorreu, nem se encontrava em curso, qualquer evento que caracterize o atendimento das condições de exercício dos referidos bônus .

Com base:

- na natureza de proteção do instrumento;
- no controle do evento gatilho pela própria Companhia;
- na ausência de renegociações da dívida remanescente em condições mais vantajosas até a data base; e
- na avaliação da administração quanto à baixa probabilidade de exercício nas circunstâncias atuais.

Os bônus de subscrição foram considerados instrumentos de proteção, não tendo sido identificado valor justo relevante na data base, não tendo sido reconhecidos contabilmente. A Companhia procederá à reavaliação desse entendimento caso ocorram, em períodos futuros, eventos que possam alterar as premissas consideradas ou acionar as condições contratuais de exercício.

Como consequência da operação, houve redução do endividamento consolidado do Grupo, em função da substituição de passivos financeiros por instrumentos patrimoniais, bem como fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, sem impacto em caixa.

Os créditos originalmente detidos pela Domus e posteriormente transferidos no âmbito da reorganização passaram a ser detidos pela Mobly Varejista Ltda Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, que passou a figurar como credora dos referidos valores, permanecendo a Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial como devedora dessas obrigações, sem alteração das condições econômicas substanciais originalmente pactuadas.

Os ativos financeiros decorrentes dessa operação foram reconhecidos nas informações financeiras individuais da Mobly Varejista Ltda Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial como contas a receber de partes relacionadas, mensurados ao custo amortizado, conforme aplicável.

Em 30 de junho de 2026 o valor atualizado das debêntures públicas era de R$ 518.424 (R$ 480.574 em 31 de dezembro de 2025).

As debêntures possuem vencimento final em 31 de julho de 2031. O cronograma de pagamento originalmente estabelecido foi posteriormente alterado em decorrência da reprogramação do fluxo de pagamentos aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas. As principais condições aplicáveis à remuneração e à amortização do principal estão apresentadas a seguir:

Condição	Tratamento
Carência de juros	Carência de juros Até 24 de dezembro de 2025, período durante o qual os encargos financeiros foram capitalizados e incorporados a o valor nominal das debêntures
Juros acumulados até 31 de dezembro de 2025	Incorporados ao principal, com pagamento previsto a partir de 2027
Juros incorridos a partir de 2026	Exigíveis a partir de maio de 2026, conforme reprogramação do fluxo de pagamentos aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas
Carência do principal	Até 31 de dezembro de 2026
Amortização do principal	A partir de janeiro de 2027, em 54 parcelas mensais e sucessivas

Em decorrência do pedido de recuperação judicial ajuizado em 12 de maio de 2026, a Administração avaliou, os efeitos das hipóteses de vencimento antecipado previstas contratualmente nas debêntures.

Embora a escritura de emissão preveja o pedido de recuperação judicial como hipótese contratual de vencimento antecipado, a Administração entende que a mera declaração desse evento contratual não implica, por si só, o reconhecimento do vencimento antecipado da totalidade das obrigações, considerando que, à data-base das informações financeiras, o processamento da recuperação judicial já havia sido deferido judicialmente e as obrigações sujeitas ao processo recuperacional encontravam-se submetidas ao regime concursal e às determinações vigentes do Juízo da recuperação judicial.

Nesse contexto, os efeitos da cláusula de vencimento antecipado, no que se refere ao exercício individual pelos credores dos direitos dela decorrentes, encontravam-se sujeitos às determinações do Juízo da Recuperação Judicial e ao regime previsto na lei no 11.101/2025. Dessa forma, nas circunstâncias vigentes em 30 de junho de 2026, os debenturistas sujeitos à recuperação judicial não poderiam promover individualmente a execução da totalidade da dívida com fundamento exclusivamente no ajuizamento do pedido de recuperação.

Considerando as decisões judiciais vigentes na data-base, a sujeição das debêntures ao processo de recuperação judicial e a avaliação de seus assessores jurídicos, a Administração, no exercício de seu julgamento, manteve a classificação das debêntures entre o passivo circulante e o passivo não circulante de acordo com o cronograma contratual de vencimento apresentado, sem considerar, para fins dessa classificação, a antecipação da totalidade da dívida decorrente exclusivamente do ajuizamento do pedido de recuperação judicial.

A Administração continuará monitorando a evolução do processo de recuperação judicial e eventuais alterações nas decisões judiciais aplicáveis que possam produzir efeitos sobre essas obrigações em períodos subsequentes.

A remuneração das debêntures corresponde a 100% da Taxa DI Over de um dia, acrescida de spread de 2,00% ao ano, com capitalização exponencial e cálculo pro rata temporis. Os juros incidem sobre o saldo devedor atualizado do valor nominal unitário das debêntures.

A operação conta com garantias estruturadas em duas modalidades:

Garantia real, mediante alienação fiduciária de:

- Imóvel de titularidade da emissora, situado na Cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, conforme registrado na Matrícula no 1.073 do Único Serviço Notarial e Registral de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

Garantia fidejussória, por meio de fiança solidária prestada pelo Grupo Toky S.A.- em recuperação judicial e suas controladas, abrangendo a totalidade das obrigações previstas na emissão.

Os debenturistas contam com mecanismos de proteção contratual ("*covenants*") conforme demonstrado a seguir. Tais *covenants* permanecem válidos para as novas debêntures emitidas.

- *Covenants* de dívida líquida/EBITDA ajustado:

Medido anualmente, a partir de janeiro de 2026, de acordo com as informações divulgadas nas informações financeiras consolidadas anuais auditadas do Grupo, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	*Covenants* de dívida líquida/EBITDA ajustado
2026	10,4x
2027	6,4x
2028	4,5x
2029	3,4x
2030 em diante	2,6x

Valor máximo de dívida financeira líquida: medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas informações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Valor máximo de dívida financeira líquida
2025	R$ 782 milhões
2026	R$ 824 milhões
2027	R$ 849 milhões
2028	R$ 827 milhões
2029	R$ 774 milhões
2030	R$ 669 milhões
2031 em diante	R$ 669 milhões corrigido pela taxa DI

Covenant de CapEx (repactuado): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas informações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores a seguir:

Ano	*CapEx* máximo que pode ser desembolsado
2025	R$ 48 milhões
2026	R$ 48 milhões
2027	R$ 50 milhões
2028	R$ 51 milhões
2029	R$ 55 milhões
2030	R$ 57 milhões
2031 em diante	R$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

Adicionalmente, a escritura e os aditamentos estabelecem diversas hipóteses de vencimento antecipado, entre as quais se destacam os abaixo. Vale ressaltar que o Grupo está em cumprimento com todos os covenants financeiros em questão.

- Descumprimento de obrigação de pagamento de qualquer parcela de principal, juros ou encargos;
- Descumprimento de obrigações acessórias, incluindo *covenants*, entrega de informações e manutenção de garantias;
- Deterioração relevante da situação financeira da emissora ou garantidores;
- Execução judicial ou extrajudicial contra a emissora, garantidores ou qualquer empresa do grupo, envolvendo valores superiores a determinado limite financeiro;

- Cancelamento, suspensão ou perda das garantias previstas na escritura;
- Default cruzado: inadimplemento de outras dívidas financeiras relevantes (inclusive bancárias);
- Mudança de controle da emissora ou dos garantidores sem prévia anuência dos debenturistas;
- Revogação ou não homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial;
- Incorporação, cisão ou fusão da emissora ou dos garantidores, que não tenham sido previamente aprovadas;
- Não observância de compromissos previstos nos aditamentos, incluindo a manutenção de garantias adicionais.
- Ocorrência de eventos relacionados à recuperação judicial da emissora ou dos garantidores, nos termos e condições previstos na escritura;

Debêntures privadas

Em janeiro de 2025 foi realizada a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias de sua própria emissão, da espécie quirografária no montante total de R$ 132.165, representadas por 132.165 debêntures com valor nominal unitário de R$ 1.

Essas debêntures foram emitidas como contraprestação pela cessão, à Companhia, de créditos anteriormente detidos por fundos contra o Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial. Com a cessão, a Mobly- Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, passou a figurar como credora desses créditos, com vencimento em 31 de dezembro de 2035, sujeitos à atualização pela taxa DI, acrescida de juros remuneratórios de 2,00% ao ano, com capitalização diária. A Companhia reconheceu tais valores como contas a receber de partes relacionadas em suas demonstrações individuais, mensurados ao custo amortizado.

No âmbito da reestruturação ocorrida ao longo de 2025, as debêntures foram objeto de ajustes em sua estrutura contratual, incluindo seu desmembramento em séries distintas, sem alteração do valor total originalmente emitido.

No mesmo contexto, no exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a conversão de dívida anteriormente mantida junto à SPX em aumento de capital, no âmbito de sua reorganização societária e estratégia de otimização da estrutura de capital.

A referida operação foi formalizada mediante capitalização do crédito detido pela SPX, com a correspondente emissão de ações da Companhia, resultando na extinção da obrigação financeira anteriormente registrada.

Como consequência, houve redução do passivo financeiro da Companhia e aumento do patrimônio líquido em montante equivalente ao valor do crédito capitalizado, não havendo impacto em caixa decorrente dessa transação.

Adicionalmente, os créditos originalmente detidos por terceiros e posteriormente cedidos no contexto da reorganização passaram a ser detidos pela Companhia, permanecendo a Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial como devedora desses valores perante o Grupo Toky - em recuperação judicial, sem alteração das condições econômicas substanciais da obrigação.

No mesmo contexto, parte das debêntures privadas emitidas pela Companhia foi convertida em ações ordinárias, conforme previsto contratualmente, resultando na correspondente redução do passivo financeiro e aumento do patrimônio líquido, sem impacto em caixa.

As debêntures privadas emitidas pela Mobly possuem as seguintes características principais:

- Remuneração: Taxa DI + 2,00% ao ano, capitalizados pro rata temporis, até o vencimento ou a data de conversão;
- Conversibilidade: a qualquer tempo, total ou parcial, a critério da Companhia ou do debenturista ou obrigatoriamente em 31 de dezembro de 2035;
- Preço de conversão: R$ 9,00 por ação ordinária, corrigido monetariamente até a data de conversão, com arredondamento para o número inteiro de ações;

- Vencimento final: 31 de dezembro de 2035;

- Liquidação: por meio da conversão em ações, podendo ocorrer antecipadamente conforme previsto contratualmente. A liquidação em dinheiro é permitida, mas apenas se e após a quitação integral das dívidas reestruturadas da Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial;

- Natureza do instrumento: por não atender ao critério fixo-fixo (fixed-for-fixed) para conversão, conforme CPC 39, as debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Não há garantias específicas vinculadas a essas debêntures, nem cláusulas típicas de *covenants* financeiros.

Em 30 de junho de 2026, permanecem em aberto debêntures privadas na controladora, as quais continuam sujeitas aos termos e condições contratuais, incluindo, quando aplicável, mecanismos de ajuste econômico previstos contratualmente e sua conversibilidade em ações.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período de 2026 é como segue:

Movimentação empréstimos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**944**	**480.574**
Juros incorridos em 2026 sobre as debêntures públicas	-	37.850
Juros incorridos em 2026 sobre as debêntures privadas	110	-
Saldo em 30 de junho de 2026	**1.054**	**518.424**

Movimentação Financiamentos (Antecipação de recebíveis)	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**25.840**
Novas contratações	48.401
Pagamento de Principal	(47.958)
Pagamento de juros	(2.502)
Saldo em 30 de junho de 2026	**23.481**

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão apresentados a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	-	2.844
2028	-	54.165
2029	-	76.697
2030	-	76.697
2031	-	76.697
2032	-	76.697
2033	-	76.697
2034	-	76.697
2035	1.054	1.016
Total	**1.054**	**518.424**

A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada nas informações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício, publicadas em 29 de maio de 2026.

17. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes	12.291	16.013
Repasses sellers	107	497
Receita futura **(i)**	4.949	6.347
Cashback	1.559	23
Outras receitas diferidas	-	518
Total	**18.906**	**23.398**

(i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos períodos de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025;

(ii) Refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes para garantia ou liquidação de pedidos cuja emissão da nota fiscal e/ou entrega de bens/serviços ainda não ocorreu à data do balanço.

18. Depósitos e bloqueios judiciais

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos tributários **(i)**	78.449	75.123
Depósitos trabalhistas	642	619
Bloqueios judiciais	184	392
Outros depósitos judiciais **(ii)**	11.764	10.022
Total	**91.039**	**86.156**
Circulante	185	392
Não circulante	**90.854**	**85.764**

A movimentação dos depósitos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	**86.156**
Adição	1.000
Atualização monetária	3.883
Saldo em 30 de junho de 2026	**91.039**

(i) Os principais depósitos judiciais encontram-se, essencialmente, detalhados a seguir:

a) PIS e Cofins (base de cálculo PIS e Cofins)

Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandado de Segurança no. 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e tendo sido proferida a sentença em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo passou a fazer o depósito em juízo do montante suspenso no valor de R$48.076 (R$ 45.918 em 2025). Os valores estão atualizados pela taxa Selic.
O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (Nota Explicativa nº 19.a).

b) Diferencial de alíquotas – DIFAL

O Grupo realizou depósitos pertinentes à DIFAL (Diferencial de Alíquota Entre os Estados). Em dezembro de 2020 o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável. Como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é imediato a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo realizou depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 30 de junho de 2026 totaliza R$ 31.751 (R$ 29.204 em 2025).

Com a instituição da Lei Complementar nº 190/2022, sancionada em 5 de janeiro de 2022, o Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou como provável o êxito das medidas judiciais relacionadas ao recolhimento do DIFAL, efetuando depósitos judiciais a partir de abril de 2022 (nota explicativa nº 19.a).

Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as empresas que ajuizaram ações judiciais até 29 de novembro de 2023 estão dispensadas do recolhimento do DIFAL referente ao exercício de 2022. Dessa forma, o Grupo aguarda a restituição dos valores depositados, conforme o trânsito em julgado das respectivas decisões.

Parte das ações propostas em 2021 já teve decisão favorável à Companhia, resultando na restituição de R$18.628 diretamente em conta corrente. Adicionalmente, créditos no montante de R$8.049 foram negociados com terceiros (Score Capital), tendo sido recebidos R$5.947 até a data-base, considerando parcela à vista e componente variável conforme as condições contratuais.

(ii) O montante referenciado são depósitos em garantias de processos judiciais de causas cíveis e do consumidor.

19. Provisão para contingências

O Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.
A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Contingências cíveis	4.288	3.740
Contingências trabalhistas	20.050	18.957
Contingências tributárias	25.163	25.163
Total	**49.501**	**47.860**
Circulante	558	383
Não circulante	**48.943**	**47.477**

A Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial discute judicialmente a incidência do DIFAL referente às competências de 2021, 2023 e 2024, cujo montante atualizado totaliza R$78.250. À luz das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que modulam os efeitos da declaração de inconstitucionalidade do DIFAL anterior à Lei Complementar nº 190/2022, e considerando que a Companhia não possuía ação judicial em curso à época do referido julgamento, bem como a validade da cobrança após a edição da norma complementar, as ações foram classificadas como de êxito remoto.

A movimentação das contingências prováveis é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	**47.860**
Adições	440
Atualização monetária	1.201
Saldo em 30 de junho de 2026	**49.501**

a) Contingências possíveis

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R$ 61.026 em 30 de junho de 2026 (R$58.238 em 31 de dezembro de 2025), trabalhistas no montante de R$ 12.807 em 30 de junho de 2026 (R$ 14.534 em 31 de dezembro de 2025).

O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e Cofins em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e Cofins, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e Cofins das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 30 de junho de 2026 no valor de R$50.114 (R$49.262 em 31 de dezembro de 2025) (nota explicativa nº 18). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic.

O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 30 de junho de 2026 representa R$11.357 para o PIS e R$52.312 para o Cofins.

O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente à inclusão do ICMS e do IPI na base de cálculo dos créditos. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 30 de junho de 2026 representa R$25.863.

O Grupo discute judicialmente as alterações no formato de tributação relacionados à subvenção para investimento instituídas pela Medida Provisória no 1.185, de 30 de agosto de 2023 (“MP no 1.185/23”), posteriormente convertida na Lei no 14.789, de 29 de dezembro de 2023 (“Lei no 14.789/23”) e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações passaram a prever a incidência de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS. O tema foi discutido com os assessores jurídicos e a tese foi classificada com chances de êxito “possível”. O montante dessa natureza apropriado pelo grupo em 30 de junho de 2026 representa R$4.535 para o PIS e para a Cofins R$19.585. Já para o IRPJ e a CSLL, o montante acumulado desde o início da discussão representa R$87.620, sendo R$36.016 referentes ao exercício de 2025.

Destacamos que em caso de perda do processo, os montantes apresentados acima seriam absorvidos pelo prejuízo fiscal acumulado.

20. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Provisões para restituições	9.525	9.616
Provisão para devolução de produtos	539	762
Provisões **(i)**	29.996	18.579
Manutenção a pagar	2.881	2.444
Allowance	703	8.516
Imobilizados a pagar **(ii)**	16.247	23.672
Outras Contas a pagar **(iii)**	17.600	16.118
Total	**77.491**	**79.707**
Circulante	67.966	70.091
Não circulante	**9.525**	**9.616**

(i) O montante de R$ 29 milhões refere-se a provisões constituídas para despesas operacionais e de reestruturação. Desse total, aproximadamente R$ 18 milhões correspondem a multas contratuais decorrentes do encerramento de 12 lojas, no âmbito do processo de otimização da rede. O saldo remanescente, de aproximadamente R$ 11 milhões, compreende R$ 9 milhões referentes, principalmente, a despesas operacionais já incorridas no período, cujas respectivas notas fiscais ainda não haviam sido recebidas ou processadas até a data-base e, portanto, foram provisionadas para refletir adequadamente o regime de competência, e R$ 2 milhões referentes a gastos com reestruturação. As provisões serão revertidas à medida que as respectivas despesas e obrigações sejam reconhecidas e/ou liquidadas.

(ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 12, informamos que o grupo adquiriu um terreno localizado ao lado da loja situada no bairro de Pinheiros, pelo valor total de R$34.403. Em 30 de Junho de 2026, o saldo em aberto referente à referida aquisição perfaz o montante de R$15.504.

(iii) Variação ocorre em decorrência da postergação/renegociação no pagamento de serviços de limpeza, consumo e desmobilização.

	Consolidado		
Movimentação das provisões	**Restituições**	**Devoluções**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.487**	**-**	**10.487**
Adições/reversões	(871)	762	**(109)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**9.616**	**762**	**10.378**
Adições/reversões	(91)	(223)	**(314)**
Saldo em 30 de junho de 2026	**9.525**	**539**	**10.064**

21. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

a) Arrendamentos como arrendatário

O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 30 de junho de 2026, foi a seguinte:

	Consolidado			
Direito de uso	**Imóveis**	**Equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**244.647**	**478**	**4.302**	**249.427**
Adições	2.052	-	-	**2.052**
Baixas **(i)**	(8.081)	-	(10)	**(8.091)**
Remensuração **(ii)**	72.120	-	-	**72.120**
Depreciação	(38.784)	(430)	(1.694)	**(40.908)**
Saldo em 30 de junho de 2026	**271.954**	**48**	**2.598**	**274.600**

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de armazéns.

(ii) Em janeiro de 2026, ocorreram modificações e renovações formais em determinados contratos de arrendamento, ensejando a revisão da taxa incremental de juros aplicável e a consequente remensuração do passivo e do ativo de direito de uso para os contratos aditivados.

	Consolidado			
Passivo de arrendamento	**Imóveis**	**Equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**300.063**	**1.779**	**4.878**	**306.720**
Adições	2.052	-	-	**2.052**
Baixas **(ii)**	4.347	(10)	-	**4.337**
Remensuração **(i)**	71.089	(2)	-	**71.087**
Pagamento passivo de arrendamento	(48.908)	(1.716)	(596)	**(51.220)**
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(27.093)	(977)	(113)	**(28.183)**
Apropriação de juros	28.435	977	113	**29.525**
Saldo em 30 de junho de 2026	**329.985**	**51**	**4.282**	**334.318**
Circulante	107.953	51	4.282	**112.286**
Não circulante	**222.033**	**-**	**-**	**222.033**

(i) Em janeiro de 2026, houve revisão dos contratos e da taxa de juros aplicada, o que resultou na reavaliação dos contratos de aluguel vigentes até a data-base.

(ii) As baixas ocorridas no período referem-se substancialmente ao encerramento antecipado das atividades e devolução dos imóveis das lojas Pátio Batel (CPB) no valor de R$ 98.808, POM (Pompéia) no valor de R$ 241.013, SOC (Sorocaba) no valor de R$ 250.000 , STO (Santos) no valor de R$963.887, TJC (Tijuca) no valor de 650.215, Salvador Shopping (SSH) no valor de R$ 241.442, Iguatemi Ribeirão Preto (RPI) no valor de R$ 855.312, Shopping Ponta Negra (Manaus) no valor de R$ 598.596 e D&D Shopping (D&D) no valor de R$ 437.727

Prazo dos contratos	**Taxa % a.a.**
Até 5 anos	De 5,1% a 19,6%
De 6 a 7 anos	De 7,9% a 16,4%
Acima de 7 anos	De 9,2% a 16,6%

	30/06/2026		31/12/2025	
Fluxo de caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestações do arrendamento		334.319	401.168	335.118
PIS/Cofins potencial (9,25%) **(i)**		30.925	37.108	30.998

(i) Créditos de PIS e Cofins, relacionados às despesas de arrendamento (IFRS 16).

Considerando as orientações de divulgação do Ofício Circular 02/20 da CVM, os fluxos de caixa contratuais em 30 de junho de 2026 estão descritos na nota explicativa nº 30 c. (v) – risco de liquidez.

22. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
ICMS a recolher **(i)**	-	-	198.832	148.305
Cofins a recolher	516	-	9.579	5.872
PIS a recolher	84	-	1.401	1.393
IPI a recolher	-	-	3.318	2.923
Impostos parcelados **(ii)**	-	195	57.013	45.501
Outros tributos	1.059	-	14.721	1.883
Total	**1.659**	**195**	**284.864**	**205.877**
Circulante	1.659	195	272.275	174.106
Não circulante	**-**	**-**	**12.589**	**31.771**

(i) O saldo de ICMS a recolher é composto pelo Diferencial de Alíquotas (DIFAL), incidente sobre as vendas destinadas a consumidor final não contribuinte, e pelo ICMS próprio. Do montante apresentado no quadro acima, R$155.218 referem-se ao DIFAL, enquanto o valor remanescente corresponde ao ICMS a recolher decorrente de incentivos fiscais e das operações de vendas realizadas nas lojas. O saldo apresentado está devidamente atualizado com os encargos até a data base desta Demonstração Financeira.

(ii) O aumento do saldo de parcelamentos tributários no período decorre, principalmente, da adesão a novos parcelamentos de débitos fiscais. A referida adesão integra o plano de regularização tributária da Companhia, sendo realizada de forma estratégica com o objetivo de mitigar os impactos de encargos incidentes, por meio da utilização de programas de parcelamento disponíveis e da reavaliação da capacidade de pagamento de tributos para fins de aplicação de juros e multas, conforme a legislação vigente.

22.1. Tributos Diferidos

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
IR e CSLL diferidos **(i)**	55.821	55.821
IR e CSLL diferidos - Mais valia de imobilizado e marca **(ii)**	32.372	33.196
Total	**88.193**	**89.017**

(i) O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, no montante de aproximadamente R$ 55 milhões, decorre dos efeitos tributários associados aos créditos de PIS e Cofins reconhecidos em razão de decisão judicial definitiva que assegurou à Companhia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições.

Embora os créditos tenham sido reconhecidos contabilmente após o trânsito em julgado das respectivas ações, a Companhia possui decisão judicial que assegura o diferimento da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores recuperados até o momento da homologação das respectivas compensações tributárias.

Dessa forma, a tributação pelo IRPJ e pela CSLL ocorre à medida que as compensações realizadas são homologadas, seja de forma expressa pela autoridade fiscal, seja de forma tácita após o transcurso do prazo legal aplicável. Consequentemente, a diferença entre o momento do reconhecimento contábil dos créditos e o momento de sua tributação constitui diferença temporária tributável, sobre a qual foi reconhecido passivo fiscal diferido, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

O referido passivo fiscal diferido é revertido à medida que ocorre a homologação das compensações e o correspondente reconhecimento dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL.

(ii) O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contempla os efeitos tributários decorrentes das diferenças temporárias originadas do reconhecimento, a valor justo, dos ativos identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, principalmente relacionados à mais-valia de ativos imobilizados e à marca.

Por ocasião da combinação de negócios, os referidos ativos foram reconhecidos contabilmente pelos seus respectivos valores justos, sem alteração correspondente de suas bases fiscais, resultando no reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias tributáveis, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

A reversão desse passivo fiscal diferido ocorre ao longo da realização contábil dos respectivos ativos, acompanhando a depreciação dos bens do ativo imobilizado e a amortização da marca durante suas vidas úteis econômicas estimadas.

23. Dívidas com acionistas não controladores

O Grupo possui, através de sua subsidiária Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial, as dívidas com acionistas não controladores abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para parcela sob condição suspensiva **(i)**	78.599	72.862
Empréstimo com acionistas **(ii)**	5.586	5.179
Total	**84.185**	**78.041**

(i) O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores do Grupo decorrente da aquisição do controle acionário da Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial. e cuja dívida foi assumida pelo Grupo com a incorporação da Mevamoga Participações S.A. Esta dívida foi negociada em conjunto ao plano de continuidade operacional divulgado, para pagamento em 2035. Em 30 de junho de 2026 o montante é de R$78.599.

(ii) Em 24 de julho de 2023 o Grupo firmou contrato de mútuo junto aos seus acionistas no montante de R$3.260 para normalização do fluxo de caixa operacional.

As dívidas com acionistas não controladores apresentadas possuem características específicas que as diferenciam de passivos financeiros tradicionais. Tais obrigações estão sujeitas a condições contratuais específicas, incluindo gatilhos de exigibilidade atrelados à geração de caixa e ao cumprimento do plano de continuidade operacional do Grupo.

Adicionalmente, tais instrumentos possuem natureza subordinada em relação às demais obrigações financeiras da Companhia, de modo que seu pagamento ocorre após a liquidação de credores financeiros seniores. A remuneração associada a esses instrumentos, quando aplicável, também está condicionada à capacidade financeira do Grupo, refletindo sua posição na estrutura de capital.

Dessa forma, tais passivos apresentam perfil distinto de risco e liquidez quando comparados às dívidas financeiras tradicionais, sendo considerados instrumentos subordinados no contexto da estrutura de capital consolidada.

24. Patrimônio líquido

Composição societária

Em 30 de junho de 2026 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de Ações (em unidades)	Participação %
Dsk Capital Gestora De Recursos E Consultoria Ltda.	10.458.650	19,30%
Spx Private Equity Gestão De Recursos Ltda.	6.227.275	11,49%
Buriti Investimentos Gestora De Recursos Ltda.	5.277.119	9,74%
Exa Capital Asset Ltda.	4.437.358	8,19%
Domus Aurea Serviços De Tecnologia Ltda.	2.274.630	4,20%
Administração	1.890.852	3,49%
Ações em circulação	23.630.864	43,60%
Total	**54.196.748**	**100%**

Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2026, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.278.429, dividido em 216.786.990 unidades de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (216.786.990 unidade de ações em 31 de dezembro de 2025 que foram agrupadas na proporção de 4:1 em 30 de Abril de 2026, e totalizam 54.196.748 unidades de ações em 30 de junho de 2026).

Referido aumento de capital decorreu, substancialmente, da capitalização de créditos anteriormente detidos por credores, incluindo a conversão de dívidas em instrumentos patrimoniais. Em 2025, a Companhia concluiu etapas adicionais dessa reestruturação, com destaque para a conversão de debêntures privadas em capital social. (Nota Explicativa nº 16).

Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controladora e na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

O prejuízo diluído por ação corresponde ao prejuízo básico por ação, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício e, portanto, os instrumentos financeiros potencialmente conversíveis, incluindo planos de *stock options* e debêntures conversíveis, foram considerados antidilutivos e não foram incluídos no cálculo, conforme o CPC 41 – Resultado por Ação.

	Controladora			
	Três meses findos			
	Básico		Diluído	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(195.128)	(55.709)	(195.128)	(55.709)
Média ponderada de ações durante o período (em milhares)	54.197	30.691	54.197	30.691
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo - em R$	(3,6003)	(1,8152)	(3,6003)	(1,8152)

	Controladora			
	Seis meses findos			
	Básico		Diluído	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(252.587)	(88.170)	(252.587)	(88.170)
Média ponderada de ações durante o período (em milhares)	54.197	30.691	54.197	30.691
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo - em R$	(4,6605)	(2,8729)	(4,6605)	(2,8729)

25. Receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos

a) Receita operacional líquida

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional bruta				
Vendas de mercadorias e serviços **(ii)**	300.238	709.430	416.694	902.162
Receita operacional, bruta	**300.238**	**709.430**	**416.694**	**902.162**
Impostos Incidentes				
Impostos	(55.769)	(134.386)	(81.083)	(174.825)
ICMS - Incentivo fiscal **(i)**	3.681	19.777	10.357	18.726
Devoluções e cancelamentos	(13.699)	(30.779)	(17.676)	(38.360)
Descontos	(27.360)	(47.588)	1.929	3.930
Receita, líquida	**207.091**	**516.454**	**330.221**	**711.633**

(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadoria e serviços – ICMS.

(ii) A variação da receita está diretamente relacionada à ruptura de estoques tanto no site quanto nas lojas, inativação de produtos devido ao pedido de recuperação judicial e fechamento de lojas do Grupo.

b) Custos dos produtos vendidos

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Custo das vendas	(99.718)	(241.377)	(150.336)	(326.150)
Realização da mais-valia de estoque	-	-	(1.977)	(2.249)
(Provisão) reversão s/margem negativa	179	(2.421)	(186)	4.384
Custo das vendas *cut-off*	427	(1.879)	(270)	(1.056)
Total	**(99.112)**	**(245.677)**	**(152.769)**	**(325.071)**

26. Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza

a) Despesas comerciais

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Pessoal	(33.514)	(73.698)	(37.088)	(74.281)
Transportes	(17.765)	(42.780)	(31.048)	(60.635)
Outras despesas comerciais	(3.030)	(7.322)	(8.717)	(20.602)
Locação de equipamentos	(566)	(1.301)	(975)	(1.875)
Segurança e serviços prediais	(1.732)	(6.253)	(3.401)	(9.327)
Propaganda e publicidade	(11.939)	(26.417)	(17.368)	(35.327)
Energia, água e gás	(3.676)	(8.991)	(5.289)	(11.301)
Aluguel, condomínio e IPTU	(2.843)	(10.692)	(12.779)	(20.737)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações **(i)**	223	520	(337)	(4.003)
Meios de pagamento	(4.511)	(10.851)	(6.413)	(13.804)
Depreciação e amortização	(24.673)	(55.718)	(34.489)	(70.373)
Chapas- carregamento e descarregamento	(1.807)	(3.993)	(1.236)	(2.538)
Despesas judiciais	(589)	(1.171)	(437)	(1.243)
Total	**(106.422)**	**(248.667)**	**(159.577)**	**(326.046)**

(i) No período, a Companhia revisou provisões constituídas em exercícios anteriores e efetuou a reversão parcial de valores anteriormente registrados acima da melhor estimativa atual das obrigações, adequando os saldos ao montante considerado necessário na data-base das informações financeiras.

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Pessoal	(2.105)	(3.495)	(2.279)	(4.543)
Aluguel, condomínio e IPTU **(i)**	(37)	(74)	-	-
Tecnologia da Informação	(464)	(1.245)	(40)	(67)
Outras despesas	(237)	(369)	(586)	(1.101)
Despesas judiciais	(360)	(614)	(414)	(500)
Depreciação e amortização	(1.069)	(2.127)	(619)	(890)
Total	**(4.272)**	**(7.924)**	**(3.938)**	**(7.101)**

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Pessoal	(19.513)	(31.959)	(21.644)	(48.628)
Aluguel, condomínio e IPTU **(i)**	(1.869)	(4.815)	(59)	(135)
Tecnologia da Informação	(7.726)	(14.453)	(7.913)	(11.059)
Outras despesas	(1.867)	(3.712)	(1.480)	(4.523)
Telecomunicação	3	(24)	(25)	(51)
Uso e consumo	(141)	(2.083)	-	-
Despesas judiciais	(2.089)	(5.441)	(3.973)	4.250
Depreciação e amortização	(11.635)	(23.154)	(13.320)	(30.580)
Total	**(44.837)**	**(85.641)**	**(48.414)**	**(90.726)**

(i) Determinados saldos do período comparativo findo em 30 de junho de 2025 foram reclassificados entre as linhas de despesas (Aluguel, condomínio e IPTU) para adequação à apresentação adotada no período encerrado em 30 de junho de 2026.

As variações registadas nos saldos comparativos de 2025 refletem os efeitos da captura de sinergias".

27. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras despesas

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Gastos extraordinários **(i)**	(22.354)	(27.478)	-	-
Outras despesas não recorrentes	(746)	(746)	-	-
Total	**(23.100)**	**(28.224)**	**-**	**-**

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Gastos extraordinários **(i)**	(149.545)	(158.203)	(2.960)	(4.519)
Efeitos tributários não recorrentes	301	785	-	-
Ganho (Perda) líquida na venda de ativo imobilizado	37	30	4	474
Total	**(149.207)**	**(157.388)**	**(2.956)**	**(4.045)**

(i) conforme descrito no quadro seguinte:

	Consolidado
	30/06/2026
Provisão para distratos de contratos de locação	25.009
Provisão para rescisão da diretoria	19.241
Baixa de imobilizados	11.206
Provisões para perdas de crédito – Marketplace	42.271
Provisão para perdas decorrentes de incidente operacional	10.763
Revisão de repasses - Seller center	3.550
Perda de VPC - Verba de propaganda cooperada	1.587
Provisão para fretes	14.863
Provisão para perda de multas e ressarcimento de transportes e serviços prestados	4.256
Gastos juridicos, consultorias e due diligences	10.504
Outros	14.953
Total	**158.203**

(i) Os gastos extraordinários reconhecidos no período compreendem eventos de natureza específica e não recorrente, relacionados, principalmente, às iniciativas de reestruturação operacional e financeira do Grupo, revisões de estimativas contábeis, perdas de crédito, perdas operacionais identificadas no período e outros ajustes operacionais. Os valores foram reconhecidos de acordo com sua natureza contábil e, quando aplicável, mensurados com base na melhor estimativa da Administração quanto às perdas esperadas e aos desembolsos necessários para liquidação das respectivas obrigações.

b) Outras receitas

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Efeitos tributários não recorrentes	301	785	5.115	5.418
Total	**301**	**785**	**6.131**	**7.401**

28. Resultado financeiro, líquido

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(57)	(110)	-	-
Juros sobre parcelamentos de impostos	(832)	(836)	(5.359)	(9.902)
Outras receitas (despesas financeiras)	(311)	(704)	(8)	(7)
Total	**(1.200)**	**(1.650)**	**(5.367)**	**(9.909)**
Receitas financeiras				
Variação monetária ativa	117	117	-	-
Juros Ativos	6.259	12.789	10.584	10.584
Total	**6.376**	**12.906**	**10.584**	**10.584**
Total	**5.176**	**11.256**	**5.217**	**674**

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(22.294)	(44.300)	(27.218)	(50.116)
Juros sobre arrendamentos	(8.413)	(18.566)	(10.831)	(21.321)
Juros sobre antecipação de recebíveis - Adquirentes	(4.495)	(14.912)	(8.482)	(19.820)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(2.146)	(4.731)	(3.986)	(6.405)
Juros sobre parcelamento de impostos	(3.293)	(4.698)	(90)	(156)
Ajuste a valor justo de ativos	(972)	(972)	(11.469)	(11.469)
Variações monetárias passivas	1.612	1.567	(575)	(1.101)
Multa e Juros sobre Impostos	(2.700)	(5.553)	(3.355)	(3.395)
Outras receitas (despesas financeiras)	(825)	(1.401)	(5.710)	(1.734)
Atualizações monetárias	(241)	(324)	(445)	(1.391)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(652)	(1.463)
Total	**(43.767)**	**(93.890)**	**(72.813)**	**(118.371)**
Receitas financeiras				
Variação monetária ativa	2.295	3.971	2.199	3.311
Juros de aplicações financeiras	62	142	706	1.127
Descontos financeiros obtidos	(46)	57	130	158
Outras Receitas Financeiras	741	1.535	-	-
Juros Ativos	-	-	3.840	3.979
Total	**3.052**	**5.705**	**6.875**	**8.575**
Total	**(40.715)**	**(88.185)**	**(65.938)**	**(109.796)**

29. Imposto de renda e contribuição social

29.1. Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(197.041)	(253.093)	(55.709)	(88.170)
IRPJ e CSLL - 34%	66.994	86.052	18.941	29.978
Ajustes para reconciliação:				
Equivalência patrimonial	(59.427)	(77.499)	(19.900)	(28.152)
Efeito fiscal - reversão de diferenças temporárias (mais valia)	254	506	-	-
Créditos IRPJ e CSLL apurados não registrados	7.567	8.553	(959)	1.826
Alíquota de Imposto Efetiva	0.00%	0.00%	0,00%	0,00%

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(233.356)	(309.160)	(33.148)	(44.543)
IRPJ e CSLL - 34%	79.341	105.114	11.270	15.145
Ajustes para reconciliação:				
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Efeito fiscal - reversão de diferenças temporárias (mais valia)	416	828	-	-

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Créditos de IRPJ e CSLL não registrados	79.341	105.114	11.270	15.145
Alíquota de Imposto Efetiva	0.00%	0.00%	0,00%	0,00%

Conforme demonstrado nos quadros acima, a Companhia registrou prejuízos antes do IRPJ e da CSLL em todos os períodos apresentados, tanto no âmbito da Controladora quanto no Consolidado.

Em 30 de junho de 2026, a Mobly - em recuperação judicial possuía prejuízo fiscal acumulado e não contabilizado no montante de R$ 795.746 (R$ 629.143 em 31 de dezembro de 2025) e a Tok&Stok - em recuperação judicial possuía R$ 1.658.119 (R$ 1.517.419 em 31 de dezembro de 2025), ambos disponíveis para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme a legislação fiscal vigente, a referida compensação não possui prazo de prescrição e está limitada, em cada exercício, a 30% do lucro tributável.

30. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de carácter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo, foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequados. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes a serem realizados no mercado de troca corrente.

a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos do Grupo, exceto o FIDC, são mensurados ao custo amortizado e, em todos os casos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com taxas pós-fixadas.

As contas a receber de clientes são de curto prazo e já são ajustadas pela perda esperada.

Os valores a pagar a fornecedores são devidos no curto prazo.

b) Política de gestão de riscos

O Grupo possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

c) Administração financeira de risco

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Grupo. Para mitigar esses riscos, o Grupo monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se ao movimento de preço.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis desses ativos representam a exposição máxima do crédito.

Grande parte dos recebíveis do Grupo é proveniente de vendas de Marketplace. Embora as contrapartes sejam varejistas de grande porte, o Grupo reconhece provisão para perdas de crédito esperadas, em conformidade com o CPC 48, para cobrir divergências e diferenças identificadas no processo de reconciliação com esses parceiros que não tenham sido conciliadas. O aumento observado no montante da provisão reflete a melhor estimativa da Administração para tais perdas, baseada no histórico de conciliações e riscos identificados na data-base das informações financeiras.

Uma parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes e subadquirentes de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

O Grupo passou a operar cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp a partir de outubro de 2022. Essa solução de pagamento gera recebíveis que são analisados conforme curva de mercado e, a partir das análises, são provisionadas perdas para o saldo total de recebíveis. Essas perdas foram provisionadas com base na curva de vencimentos projetada pela administradora de pagamentos com base no histórico de mercado. O critério será revisado quando a Companhia tiver base histórica para analisar a metodologia. As provisões se encontram nos montantes apresentados como perda de crédito esperada (nota explicativa nº 6).

O Grupo constituiu provisão especificamente para a sua carteira de contas a receber decorrente das receitas geradas por vendas a pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. O Grupo faz uma análise individualizada de cada cliente, verificando a necessidade de provisionamento de acordo com o risco apresentado para cada caso.

		Controladora		Consolidado	
Exposição	**Notas**	**30/06/2026**	**31/12/2025**	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Caixa e equivalentes de caixa	5	89	109	23.414	30.718
Contas a receber	6	-	-	69.552	106.887
Exposição total		**89**	**109**	**92.966**	**137.605**

iii) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas receitas de vendas usando o cartão Mobly - em recuperação judicial e vendas feitas para pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. A administração não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

iv) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais

Como avaliado na nota de risco de crédito, o Grupo realiza uma avaliação de risco de crédito a nível do cliente e, com base nessa informação, avalia o risco de crédito para todos os seus clientes. Quando um risco material é identificado, é constituída uma provisão do valor a receber correspondente.

v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém uma relação próxima com instituições financeiras para garantir linhas de crédito aprovadas. Além disso, o Grupo também pode negociar os termos com os fornecedores, e antecipar seus recebíveis de cartão de crédito, se necessário.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

			Fluxos de caixa contratuais				
			Controladora 30/06/2026				
Passivos financeiros não derivativo	Notas	Valor Contábil	Valor total	Menos de 1 mês	1 -3 meses	4 -12 meses	Maior que 1 ano
Fornecedores	14	35.071	35.071	-	15.830	-	19.241

			Fluxos de caixa contratuais				
			Consolidado 30/06/2026				
Passivos financeiros não derivativos	Notas	Valor Contábil	Valor total	Meno s de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Fornecedores	14	301.664	301.664	-	-	301.664	-
Risco sacado	14.1	26.386	26.386	-	-	26.386	-
Passivos de arrendamentos	21	334.318	334.318	-	-	112.286	222.033
Empréstimos e financiamentos	16	543.259	543.259	-	-	35.900	507.358
Dívidas com acionistas não controladores	23	84.185	84.185	-	-	-	84.185
Total		**1.289.812**	**1.289.812**	**-**	**-**	**476.236**	**813.576**

vi) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

vii) Risco de taxa de juros

A exposição ao risco da taxa de juros é decorrente da exposição a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relacionado a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais.

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros atuais sobre empréstimos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o resultado do Grupo antes do imposto de renda é afetado pelo impacto na taxa de juros flutuante.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, o Grupo considerou uma redução na taxa de juros do CDI para 12,00%, conforme boletim Focus de 26/06/2026, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 30 de junho de 2026 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 12 meses são como segue:

Saldo em 30/06/2026	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	-	18.431
Total	**-**	**18.431**

Exposição Líquida

Saldo em 30/06/2026	Controladora	Consolidado
Impacto no resultado financeiro		
Cenário Base - 14,25 % a.a.	-	6.290
Cenário Provável - 12,00 % a.a.	-	5.347

Saldo em 30/06/2026	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16)	1.054	543.259
Total	**1.054**	**543.259**

Exposição Líquida		
Impacto no resultado financeiro		
Cenário Base - 14,25 % a.a.	141	74.746
Cenário Provável - 12,00 % a.a.	120	63.534

viii) Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos. Os resultados do Grupo não estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os seus passivos em dólar norte-americano, uma vez que a administração entende que o risco cambial não é relevante.

O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição flutuam devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao nível do consolidado ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se aos fornecedores estrangeiros em dólar no montante de R$284 em 30 de junho de 2026 (R$695 em 31 de dezembro de 2025).

O Grupo realizou uma análise de sensibilidade, apresentando cenário de câmbio do boletim Focus de 26/06/2026.

Saldo em 30 de junho de 2026	Consolidado
Fornecedores estrangeiros	**284**

Saldo (R$)	
Saldo (USD)	**284**
Total	**55**

Impacto no resultado financeiro	
Cenário base - 5,18	284
Cenário provável - 5,28	290

31. Eventos subsequentes

Agrupamento de ações

A Companhia informa que, conforme Fato Relevante divulgado pela Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial em 30 de abril de 2026, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção divulgada ao mercado, com o objetivo de adequar a cotação das ações a um patamar mais compatível com as práticas de mercado e os requisitos de negociação da B3.

O grupamento não implicou alteração no valor do capital social da Companhia, resultando apenas na modificação da quantidade de ações em circulação, mediante a correspondente redução da quantidade de ações detidas por cada acionista, preservada a participação proporcional no capital social.

Em nova comunicação de Fato Relevante divulgado pela Grupo Toky S.A. - em recuperação judicial - RI em 27 de julho de 2026, a Companhia informa que após o prazo do “Período para Livre Ajuste” que se encerrará em 27 de agosto de 2026 o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia será consumado.

A Administração entende que o referido evento não produz impactos contábeis relevantes sobre as informações financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2026, sendo seus efeitos restritos à base acionária e à negociação das ações da Companhia no mercado.

A Administração entende que tais alterações não geram impactos contábeis relevantes nas informações financeiras do período, sendo seus efeitos restritos à estrutura de governança e administração da Companhia.

Aprovação do pedido da RJ

Em 12 de maio de 2026, a Companhia e suas subsidiárias, incluindo o Grupo ajuizaram pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei no 11.101/2005, em trâmite perante a 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, sob o no 4080549-12.2026.8.26.0100. O ajuizamento da medida foi autorizado em caráter de urgência em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2026, ad referendum da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações. Em 15 de junho de 2026, foi proferida a decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial do grupo.

Em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração da Companhia convocou suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias em 26 de junho de 2026. As Assembleias foram realizadas em primeira convocação no dia 27 de julho de 2026, ocasião em que os acionistas aprovaram, por maioria de votos, a ratificação do ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia e de suas subsidiárias.

* * *

André Ferreira Peixoto
Diretor Presidente

Fabio Ferrante
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleberson dos Santos Alves
Contador CRC SP-349301/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Toky S.A. – em recuperação judicial
São Paulo – SP
Introdução
Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo Toky S.A. – em recuperação judicial (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.
Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as referidas normas de revisão de informações intermediárias, com o objetivo de fundamentar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias.

Base para abstenção de conclusão
Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional e limitações na obtenção de evidência de revisão sobre os efeitos do pedido de recuperação judicial
Conforme divulgado na Nota Explicativa no 2.2, em 12 de maio de 2026 foi protocolado pedido de recuperação judicial envolvendo a Companhia e suas controladas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia incorreu em prejuízo individual e consolidado nos montantes de R$ 252.587 mil e R$ 308.332 mil, respectivamente e apresentou, em base consolidada, passivo circulante excedente ao ativo circulante no montante de R$ 378.042 mil (além de patrimônio líquido negativo no montante de R$ 97.006 mil). Esses eventos, quando considerados em conjunto, evidenciam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, considerando que o pedido de recuperação judicial ainda se encontra em fase de apreciação e depende da aprovação dos credores e da homologação judicial do plano correspondente, não foi possível obter evidência apropriada e suficiente que nos permitisse concluir nossos procedimentos de revisão e avaliar os efeitos do pedido de recuperação judicial sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Como consequência, não foi possível concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026 era apropriada, tampouco determinar os eventuais ajustes ou divulgações que poderiam ser necessários e que poderiam afetar de forma relevante e generalizada as informações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, especialmente em relação aos potenciais efeitos desses eventos na realização dos ativos e à liquidação de seus passivos, além das respectivas divulgações.
Contas a receber de marketplace
Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 5(ii), em 30 de junho de 2026 a administração estava em processo de reconciliação dos saldos a receber junto a determinados parceiros de marketplace, tendo identificado divergências entre os valores confirmados por esses parceiros e os registros contábeis da Companhia. Embora a Companhia tenha constituído provisão no montante de R$ 45.466 mil para as diferenças não conciliadas, até a data da conclusão de nossa revisão não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente que permitisse concluir quanto a adequação dos saldos de contas a receber de marketplace e dos correspondentes efeitos da provisão registrada, uma vez que o processo de reconciliação das diferenças históricas permanecia em andamento. Consequentemente, não nos foi possível concluir nossos procedimentos de revisão que nos permitissem determinar se seriam necessários ajustes nos valores registrados de contas a receber, provisão para perdas de crédito esperadas, resultado do período, patrimônio líquido e demais divulgações correlatas das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2026.
Classificação das debêntures públicas
Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.2, em 12 de maio de 2026 a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial. De acordo com a Nota Explicativa n° 16, nos termos da escritura de emissão das debêntures públicas, tal evento caracteriza hipótese de vencimento antecipado automático das respectivas obrigações financeiras. Não obstante, em 30 de junho de 2026, o montante de R$ 486.654 mil, correspondente às debêntures sujeitas à cláusula de vencimento antecipado, permanece classificado no passivo não circulante.
Em nossa avaliação, referido montante deveria ter sido classificado no passivo circulante naquela data (em virtude da hipótese de vencimento antecipado automático das respectivas obrigações financeiras). Dessa forma, em 30 de junho de 2026 o passivo circulante consolidado está registrado a menor no montante de R$ 486.654 mil e o passivo não circulante consolidado registrado a maior pelo mesmo montante.

Debêntures privadas conversíveis
Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 16, nos termos da escritura de emissão das debêntures privadas, o pedido de recuperação judicial da Companhia representa evento de vencimento antecipado automático das respectivas obrigações financeiras, situação em que as referidas debêntures deveriam ser convertidas em ações da Companhia pelo preço de conversão previsto contratualmente. Entretanto, em 30 de junho de 2026, permanecem em aberto debêntures privadas na controladora, as quais continuam sujeitas aos termos e condições contratuais, incluindo, quando aplicável, mecanismos de ajuste econômico previstos contratualmente e sua conversibilidade em ações. Em decorrência dos efeitos do stay period relacionados ao pedido de recuperação judicial, bem como ausência de fornecimento, por parte da administração da Companhia, de documentação-suporte adicional com relação aos possíveis

reflexos contábeis desta situação, não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência apropriada e suficiente que nos permitisse concluir quanto aos eventuais impactos contábeis da conversão prevista contratualmente incluindo, quando aplicável, mecanismos de ajuste econômico previstos contratualmente e respectivas divulgações nas informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2026.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado.

São Paulo, 14 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos

Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Grupo Toky S.A., no exercício de suas atribuições legais, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2026. Com base nos documentos examinados e nas justificativas apresentadas pela Administração, os membros do Conselho Fiscal entendem que as demonstrações financeiras refletem as informações disponíveis nesta data e manifestam-se favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria do Grupo Toky S.A., no exercício de suas atribuições legais, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2026, o Relatório da Administração e o relatório emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. O Comitê tomou ciência dos termos do relatório dos auditores independentes, os quais manifestaram uma abstenção de opinião consubstanciada, principalmente, pelas incertezas e limitações de escopo decorrentes do ajuizamento do processo de Recuperação Judicial da Companhia e seus potenciais reflexos na continuidade operacional. Os membros do Comitê de Auditoria discutiram extensivamente com a Administração e com os auditores independentes as razões que motivaram referida abstenção, bem como os planos de ação e as premissas adotadas pela Companhia para a mitigação dos riscos apontados. Com base nos documentos examinados, nas justificativas apresentadas pela Administração e considerando as notas explicativas que contextualizam adequadamente o cenário atual da Recuperação Judicial, os membros do Comitê de Auditoria entendem que as demonstrações financeiras refletem as informações disponíveis nesta data e manifestam-se favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as conclusões e justificativas que motivaram a abstenção de opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 14 de agosto de 2026, sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026.